

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

A CAMINHO DO RIO:



**Um estudo sobre as relações de gênero e meio ambiente entre
os(as) pescadores(as) do Alto-médio Rio São Francisco**

Thais Fernanda Leite Madeira

São Carlos-SP / 2006

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

A CAMINHO DO RIO:

Um estudo sobre as relações de gênero e meio ambiente entre os(as) pescadores (as) do Alto-Médio Rio São Francisco

Thais Fernanda Leite Madeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura

Orientadora: Profª. Dra. **Maria Inês Rauter Mancuso**

São Carlos-SP / 2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M181cr

Madeira, Thais Fernanda Leite.

A caminho do rio : um estudo sobre as relações de gênero e meio ambiente entre os pescadores do Alto-Médio Rio São Francisco / Thais Fernanda Leite Madeira. -- São Carlos : UFSCar, 2007.
159 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

1. Meio ambiente. 2. São Francisco, Rio. 3. Pesca. 4. Gênero. I. Título.

CDD: 574.526 (20ª)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Thais Fernanda Leite Madeira

27/07/2006

Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé
Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES



O rio significa tudo pra mim, principalmente, porque esse rio me deu o meu pescador, o meu marido, me deu um nome, me deu felicidade, minhas amizades. Então hoje para mim a primeira coisa na minha vida é Jesus e depois o Rio São Francisco porque foi ele que trouxe meu lar, me trouxe minha filha de volta, trouxe a sociedade de volta.

A pesca é tudo igual porque tudo o que eles fazem a gente faz também. Só o que a gente não faz é mergulhar.

Para outro lugar eu não vou não é só da casa para o rio e do rio eu volto para cá, eu já acostumei já. Nossa Senhora! Eu estou feliz demais com essa vida no rio, com saúde, vou falar para você: eu não sou sentida com nada, sou feliz assim!

A mulher tem sempre mais cuidado com o peixe, por exemplo, se ela pega um peixe ovado ela devolve para o rio, mas o homem não ele pesca e vende aquele peixe porque já está pensando em quanto vai vender aquele peixe para levar o dinheiro para casa[...]já a mulher não, ela tem dó daquelas ovinhos, daqueles peixinhos que vão nascer.

Tudo o que tem na terra tem na água não é? Na terra tem cavalo? Na água também! Na terra tem cobra? Na água também. Então, se tem homem na terra, tem o tal do caboclo, na água também têm.

Dedico este trabalho a essas mulheres:

À minha avó Sebastiana (*in memoriam*), a minha mãe Zélia e a minha tia Maria José, mulheres de fibra e coragem que, além de acreditarem nos meus sonhos, incentivaram-nos e se sacrificaram para que eu pudesse realizá-los. Vocês me ensinaram que a vida recomeça em qualquer idade. Um ‘eu amo vocês’ diz mais que um simples obrigado.

As pescadoras do Alto-Médio Rio São Francisco que me ensinaram a amar e respeitar o Velho Rio e especialmente a valorizar as pequenas, mas sublimes coisas da vida.

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível porque contei com a colaboração de muitas pessoas, principalmente de minha família, que somaram esforços nesta construção. Mesmo correndo o risco de ser injusta e esquecer de incluir alguns nomes, quero manifestar meus agradecimentos àquelas/es que mais intensamente compartilharam comigo deste processo.

À Prof^a. Dra. Maria Inês, uma grande mulher e um ser humano de alma generosa, que me acolheu e esteve presente em todos os momentos da construção dessa dissertação e, além da orientação segura, paciente e crítica deu inúmeras contribuições a esse trabalho. Ao Prof. Dr. Valter Roberto Silvério por ter me acompanhado durante esses 11 anos de formação acadêmica. Vocês têm o meu respeito, carinho e admiração.

Um agradecimento especial aos pescadores (as) da região do Alto-Médio Rio São Francisco pela hospitalidade e receptividade, cuja prestimosa colaboração tornou possível à materialização dessa pesquisa.

As agências financiadoras *Canadian International Development Agency (CIDA)* e *International Development Research Centre (IDRC)* pelo incentivo e apoio logístico na realização da pesquisa de campo. Um agradecimento especial a *World Fisheries Trust*-ONG canadense parceira desse projeto. Ao Joachim Carosfeld *Yogi* pelo apoio e valiosa contribuição com a poderosa ferramenta do computador, que possibilitou o registro e confecção desse trabalho. A Alison Macnaughton que acreditou no meu trabalho, possibilitou a facilitação e execução do projeto.

Durante os dois anos que dediquei a esse projeto, tive ao meu lado a companhia de várias pessoas que contribuíram também para este trabalho: A Prof^a.Dra. Ana Thé pela hospitalidade, apoio e aprendizado durante esses anos trabalhando no mesmo projeto; a Érika de Castro pelo estímulo e as incansáveis discussões teóricas; a equipe de pesquisadores do curso de Ciências Sociais da UFSCar, especialmente a Ana Carolina Bichoffe que compartilhou comigo os momentos mais sublimes, divertidos, desesperadores e inusitados do trabalho de campo; equipe dos alunos de Imagem e Som da UFSCar, a grande amiga Prof^a. Ceiza-

Maria, da cidade de Três Marias-MG, pelo momentos de carinho, infra-estrutura de escritório, receptividade e apoio incansável sempre que eu precisava.

As grandes parceiras e amigas Ana Maria Suficiel Bertolo e, especialmente minha querida amiga que me acompanha desde a graduação, Ana Virginia M. Amaral, da Secretaria de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

À Prof^a.Dr^a Lúcia Maria Barbosa, grande amiga com quem muito aprendi muito e compartilhei preciosos momentos de vida. Agradeço especialmente o incentivo e a sua colaboração na revisão gramatical do texto. Suas sugestões foram muito importantes para esse trabalho.

A Prof^a Dr^a. Laura Susana Arrazola, da Universidade Federal Rural de Pernambuco que mesmo muito distante se fez presente na internet, semanalmente, estimulando e colaborando nas discussões teóricas de gênero. Agradeço por suas sugestões e críticas.

Às minhas irmãs, especialmente a Thalita pelo incentivo, paciência, dedicação e suporte com as incansáveis cópias e reprodução de materiais para minha pesquisa. E minha querida irmã Thulany, por ter dedicado o seu tempo em plena “Copa do Mundo” para ajudar-me nas correções necessárias. A vocês, meu eterno amor e gratidão.

Ao Edson, uma pessoa muito especial que me incentivou e que pacientemente espera o meu retorno para que possamos trilhar novos caminhos de vida.

RESUMO

O presente trabalho complementa e integra o projeto bilateral entre o Brasil e o Canadá denominado “A Pesca Continental no Brasil: Modo de vida e conservação sustentável”. Esse trabalho se propõe fazer um estudo sobre gênero e meio ambiente no rio. De um lado tem-se um ambiente em risco - o rio que morre. De outro, um grupo de famílias de pescadores que se organizam para sobreviver a partir dos recursos desse meio. Nessa organização, diferenciam-se os papéis do homem e da mulher. As relações entre homens e mulheres no rio, sugerem que o conceito de gênero associado ao de meio ambiente podem permitir um importante avanço na compreensão das condições de vida da população envolvida. É dentro da perspectiva, que este artigo se pauta, tentando a partir da representação de meio ambiente, compreender as relações de gênero e as visões de meio ambiente que se estabelecem no seio das comunidades de pescadores (as) do Rio São Francisco. A amostra da pesquisa compreende homens e mulheres pescadores que habitam ao longo do trecho mineiro do alto-médio Rio São Francisco. Utiliza-se como processo metodológico a memória, pois ela configura-se um dos caminhos possíveis para a descoberta os processos de desenraizamento social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam o passado, presente e futuro. As imagens fotográficas também são utilizadas como recurso metodológico, pois contextualizam o problema e ampliam o olhar do pesquisador.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	iv
Epígrafe.....	v
Agradecimento	vii
Resumo	ix
Abstract	x
Apresentação.....	xv
1. No caminho do rio, o descortinar da pesquisa.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 A inserção no projeto: o despertar do tema.....	4
1.3 Técnicas de campo.....	9
2. Ancorando algumas questões teóricas.....	29
2.1 Meio ambiente, representações e identidade.....	29
2.2 Gênero.....	44
2.3 Gênero e meio ambiente.....	54
3. O Alto e o Médio Rio São Francisco.....	61
3.1 O Rio São Francisco.....	61
3.2 A região estudada.....	72
3.3 Sua gente e seus modos de vida.....	80
3.3.1 Famílias e indivíduos.....	82
3.3.2 Saneamento.....	85
3.3.3 Sexo e idade.....	87
3.3.4 Cor.....	89
3.3.5 Escolaridade.....	92
3.3.6 Religião.....	95
4. Relato e imagens das (os) pescadores do Rio São Francisco: as questões de gênero e meio ambiente	106
4.1 Da casa para o rio: Gênero e os espaços de atuação de no rio e na casa.....	107
4.2 “O rio me deu o meu pescador, o meu marido, me deu um nome, me deu felicidade, minhas amigas”: gênero e relações com o meio ambiente	132
5. Considerações finais.....	141
6. Referências Bibliográficas.....	148

Lista de figuras

Figura 1	Cena fluvial com barcas.....	66
Figura 2	Mapa da bacia do rio São Francisco com a indicação de localidades estudadas.....	73

Lista de quadros

Quadro 1	Nome, idade e município residente dos pescadores artesanais entrevistados.....	12
Quadro 2	Características geográficas e climáticas da bacia do rio São Francisco.....	62

Lista de fotos

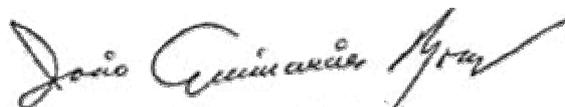
Foto 1	Equipe de pesquisadores da UFSCar, IARA e membros da comunidade de pescadores de Pirapora-MG.....	5
Foto 2	Censo Domiciliar. Barra do Gauicuí//MG.....	6
Foto 3	I Oficina de Lideranças Comunitárias. Três Marias.....	6
Foto 4	Oficina de Repórter Comunitário. Três Marias/MG.....	7
Foto 5	I Fórum Regional da Pesca. Três Marias/MG.....	7
Foto 6	I Oficina de Gênero e Desenvolvimento Comunitário Ibiaí/MG.....	7
Foto 7	I Oficina de Gênero e Desenvolvimento Comunitário Ibiaí/MG.....	7
Foto 8	Pescadora. Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	22
Foto 9	Pescadora. Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	22
Foto 10	Pescador. Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	22
Foto 11	Pescadora. Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	22
Foto 12	Pescadora. Fazenda do Mazinho (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	23
Foto 13	Pescadora. Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	23
Foto 14	Pescador. Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	23
Foto 15	Esposa de Pescador. Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté/MG).....	23
Foto 16	Pescador. Pirapora/MG.....	24
Foto 17	Pescadora. Pirapora/MG.....	24
Foto 18	Pescador. Pirapora/MG.....	24
Foto 19	Pescador. Pirapora/MG.....	24
Foto 20	Pescador. Ibiaí/MG.....	25
Foto 21	Pescadora. Ibiaí/MG.....	25
Foto 22	Pescadora. Ibiaí/MG.....	25
Foto 23	Pescadora. Barra do Gauicuí.....	25
Foto 24	Pescador. Ibiaí/MG.....	26

Foto 25	Pescadora. Ibiaí/MG.....	26
Foto 26	Pescadora. Ibiaí/MG.....	26
Foto 27	Pescador. Ibiaí/MG.....	26
Foto 28	Pescadora. Barra do Guaicuí/MG.....	27
Foto 29	Pescador. Barra do Guaicuí/MG.....	27
Foto 30	Pescador. Barra do Guaicuí/MG.....	27
Foto 31	Pescadora. Barra do Guaicuí/MG.....	27
Foto 32	Pescadora. Barra do Guaicuí/MG.....	28
Foto 33	Pescadora. Barra do Guaicuí/MG.....	28
Foto 34	Pescadora. Barra do Guaicuí/MG.....	28
Foto 35	Pescador. Barra do Guaicuí/MG.....	28
Foto 36	Os remeiros e a barca.....	66
Foto 37	Rio São Francisco em Três Marias. Ponte Três Marias. Rio/ Brasília construída em 1959.....	74
Foto 38	Rio São Francisco em Pirapora-MG. Ponte Marechal Hermes, inaugurada em 1922, que liga a cidade de Pirapora e Buritizeiro.....	74
Foto 39	Ruínas da Igreja do Bom Jesus de Matozinho, localizada em Barra do Guaicuí- distrito de Várzea da Palma.Construção de pedras iniciada pelos jesuítas possivelmente em 1775 e nunca concluída.....	75
Foto 40	Vapor Benjamim Guimarães, embarcação tombada pelo Estado e município.. Localizado em Pirapora/MG.....	75
Foto 41	O surubim era visto como um troféu. Os pescadores tiravam fotos do surubim e as exibem, até hoje, nas paredes de suas casas.....	77
Foto 42	Corredeiras de Buritizeiro e no fundo a ponte Marechal Hermes que liga a cidade de Pirapora e Buritizeiro.....	77
Foto 43	Surubim morto encontrado no Rio São Francisco em Três Marias. Julho de 2005.....	79
Foto 44	Surubim morto encontrado no Rio São Francisco em Três Marias. Julho de 2005.....	79
Foto 45	Família de pescadores de Ibiaí-MG: pai, mãe e filhos.....	83
Foto 46	Família de pescadores de Pirapora-MG: pai, mãe, filhos e a presença da avó paterna.....	83
Foto 47	Família de pescadores de Barra do Guaicuí-MG: pai, mãe e 4 filhos.....	83
Foto 48	Família de pescadores de Pirapora-MG: pai, mãe, filhos e a neta.....	83
Foto 49	Família de pescadores de Barra do Guaicuí -MG: pai, mãe, filhos, cunhados e sobrinhos.....	84
Foto 50	Família de pescadores de Barra do Guaicuí -MG: mãe separada do marido há 2 anos e os cinco filhos.....	84
Foto 51	Casa de pescadores depois de uma forte chuva. Barra do Guaicuí.....	86
Foto 52	Casa de pescadores. Ibiaí –MG.....	86
Foto 53	Casa de pescadores. Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté) –MG.....	86
Foto 54	Festa do “Bumba Meu Boi” realizado em Ibiaí/MG.....	96
Foto 55	Grupo de romeiros/pescadores de Pirapora-MG.....	100
Foto 56	Grupo de romeiros de chegou de pau-de-arara em Bom Jesus da Lapa/BA.....	100
Foto 57	Grupo de romeiros pescadores chegou de barcos a Bom Jesus da Lapa/BA.....	100
Foto 58	Grupo de romeiros que chegou de carroça a Bom Jesus da Lapa/BA.....	100
Foto 59	Grupo de romeiros na primeira missa do dia da Festa de Bom Jesus da Lapa/BA.....	101
Foto 60	Gruta do Morro da Lapa que abriga o santuário do Senhor Bom Jesus.....	101
Foto 61	Romeiros com uma coroa de espinhos em sua cabeça “pagando sua promessa” ao Senhor Bom Jesus.....	101
Foto 62	As romeiras visitando pela 10º ano seguido a Festa de Bom Jesus da Lapa-BA.....	101
Foto 63	Santuário do Senhor Bom Jesus. Lugar onde os romeiros depositam duas cartas com petições e dinheiro.....	102
Foto 64	Romeiros em um dos santuários localizado dentro da Gruta do Morro da Lapa.....	102
Foto 65	A confecção das carrancas do São Francisco ainda é o ofício de muitas pessoas em Pirapora-MG.....	104
Foto 66	A confecção das carrancas do São Francisco ainda é o ofício de muitas pessoas em Pirapora-MG.....	104
Foto 67	Pescadora para profissional e sua filha embalando biscoitos para complementar a renda familiar. São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).....	112
Foto 68	Menino tecendo uma rede enquanto o pai está no rio. Ibiaí/MG.....	112

Foto 69	Pescadores para profissionais: o marido na para proa e a esposa pilotando o barco. Ibiaí/MG.	116
Foto 70	Pescadores para profissionais: o marido na para proa do barco e a esposa pilotando. Ibiaí/MG.....	116
Foto 71	Pescadora para profissional lavando roupa no rio. Pirapora/MG.....	119
Foto 72	Pescadora para profissional preparando o almoço para a família. São Gonçalo do Abaeté.....	119
Foto 73	Pescadora profissional realizando a atividade da pesca, mesmo que sozinha, e o prazer de estar em contato com a natureza e com o rio. Pirapora/MG.....	122
Foto 74	Pescadora aposentada que hoje tem a atividade da pesca como um lazer, um momento para “descansar a cabeça”. Pirapora/MG.....	122
Foto 75	Pescadora profissional: o rio como fonte de sustento e lazer. São Gonçalo do Abaeté.....	123
Foto 76	Pescadora profissional em seu momento de lazer. Beira Rio. São Gonçalo do Abaeté.....	123
Foto 77	O peixe é comprado da “mão do marido” e de outros pescadores.....	126
Foto 78	A pescadora separa alguns peixes para serem filetados e outros ela guarda no freezer para serem vendidos inteiros.....	126
Foto 79	Os peixes escolhidos para serem filetados são levados para o local de trabalho (que fica nos fundos da casa) onde são limpos.....	126
Foto 80	Posteriormente, tica-se os espinhos (cortar em pedaços quase imperceptíveis ao paladar) e fileta-se o peixe, que é embalado e vendido.....	126
Foto 81	Tereza compra os peixes de vários pescadores. O peixe é colocado em um balde com água assim que chega do rio.....	127
Foto 82	Posteriormente, Valdete – uma das ajudantes de Tereza, retira as escamas.....	127
Foto 83	Após a retirada das escamas, Valdete coloca o peixe novamente em um vasilha com água.....	128
Foto 84	Tereza retira o peixe da vasilha com água e termina o processo de limpeza abrindo o peixe e retirando a “barrigada”. Corta-o e coloca em uma vasilha com água.....	128
Foto 85	Anete retira o peixe da vasilha com água e inicia o processo de ticar os espinhos do peixe que são posteriormente filetados.....	128
Foto 86	Panorama do processo produtivo realizado por Valdete, Tereza e Anete.....	128

Apresentação

*"Quando escrevo, repito o que já vivi antes.
E para estas duas vidas, um léxico só não é suficiente.
Em outras palavras, gostaria de ser um crocodilo
vivendo no rio São Francisco. Gostaria de ser
um crocodilo porque amo os grandes rios,
pois são profundos como a alma de um homem.
Na superfície são muito vivazes e claros,
mas nas profundezas são tranquilos e escuros
como o sofrimento dos homens."*



Esta pesquisa, realizada no âmbito do desenvolvimento do projeto bilateral entre o Brasil e o Canadá denominado "A Pesca Continental no Brasil: Modo de vida e conservação sustentável", posteriormente denominado "Peixes, Pessoas e Água", no qual essa pesquisa está inserida, objetiva-se, dentre outras coisas, contribuir para a equidade do uso do recurso pesqueiro continental do Brasil de maneira a dar sustentabilidade ao recurso e ao meio de vida que dependam dele.

Este projeto é financiado pela Canadian International Development Agency (CIDA) e International Development Research Centre (IDRC) e tem como parceiros: a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e as Ongs: World Fisheries Trust (WFT) e o Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais (IARA).

Segundo o projeto submetido ao Fundo para Transferência de Tecnologia, Canadá - Brasil, Fase II, da Canadian International Development Agency - CIDA, o projeto visa transferir componentes técnicos, sociais e estratégicos apropriados, provenientes da experiência canadense da gestão da pesca e conservação, para uma variedade de públicos: Comunidades de

pescadores, Indústria, Universidades e Organizações governamentais e não-governamentais.

A tecnologia e a experiência canadense visam fortalecer e ajudar na integração da experiência e esforços brasileiros buscando a criação de comunidades ribeirinhas sócio-ambientalmente sustentáveis, com gerenciamento e conservação da pesca participativa.

Assim, este trabalho desenvolveu-se a partir do convite feito por um dos coordenadores do projeto à pesquisadora para que a mesma integrasse a equipe de pesquisadores da UFSCar em um dos sub-projetos desse projeto maior, descrito acima, denominado Projeto “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco”. O objetivo desse projeto é a troca de experiências da Amazônia com o Vale do São Francisco, a fim de preparar as comunidades para atuarem na gestão participativa da pesca. Por acreditar que a participação da sociedade somente se efetivará no momento que esta se encontrar plenamente organizada e legitimamente representada nas instâncias de tomadas de decisões, através de suas organizações, o projeto visou implementar e consolidar esse processo através do fortalecimento das estruturas organizacionais dos diversos agentes envolvidos a fim de gerar integração e garantir a ocorrência de diálogos formais e legítimos que de fato representem os respectivos interesses.

Uma das preocupações do projeto "Rumo", como um todo, foi ter conhecimento das características sociais econômicas e culturais da região. Para suprir essa necessidade foi realizado em 2004 o Censo Estatístico Comunitário. Já no Censo foi apontada uma das grandes preocupações do projeto, manter sempre presente as perspectivas de gênero e raça em todas as suas atividades. Dessa necessidade e preocupação, no ano de 2005 tiveram início alguns estudos mais aprofundados nessas temáticas. Com o intuito de contribuir e aprofundar o debate sobre gênero, tema constante e obrigatório na discussão dos dilemas atuais da sociedade brasileira, surgiu essa dissertação.

Esta pesquisa teve como proposta geral estudar a relação entre meio ambiente em risco - o rio que morre e os papéis dos homens e mulheres pescadores que sobrevivem a partir dos recursos desse meio ambiente.

A pesquisa foi realizada no Alto e Médio São Francisco a partir de observações realizadas entre pescadores artesanais e outros grupos sociais a eles relacionados. Para responder às questões da pesquisa e atingir os objetivos propostos, utilizou-se como método o estudo dos depoimentos de orais coletados através de entrevistas e a utilização de imagens que contextualizam o problema estudado e ampliam o olhar do pesquisador.

Vale ressaltar, que o apoio concedido pela Canadian International Development Agency (CIDA) e International Development Research Centre (IDRC) foi de fundamental importância para a realização do trabalho de campo, justamente por acreditar que os projetos e pesquisas são ricos mecanismos de aprendizagem para a formação acadêmica e cidadã dos alunos.

Esta dissertação está estruturada em cinco partes. A primeira se destina à introdução onde é apresentada a metodologia da pesquisa e descrição da realização do trabalho de campo, partindo dos primeiros contatos com o Projeto Peixes, Pessoas e Água. Relata também os êxitos e percalços enfrentados pela pesquisadora.

Na segunda parte é apresentada reflexões sobre teorias e autores que serviram para fundamentar a análise do material obtido no trabalho de campo. Alguns conceitos-chave (meio ambiente, gênero e gênero e meio ambiente) são discutidos à luz de algumas das posições teóricas mais significativas nos respectivos domínios.

A terceira parte é apresentada à região estudada. Aqui se fez uma abordagem histórica procurando localizá-la no tempo e no espaço, dando ênfase à algumas questões sócioambientais. Neste tópico, são descritas as comunidades participantes da pesquisa, seus costumes e seus modos de vida. Assim, a partir da compreensão das características físicas, contextuais e sócio-econômicas da região estudada, é possível reunir elementos para compreender como esse grupo de pescadores (as), cria estratégias de sobrevivência frente a fatores ambientais degradantes encontrados no rio São Francisco e, principalmente, como eles se relacionam com o meio ambiente - o rio que ao mesmo tempo tem vida, tem alma através da crença local nos seres mítico da água e - o rio que está morrendo devido à degradação ambiental.

A quarta parte analisa os relatos obtidos em campo, discutindo às relações de gênero e às representações de meio ambiente. As questões analisadas aparecem fundamentadas não só pelas teorias, mas pelas falas dos sujeitos. Todo o trabalho vem sendo fundamentado, tantos nas falas dos entrevistados, como nas observações que foram anotadas no diário de campo, fruto das conversas informais e das experiências partilhadas entre pesquisadora e moradores.

A quinta parte é apresentada as considerações finais. No entanto, é importante salientar que as questões apresentadas estão longe de serem conclusivas, pois acredita-se que este trabalho seja apenas mais uma contribuição para outras discussões que já se fizeram e estão se fazendo e sugere que tais estudos são importantes e podem nos mostrar direções inusitadas no estudo de gênero e meio ambiente.

Para finalizar, considero necessário um pequeno comentário: como este trabalho foi norteado pela perspectiva dos estudos de gênero, optou-se nele pelo uso dos termos homens/mulheres, pescadores/pescadoras ou similares. Sendo a gramática de nossas línguas muito marcada pelo falocentrismo, evitou-se a utilização do termo “homem” como representativo da espécie humana. Entendo que essa não é uma forma suficiente para desconstruir uma concepção tão profundamente arraigada em nossos hábitos lingüísticos, mas acredito que não se deva continuar a usar um único termo para tratar gênero, pois do contrário, estaremos perpetuando o englobamento do feminino pelo masculino e a conseqüente invisibilidade das mulheres.

Capítulo 1.

NO CAMINHO DO RIO, O DESCORTINAR DA PESQUISA

1.1. Introdução

Desde há muito a região do São Francisco absorve uma série de recursos e providências que visa implementar o rio e melhorar a qualidade de vida e renda das populações. Atualmente, as discussões estão pautadas sobre a questão da transposição de águas do São Francisco para o setor norte do Nordeste. Por outro lado, a exploração dos recursos hídricos, minerais, vegetais e humanos de toda a bacia do Rio São Francisco, durante décadas, trouxe danos, alguns irreparáveis, a toda a região. Assoreamento, desmatamento, erosão e poluição são problemas enfrentados pela população do vale há anos, e o tipo de impacto ambiental está diretamente ligado à atividade econômica desenvolvida em cada região.

A construção de grandes hidrelétricas e a implantação de programas para estimular a modernização da agricultura, principalmente com tecnologias de irrigação e aproveitamento de água, foram os eixos que sustentaram as ações do governo militar no Nordeste e Sudeste (Minas Gerais) nos anos de 1970. Na mesma época, o garimpo, a exploração da madeira, os incentivos à pecuária e os programas de colonização abriam novas fronteiras no Norte do país, que se ampliaram ainda mais nos anos 80, com a implantação dos grandes projetos de mineração e hidrelétricas. Com isso, os rearranjos produtivos possibilitados por essas tecnologias geraram um significativo impacto nos meios de produção, abalando as estruturas sociais, ambientais e econômicas envolvidas no setor agrícola. A exemplo do processo de rearranjo produtivo, verificamos a expansão da fruticultura na região do Vale do São Francisco possibilitada pelos projetos de irrigação que teve, como consequência, a criação de um grande número de postos de trabalho, com alto crescimento de empregos para mulheres. Durante certo tempo, elas conquistaram um grau de organização e qualificação que propiciou uma maior visibilidade do trabalho feminino e a efetivação dos direitos trabalhistas. Porém, na década de 90, visando à exportação, os produtores buscaram atender as exigências dos compradores ao implementar programas de qualidade total e ao mecanizar as atividades pós-colheita de seleção, como também o empacotamento de frutas. Essas mudanças acarretaram

perda de empregos, em especial de postos de trabalho feminino, dado o maior custo deste em relação ao trabalho masculino - pois inclui direito como a licença maternidade.

Neste contexto, o pescador tem sido reconhecido como um lavrador que perdeu o acesso a terra (Pertrere, 1990). Sem o domínio de habilidades para inserir-se no mercado de trabalho urbano, o pescador recorre à pesca como o único recurso para a garantia de sobrevivência da família. Assim, tanto o atraso quanto o avanço das práticas agrícolas formaram o conjunto das circunstâncias que trouxe famílias de trabalhadores agrícolas nordestinos para o Norte de Minas Gerais, as quais foram se instalando seguindo o curso do rio São Francisco, ou seja, de Januária para Pirapora e quando da construção da hidrelétrica de Três Marias, de Pirapora para Três Marias. Esse conjunto de circunstâncias transformou os descendentes dos trabalhadores agrícolas em trabalhadores da pesca (Valêncio, 2001). Conseqüentemente, a pesca profissional, praticada em bases artesanais (uso de materiais como tarrafa e rede), tornou-se das atividades mais tradicionais de trabalho no rio São Francisco, havendo milhares de famílias ribeirinhas que se dedicam a essa ocupação há mais de uma geração. No entanto, segundo Valêncio (2001), essa atividade encontra-se em risco de desaparecimento, não porque não haja quem se dedique à mesma, mas por fatores ambientais, político-institucionais intervenientes, entre outros, os quais vêm colocando os trabalhadores da pesca e sua família em processo acelerado de pauperização e exclusão social.

A atividade pesqueira, tanto na escala artesanal quanto industrial, é tida como prática exclusivamente masculina. Primordialmente, e ao longo do desenvolvimento da atividade, o "papel de pescador" é logo associado à figura do homem, tendo em vista os "perigos" oferecidos pela profissão: longos períodos de permanência no rio; necessidade de habilidades como força e resistência física; condições precárias das embarcações, etc. Nas comunidades que vivem da pesca, diz-se que cabe à mulher as atividades de processamento ou venda do pescado. Embora essas situações sejam realmente observadas, a mulher tem participação ativa em todos os processos. A mulher não é apenas dona de casa, educadora dos filhos e coletora, mas também participa de várias fases da pesca: da captura à venda. Essa é uma estratégia de sobrevivência que está enquadrada nos pressupostos em que obter o alimento e mantê-lo no núcleo familiar é uma forma de concentrar o recurso

Assim, de um lado tem-se um ambiente em risco - o rio que morre. De outro, um grupo de famílias de pescadores que se organizam para sobreviver a partir dos recursos desse meio ambiente. Nessa organização, diferenciam-se os papéis do homem e da mulher. Pergunta-se, portanto, se essa diferenciação reproduz-se nas relações com o meio ambiente. Esta dissertação tem como objeto principal responder a essa pergunta. Como objetivos específicos, procura-se: a) analisar como os pescadores, distintos por gênero, se relacionam com o meio ambiente; b) analisar o papel que as mulheres desempenham enquanto presença feminina na pesca.

A amostra da pesquisa compreende os pescadores (as) do Alto e Médio Rio São Francisco¹, tendo como espaço empírico os municípios de Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Pirapora, Ibiaí e Várzea da Palma, localizadas no norte do Estado de Minas Gerais. A memória é utilizada para estudar o processo de degradação do meio ambiente, tendo como foco o Rio São Francisco, na tentativa de recuperar o passado individual e coletivo presente nas lembranças dos pescadores do Alto e Médio Rio São Francisco.

Concordando com a análise de Silva (2002), os depoimentos e as histórias de vidas coletadas através do resgate da memória como metodologia de análise justificam-se, pois ela configura-se como um dos caminhos possíveis para a redescoberta dos processos de desenraizamento social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam o passado, presente e futuro.

A utilização de imagens fotográficas também é utilizada como recurso metodológico, pois contextualizam o problema e ampliam o olhar do pesquisador. Especificamente quanto à utilização e análise do material fotográfico, segundo Koury (1999), entende-se que a utilização da fotografia em trabalhos das Ciências Sociais coloca-a definitivamente como um instrumento de reflexão e de compreensão da realidade social e não mais como apenas um auxiliar de leitura da mesma realidade.

Partindo do pressuposto de que seja ineficiente e improdutivo acreditar que a análise de imagem possa se fazer sem a contextualização das situações em que a fotografia foi feita, bem como sem que se mostre o objetivo de se fazer aquele recorte específico de uma realidade mais ampla, e ainda sem que se comente *o que*

¹ É importante esclarecer que o topônimo Alto São Francisco indica a área ribeirinha compreendida entre as nascentes e a cachoeira de Pirapora, incluídos os seus afluentes; o Médio São Francisco compreende a região intermediária banhada pelo rio, de Pirapora (MG) a Juazeiro (BA), acrescentando-se também os tributários; e o Baixo São Francisco, a área ribeirinha de Juazeiro até a foz, com seus afluentes.

daquela imagem, que na maioria das vezes porta inúmeros significados, quer-se destacar (LEITE, M L M 1988), entende-se que é necessário revelar qual a intenção maior do uso das fotografias nesse item do trabalho. Em primeiro lugar, deve-se dizer que só é possível trabalhar com imagens contextualizando-as. Nesse trabalho, essa contextualização é realizada tanto a partir das observações de campo anotadas em caderno de campo quanto a partir dos depoimentos.

1.2. A inserção no projeto: o despertar do tema

O primeiro contato com a população de pescadores ocorreu em janeiro de 2004, quando se teve a oportunidade de conhecer o alto-médio rio São Francisco, através do sub-projeto “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco” inserido no âmbito desse projeto maior descrito na apresentação, entre o Brasil e o Canadá, tendo a Universidade Federal de São Carlos-UFSCar como parceira².

Uma das preocupações do projeto “Rumo” , como um todo, foi ter conhecimento das características sociais, econômicas e culturais da região. Para suprir essa necessidade, equipe de professores e pesquisadores da UFSCar – no qual a autora deste trabalho está incluída - realizaram um Censo Domiciliar.

² O objetivo desse projeto é a troca de experiências da Amazônia com o Vale do São Francisco, afim de preparem as comunidades para atuarem na gestão participativa da pesca. Justamente por acreditar que a participação da sociedade somente se efetivará no momento que esta se encontrar plenamente organizada e legitimamente representada nas instancias de tomadas de decisões, através de suas organizações, uma das diretrizes básicas traçadas, para implementar e consolidar esse processo, foi fortalecer as estruturas organizacionais dos diversos agentes envolvidos afim de gerar integração e garantir a ocorrência de diálogos formais e legítimos que de fato representem os respectivos interesses.



Foto 1: Equipe de pesquisadores da UFSCar, IARA e membros da comunidade de pescadores de Pirapora-MG

Terminado o Censo Domiciliar, permaneceu o interesse pelo lugar, principalmente a problemática sócio-ambiental e as relações de gênero que suscitava, despertando uma série de questionamentos, principalmente acerca da relação entre a questão da sobrevivência dos pescadores a partir dos recursos desse meio ambiente, uma vez que o mesmo entra-se em risco, e a questão ambiental, de preservação da natureza.

Dar prosseguimento àquele primeiro encontro e desenvolver uma pesquisa a partir de questionamentos iniciais eram instigante e, também, uma certeza. Na época, já havia ingressado no curso de pós-graduação em Ciências Sociais e estava trabalhando com outra problemática que também estava inserida neste mesmo contexto e projeto. No entanto, devido à escassez de recursos e tempo não foi possível trabalhar com a problemática inicial.

A segunda e a terceira ida a campo ocorreram nos meses de abril e maio de 2004, com o início de uma série de oficinas realizadas pela equipe do projeto para os pescadores (as) artesanais, como parte integrante das atividades do Projeto Peixes, Pessoas e Água, das quais tive a oportunidade de participar, algumas delas como facilitadora. Dentre elas podemos citar:

- I Fórum Regional da Pesca de Três Marias
- Apresentação dos resultados da pesquisa e o vídeo nas comunidades envolvidas
- Oficinas de Lideranças Comunitárias
- Oficinas de Repórter Comunitário
- Oficinas de Gênero e Desenvolvimento Comunitário

As fotos a seguir ilustram algumas dessas atividades citadas:



Foto 2: Censo Domiciliar. Barra do Gauicuí//MG
Crédito: alunos do curso de Imagem e Som-UFSCar



Foto 3: I Oficina de Lideranças Comunitárias. Três Marias
Crédito: alunos do curso de Imagem e Som - UFSCar



Foto 4: Oficina de Repórter Comunitário. Três Marias/MG
Crédito: alunos do curso de Imagem e Som-UFSCar



Foto 5: I Fórum Regional da Pesca. Três Marias/MG
Crédito: alunos do curso de Imagem e Som-UFSCar



Foto 6: I Oficina de Gênero e Desenvolvimento Comunitário
Ibiaí/MG



Foto 7: I Oficina de Gênero e Desenvolvimento Comunitário

O I Encontro Estadual de Mulheres Pescadoras e Aqüicultoras do Estado de Minas Gerais ocorrido entre os dias 26 e 27 de outubro, no qual coordenei o Grupo de Trabalho sobre Relações de Gênero, Raça e Equidade: efetivação dos direitos humanos das mulheres foi umas das atividades das quais pude presenciar estes momentos distintos³, forneceu pistas valiosas para que, posteriormente, pudesse observar e compreender, com maior clareza, o modo de vida e o universo dessas mulheres pescadoras e aqüicultoras.

Ao retornar à região, seis meses depois, em abril de 2005, para o início de uma nova etapa de oficinas com o enfoque em Gênero e Desenvolvimento Comunitário, pude, concomitantemente a essas atividades, realizar meu trabalho de campo.

Finalmente, depois dessa última etapa de oficinas, iniciei meu trabalho de campo no final de junho, perdurando até meados de agosto de 2005, onde foi possível estabelecer-me por cerca de 45 dias nas comunidades de pescadores dos municípios envolvidas no projeto PPA.

Conhecer o cotidiano de trabalho implicou acompanhar as pescarias a partir da concordância e mesmo convite dos pescadores. Desta forma, a relação baseada na reciprocidade foi construída também em um envolvimento do pesquisador, ajudando nas pescarias, mais precisamente na de pesca.

Um dos fatos mais marcantes durante essa etapa foi o convite, feito por um grupo de pescadores-romeiros, para a tradicional festa de Bom Jesus da Lapa - BA. Aceito de imediato, possibilitou o convívio, mesmo que por alguns dias, sob o mesmo teto, o que, de certo modo, compensou o problema do pouco tempo.

A inserção no grupo permitiu uma reciprocidade consentida e o desenvolvimento de entrevistas abertas (algumas gravadas) e a utilização do diário de campo. A fotografia também foi utilizada como instrumento de investigação. Apesar das várias explicações sobre a pesquisa, apenas acharam inicialmente que fosse jornalista ou fotógrafo, tendo em vista que, além do gravador, utilizava muito a máquina fotográfica nas idas a campo. É relevante considerar que a fotografia foi

³ Momento distinto e raro, pois para muitas dessas mulheres era a primeira vez que saíam de suas casas e que ficariam por dois dias sem a presença dos maridos e/ou companheiros.

usada não apenas como técnica de pesquisa, mas como método de interpretação da situação e de descrição etnográfica.

Viver o cotidiano destes pescadores em termos de trabalho significou conhecer sua organização social, econômica e familiar, para então compreender quem são estas pessoas, como vivem, como pensam, como se organizam, suas histórias e suas tradições.

1.3. Técnicas de campo

A pesquisa de campo, através da inserção do pesquisador no contexto da comunidade, objetivou o desenvolvimento de uma interação sistemática na aplicabilidade dos instrumentos técnicos de investigação: as entrevistas, pesquisa com imagem (fotografia) e as técnicas qualitativas e quantitativas. Além disso, foram consultados os relatos de viagem e a literatura de ficção como fontes subsidiárias.

Entre as técnicas quantitativas foi utilizado o banco de dados criado a partir do Censo Estatístico Domiciliar para a caracterização socioeconômica e cultural e também para a seleção de famílias para entrevistas. As técnicas qualitativas utilizadas foram entrevistas no formato de história de vida, a partir da história oral e entrevistas semi-estruturadas. Como citado acima, realizado em janeiro e fevereiro de 2004, o Censo Estatístico Domiciliar foi uma das atividades do Projeto “Rumo”. Ele estabeleceu como população de interesse o conjunto de famílias de pescadores e pescadoras do Alto e Médio Rio São Francisco, associados das colônias Z-5 e Z-1, sediadas nos municípios de Três Marias e Pirapora, respectivamente. Para localizar essas famílias foram levantados os endereços nas fichas de associados existentes na secretaria das colônias. Foram entrevistados, também, pescadores clandestinos moradores de Buritizeiro.

O instrumento de coleta de dados quantitativos, o questionário estruturado, foi composto dos seguintes blocos de questões:

Bloco 1: Características dos domicílios

Bloco 2: Características demográficas dos componentes dos moradores do domicílio: idade, sexo, posição na família, cor (segundo classificação oficial do IBGE e segundo autodenominação), situação conjugal, estado de nascimento e tempo de residência no município, filiação religiosa. Cada grupo de moradores assim

constituído considera-se uma família, na medida em que estão ligados não apenas por relações de sangue e de contrato, mas também porque compartilham da mesma renda e do mesmo fogão.

Bloco 3: Escolaridade dos componentes da família, necessidades especiais e doenças; habilidades e desejos de aprendizagem.

Bloco 4: Características de trabalho e renda; primeira ocupação e ocupação do pai e da mãe (para os responsáveis pela família);

Bloco 5: Dados sobre a pesca: peixes mais freqüentemente pescados, peixes em extinção, novos peixes.

Os questionários foram aplicados por uma equipe treinada constituída por nove alunos da Universidade Federal de São Carlos, incluindo a autora deste trabalho, pela equipe coordenadora da pesquisa e por cinco jovens moradores das localidades que, inclusive, fizeram a crítica do questionário para melhor adaptá-lo às condições locais.

A pesquisa foi censitária e domiciliar dado que buscou atingir toda a população de interesse. A cobertura não foi total por conta de mudanças de endereço e pela não presença de alguns moradores no dia em que a aplicação dos questionários foi realizada. Problemas de tempo e de recursos financeiros não permitiram o retorno, em outro momento, aos domicílios fechados no dia da pesquisa. No momento da entrevista, divulgava-se o projeto e se conheciam pessoas com as quais se poderia, pela riqueza de informações, fazer entrevistas qualitativas de profundidade. Os respondentes foram os responsáveis pela família (marido e/ou mulher).

Nessa pesquisa, os dados quantitativos, referem-se aos dados coletados durante o Censo - já explicitado acima⁴. Esses dados foram importantes para o estudo, pois auxiliam afirmações e descrições mais detalhadas dos indicadores de vida dos pescadores artesanais. O Censo também adquiriu importância para o processo de seleção da amostra, para as entrevistas. Por ele foi possível levantar quais famílias preencheram os requisitos propostos pelo estudo, no caso: famílias que tinham na pesca a principal fonte de rendimento, mulheres e homens que desempenhavam alguma atividade da pesca e que possuíam carteira de pesca. No

⁴ É importante ressaltar que a parte quantitativa desse trabalho é resultado do Censo Domiciliar e que teve a participação da equipe do projeto na coleta dos dados. No entanto, com relação aos dados qualitativos - as entrevistas, transcrição das fitas, análise do material do trabalho e o material imagético ficaram a cargo da autora desse trabalho.

entanto, é necessário ressaltar que ter carteira de pesca não é condição para exercer a atividade de pescador profissional. Por isso, encontramos dificuldades na realização de entrevistas com pescadores e pescadoras da cidade de Três Marias - MG, pois os indivíduos entrevistados relatavam que, apesar de possuírem a carteira de pescador profissional, não desenvolviam a atividade, contudo ressaltavam que a obtinham para *“ajudar nas despesas da casa”*, *“porque todo mundo tem”* ou por *“irem nos finais de semana pescar nos seus ranchos eram pescadores e tinham direito a carteira”*. Portanto, por não apresentarem os requisitos da amostra proposto neste estudo, os pescadores da cidade de Três Marias não estão incluídos nos dados qualitativos dessa pesquisa.

A justificativa para tal escolha partiu da compreensão que identidades e gênero são categorias que dão sentido à vida cotidiana das pessoas e, portanto, são construídas nas relações e práticas sociais e simbólicas, seja no espaço doméstico ou fora dele, no trabalho produtivo.

Assim, a amostra da pesquisa qualitativa compõe-se de 35 indivíduos, entre 19 e 92 anos, com maior concentração de idades entre as faixas etárias de 40 e 50 anos. O espaço empírico compreende os municípios de Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Pirapora, Ibiaí e Várzea da Palma, localizado no norte do Estado de Minas Gerais. Os dados acima citados podem ser observados no quadro abaixo:

QUADRO 1. Nome, idade e município residente dos pescadores artesanais entrevistados.

Nº	Nome	Idade	Município
1	Feliciano	46	Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté)
2	Nadir	52	Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté)
3	Natália	46	Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté)
4	Tereza	55	Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté)
5	Patrícia	52	Beira-Rio (São Gonçalo do Abaeté)
6	Francisca	61	Fazenda do Mazinho (São Gonçalo do Abaeté)
7	Mateus	35	Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté)
8	Rosa	43	Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté)
9	Sara	92	Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté)
10	Reinaldo	65	Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté)
11	Maria do Piedade	42	Pirapora
12	Cristiane	54	Pirapora
13	Flor	82	Pirapora
14	Paulo	55	Pirapora
15	Amadeu	54	Pirapora
16	Matias	69	Pirapora
17	Valdo	58	Pirapora
18	Ana	48	Ibiaí

19	Pedro	67	Ibiaí
20	Jonabe	43	Ibiaí
21	Leonor	21	Ibiaí
22	Conceição	52	Ibiaí
23	Chica	44	Ibiaí
24	Manoel	61	Ibiaí
25	Lindalva	32	Ibiaí
26	Aparecida	47	Barra do Guaicuí
27	Lurdinha	33	Barra do Guaicuí
28	Vilma	21	Barra do Guaicuí
29	Maria das Saudades	47	Barra do Guaicuí
30	Maria Tereza	52	Barra do Guaicuí
31	José Antônio	35	Barra do Guaicuí
32	Jair	45	Barra do Guaicuí
33	Antonieta	46	Barra do Guaicuí
34	Crislaine	29	Barra do Guaicuí
35	Danuza	19	Barra do Guaicuí

As técnicas qualitativas na coleta e sistematização dos dados têm como proposta estimar as expectativas, impressões e aspirações que indivíduos do gênero feminino e masculino possuem com relação à suas situações em distintas esferas da vida social, como por exemplo, o meio doméstico e no rio-local de trabalho.

Trabalhou-se com relatos orais, ora através de depoimentos com o enfoque em alguns temas pertinentes ao estudo, ora através de histórias de vidas justificadas pela pretensão de se conhecer o cotidiano do grupo estudado, tendo por base as experiências vividas até o momento da entrevista, pois acredita-se que com isso seja possível retomar a idéia de como as relações sociais de gênero foram repassadas até se chegar à construção do olhar que hoje os agentes fazem sobre essas relações e as imbricações com o meio ambiente. Vale ressaltar que, de qualquer maneira, tanto por parte dos entrevistados quanto dos entrevistadores não há neutralidade na intenção posta nos discursos desenvolvidos por eles:

O processo de aproximação entre sujeito e objeto coloca em relação duas espécies de intencionalidade – a do sujeito que procura conhecer e a do sujeito “objeto do conhecimento”. Assim sendo, o investigador se depara, no processo de pesquisa, com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é próprio decorrente de sua experiência de vida, capaz de atribuir significado às suas ações e ao seu discurso, expressando e articulando seus pensamentos à sua maneira. Essa é justamente, a riqueza que se busca na coleta de relatos de vida. Por seu lado, o investigador não é um observador neutro, pois, independente da postura adotada, leva para a situação de entrevista determinantes de classe, formação cultural, profissional, sexo e idade. Nesses termos, o processo de coleta de dados é percebido como um processo de comunicação e de interação social na qual a neutralidade da observação é substituída por um questionamento, envolvendo as condições da situação de entrevista, em todos os seus aspectos (Briochi e Trigo, 1989: p.27).

A partir disso, faz-se necessário estabelecer que o que se entende por relatos orais. A memória é objeto de estudo das Ciências Sociais a partir de uma infinidade de recortes temáticos. Como não é possível mencionar todos esses recortes, concordamos com a análise de Silva (2002) ao afirmar que a memória, como metodologia de análise, configura-se como um dos caminhos possíveis para a redescoberta dos processos de desenraizamento social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam o passado, presente e futuro.

Nesta dissertação, os relatos orais a serem analisados, sejam eles através de depoimentos e histórias de vidas, constituem representações sobre a realidade vivida pelos pescadores artesanais que são resgatados através da memória. São depoimentos e histórias de vida que trazem pela memória ou ato de lembrar o que foi vivenciado e que de que maneira o foi. Assim, se estuda a memória para perceber as relações entre subjetividade dos indivíduos e tudo aquilo que é instituído na sociedade, e estuda-se a memória para que seja possível perceber o grau de percepção dos homens e mulheres pescadores sobre o espaço ambiental e social. Para tal intento, julgou-se suficiente à coleta das histórias de vidas, onde os entrevistados discorreram sobre suas lembranças, suas vidas sem intervenções do pesquisador. Posteriormente, foram utilizados os depoimentos focando os temas de gênero e meio ambiente por meio de entrevistas:

A diferença entre história de vida e depoimento está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma destas técnicas, durante o diálogo com o informante. À colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador: pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista (QUEIROZ, M. I. P. 1991, p.7).

Utilizou-se, na maior parte das vezes, o gravador (95% dos dados coletados) e, na menor parte das vezes, o lápis e caderno (5% dos dados coletados). Na citação abaixo, é possível verificar a importância das entrevistas:

A forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais nas ciências sociais é a entrevista; considerada muitas vezes como sua técnica por excelência, tem sido ao contrário encarada como desvirtuadora dos relatos. Nunca chegou, porém, a ser totalmente posta de lado, o que demonstra sua importância. A entrevista supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador; o tema ou o acontecimento sobre que versa foi escolhido por este último por convir ao seu trabalho. O pesquisador dirige, pois, a entrevista; esta pode seguir um roteiro, previamente estabelecido, ou operar aparentemente sem roteiro, porém, na verdade, se desenrolando conforme uma sistematização de assuntos que o pesquisador como que decorou. A captação dos dados decorre de sua maior ou menor habilidade em orientar o informante para discorrer sobre o tema; é este que conhece o acontecimento, suas circunstâncias, as condições atuais ou históricas, ou por tê-lo vivido ou por deter a respeito informações preciosas. Elas ora fornecem dados originais, ora complementam dados já obtidos de outras fontes. Na verdade, a entrevista está presente em todas as formas de coleta dos relatos orais, pois estes implicam sempre um colóquio entre pesquisador e narrador (QUEIROZ, M. I. P. 1991, p. 6).

As entrevistas temáticas não exigem grande espaço de tempo no colóquio com o entrevistado. Elas também não têm como regra a necessidade de se entrevistar várias vezes o mesmo informante, como é exigido quando se coletam relatos orais para compor histórias de vida. Nas entrevistas temáticas realizadas com objetivo de colher depoimentos, a relação do pesquisador com o “narrador” se caracteriza pelo

direcionamento da narrativa do segundo pelo primeiro para que os dados perseguidos sejam conseguidos. Dentro desse contexto, o roteiro utilizado das entrevistas contemplava questões sobre inserção social da família de origem, infância, educação, escolha profissional, nível de renda. As indagações corriam no sentido, mais particular, sobre casamento(s), escolha do parceiro, cotidiano doméstico, rede de amigos, tipo de lazer, perspectivas de futuro para si e filhos. Eram solicitadas também narrativas de credices populares da região. Em razão do tema eleito, relações de gênero e meio ambiente, houve algumas questões sobre o processo de degradação do meio ambiente, tendo como foco o Rio São Francisco, e seu impacto na vida dos pescadores. Aqui, vale ressaltar que a pesquisa que tem o indivíduo ou a família como unidade amostral, pode, portanto, ser adequada para capturar o processo de diferenciação. Outra vantagem desses tipos de pesquisa, é que as entrevistas são realizadas domiciliarmente e, dessa forma, dá-se voz às pessoas que, provavelmente, não iriam a uma reunião de grupo ou, se fossem, não emitiriam suas opiniões. Um grupo é referência para o comportamento também no que ele tem de constrangedor, intimidador e ameaçador. Muitas pessoas não falam em grupo por timidez ou precaução e, quando o fazem, seguem a tendência do grupo ou dos componentes que detém maior poder.

A transcrição das fitas, com mais de 300 horas de gravação, o tratamento de dados e a organização do material imagético no total de 450 fotos, foram desenvolvidos pela autora desse trabalho, o que demandou muitas horas e meses de trabalho. Desta forma, devido às limitações de recursos como o tempo, por causa dos prazos dos cursos de pós-graduação, e recursos financeiros, como a falta de bolsas de estudo para os alunos, não foi possível utilizar todo o vasto e rico material disponível.

Neste momento, é preciso esclarecer que, conforme as Diretrizes Éticas Internacionais para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, todas as propostas para realizar pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à revisão e aprovação de um ou mais comitês independentes de

revisão ética e científica. Contudo, os Comitês de Ética em Pesquisa trabalham principalmente na elaboração de normas específicas para áreas como: genética humana, reprodução humana, novos dispositivos para a saúde, pesquisas em populações indígenas, pesquisas conduzidas do exterior e aquelas que envolvam aspectos de biossegurança. Assim, pelo fato de não existir normas específicas para algumas áreas das Ciências Sociais, a pesquisadora não submeteu o projeto à revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP desta universidade. Contudo, é necessário salientar que a pesquisadora salvaguardou a confidencialidade dos dados de pesquisa e seguiu algumas das diretrizes éticas internacionais para a pesquisa envolvendo seres humanos⁵. Os indivíduos participantes foram informados do conteúdo da pesquisa e receberam o termo de consentimento livre e esclarecido (conforme modelo apresentado em anexo) obedecendo aos requisitos do CEP. Com intuito de preservar a privacidade dos indivíduos participantes, os seus nomes foram trocados por nomes fictícios.

Especificamente quanto à utilização e análise do material fotográfico⁶, pode-se dizer que tal material foi utilizado de maneira a cumprir vários dos objetivos que as discussões metodológicas têm listado como possíveis utilizações do mesmo tipo de material. Koury(1999) mostrou que, no plano internacional, a utilização de imagens se faz sinteticamente com o objetivo de ampliar o olhar do pesquisador, ou seja, poder voltar a cenas vividas em campo e poder refletir sobre elas; e/ou

⁵ Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade, seguindo os tópicos a seguir: a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes; b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária. Fonte: www.ufrgs.br/bioetica/benefic.htm

⁶ É importante ressaltar que a maior parte do material imagético utilizado nessa dissertação é de autoria da pesquisadora desse trabalho. Quando a pesquisadora utilizar algum outro material imagético será citada a fonte do mesmo.

com o objetivo de entender o outro ou aquele portador de uma subjetividade diversa da do pesquisador. Esse mesmo autor mostra que, no Brasil, o recurso de imagens em pesquisa caracterizou-se, inicialmente, por uma utilização ilustrativa aparecendo, com menor frequência, uma utilização como *prova de campo* e como instrumento de compreensão do mesmo.

Sontag (2004), ao relatar sobre fotografia, também concorda que as fotos fornecem testemunho de algo de que ouvimos falar mais do que duvidamos, no entanto parece comprovado quando nos mostram uma foto:

Imagens fotografadas não parecem manifestação a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir [...] Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem [...] As fotos oferecerão provas incontestáveis de que a viagem se realizou, de que a programação foi cumprida, de que houve diversão. As fotos documentam seqüências de consumo realizadas longe dos olhos da família, os amigos, dos vizinhos (Sontag, 2004, p.13-14).

Na década de 70 e 80, ampliaram-se os usos das imagens fotográficas e somou-se aos mesmos a possibilidade de se atribuir um valor documental a fotografia e a outros tipos de imagens. Segundo Koury (1999), na atualidade, pode-se entender que a utilização da fotografia em trabalhos das Ciências Sociais coloca-a definitivamente como um instrumento de reflexão e de compreensão da realidade social e não mais como apenas um auxiliar de leitura da mesma realidade.

Segundo Sontag (2004), ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas idéias sobre que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e,

mais importante ainda, uma ética do ver. Por fim, o resultado mais extraordinário da atividade fotográfica é nos dar a sensação de que podemos reter o mundo inteiro em nossa cabeça - como uma *antologia de imagens*:

Uma foto não é apenas o resultado de um encontro entre um evento e um fotógrafo; tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos - interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo. Nosso próprio senso de situação articula-se, agora, pelas intervenções da câmera. A onipresença de câmeras sugere, de forma persuasiva, que o tempo consiste em eventos interessantes, eventos dignos de ser fotografados. Isso, em troca, torna fácil sentir que qualquer evento, uma vez em curso, e qualquer que seja seu caráter moral, deve ter caminho livre para prosseguir até se completar – de modo que outra coisa possa vir ao mundo: a foto (Sontag, 2004, p.22-23).

Para Sontag (2004), o ato de tirar uma foto já significa ter um interesse pelas coisas como elas são, pela permanência do *status quo* (pelo menos enquanto for necessário para tirar uma “boa” foto) é estar em cumplicidade com o que quer que torne um tema interessante e digno de se fotografar – até mesmo, quando for esse o foco de interesse, com a dor e a desgraça de outra pessoa:

Fotografar é a apropriar-se da coisa fotografada. Significa pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento – e, portanto, ao poder [...] Tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa (ou coisa). Justamente por cortar uma fatia desse momento e congelá-la, toda foto testemunha a dissolução do tempo (Sontag, 2004, p.26).

Neste trabalho, entende-se que as imagens devem ser utilizadas cumprindo diversos objetivos:

- 1- Como ilustração: às vezes como *prova de campo* e às vezes como forma de fazer chegar melhor às idéias que se expressam ao leitor
- 2- Como ampliação do olhar do pesquisador: como dados do real sob os quais deve haver reflexão e a partir dos quais se pode obter maior compreensão das questões estudadas.

Em suma, a utilização de fotografias pode ampliar o número de dados observados diretamente em campo e pode também explicar proposições e conexões percebidas no mesmo. Segundo Leite (1988), a linguagem fotográfica é ambígua, mas pode ser analisada a partir de coordenadas que vão do observador para a imagem, da imagem para o observador, de uma imagem para outra e dos retratos para o observador. Pretende-se utilizá-las respeitando e observando essas conexões. Assim, é necessário observar, entretanto, que, pela ambigüidade e singularidade do recurso fotográfico, o mesmo será sempre utilizado e analisado por meio da expressão verbal, seja quando requer explicação da imagem ou quando requer a simples colocação de legendas.

Para cumprir com os objetivos deste estudo, as fotografias das próximas páginas permitiram, nesse momento, as ilustrações dos personagens que contribuíram para a realização deste trabalho. Entre esses, pescadores e pescadoras artesanais profissionais e donas de casa que realizam alguma atividade envolvendo a pesca são os principais personagens deste trabalho.



Foto 8: Pescadora. Beira-Rio
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 9: Pescadora. Beira-Rio
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 10: Pescador. Beira-Rio
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 11: Pescadora. Beira-Rio
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 12: Pescadora. Fazenda do Mazinho
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 13: Pescadora. Beira-Rio
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 14: Pescador. Beira-Rio
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 15: Esposa de pescador. Beira-Rio
(São Gonçalo do Abaeté/MG)



Foto 16: Pescador. Pirapora/MG



Foto 17: Pescadora. Pirapora/MG

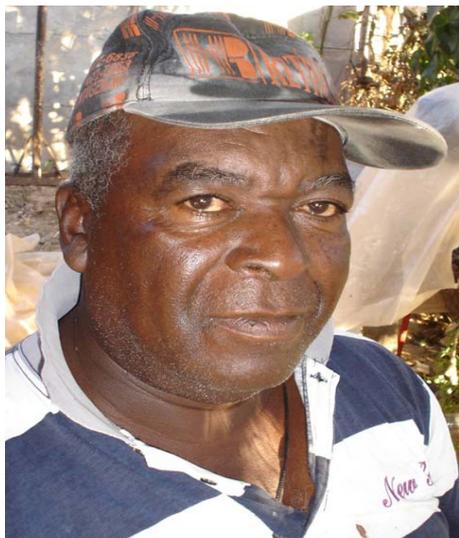


Foto 18: Pescador. Pirapora/MG



Foto 19: Pescadora. Pirapora/MG



Foto 20: Pescador. Ibiaí/MG



Foto 21: Pescadora. Ibiaí/MG



Foto 22: Pescadora. Ibiaí/MG



Foto 23: Pescadora. Barra do Guaicuí/MG



Foto24: Pescador. Ibiaí/MG



Foto 25: Pescadora. Ibiaí/MG



Foto 26: Pescador. Ibiaí/MG



Foto 27: Pescadora. Ibiaí/MG



Foto 28: Pescadora. Barra do Guaiçuí/MG



Foto 29: Pescador. Barra do Guaiçuí/MG

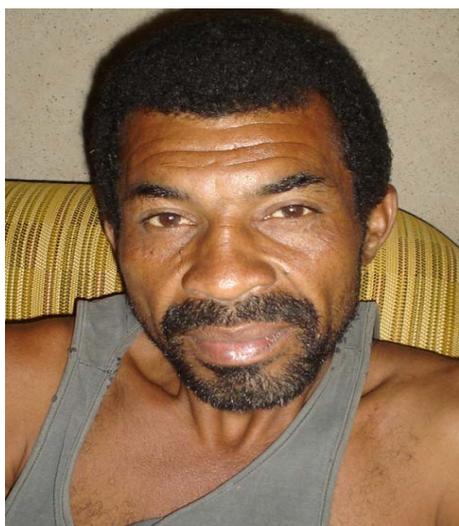


Foto 30: Pescador. Barra do Guaiçuí/MG



Foto 31: Pescadora. Barra do Guaiçuí/MG



Foto 32: Pescador. Barra do Guaicuí/MG



Foto 33: Pescadora. Barra do Guaicuí/MG



Foto 34: Pescador. Barra do Guaicuí/MG



Foto 35: Pescador. Barra do Guaicuí/MG

Capítulo 2.

ANCORANDO ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

Neste capítulo, discutem-se conceitos-chave (meio ambiente, gênero e gênero e meio ambiente) à luz de algumas das posições teóricas mais significativas nos respectivos domínios.

2.1 Meio ambiente, representações e identidade

A crise ambiental está levando homens e mulheres a debruçarem-se sobre suas histórias, para refletirem sobre os problemas ambientais que, nas últimas décadas, afligem o planeta. Essa busca inquietante leva a crer que a luta por um ambiente melhor está longe de ser apenas um modismo, pois é neste conturbado cenário que se percebe a necessidade emergente de novas atitudes, práticas e estilos de vida, que venham trabalhar a integração dos habitantes do planeta com a natureza. Azevedo ao falar dessa crise, diz que:

A crise ecológica também é uma crise de valores humanos, da ética em todas as dimensões, e trazem à tona novos pensamentos, novos conflitos, novas possibilidades, novas soluções e novos comportamentos diante do planeta. Os problemas ambientais da atualidade também são problemas que têm relação com os aspectos socioculturais e históricos do ser humano relacionar-se com a natureza, em suas relações de produção e nas inter-relações travadas nessa dinâmica complexa e conflituosa, no cotidiano (Azevedo, 1999 p. 68).

Segundo Grün (1996), essa falta de integração, uma das características da crise ambiental, é marcada pelo pensamento de Galileu, Descartes e Newton, que substituiriam a visão organísmica pela mecanicista. O paradigma mecanicista não permite que a vida seja

entendida dentro de sua processualidade, o homem deixa de ser parte integrante do meio ambiente e passa a dominá-lo, como já afirmava Bacon (1987).

Segundo Branco (1989), a visão fragmentada da sociedade moderna, que surge com o método analítico de Descartes, quebra as inter-relações naturais do homem com o meio ambiente. A fragmentação não permite o conhecimento completo, pois, numa visão globalizadora, a parte não representa o todo, e o todo (mundo/planeta) não é uma simples soma de suas partes. Com o passar do tempo, a individualização vai tomando proporção significativa e, como consequência, o/a homem/mulher afasta-se da natureza. É a supremacia do antropocentrismo, cujas ações sobre o meio ambiente são desarmônicas. Gonçalves (1989) explicita muito bem essa perda do equilíbrio ambiental, quando relata o desequilíbrio rural e urbano e diz que o homem substituiu o arcaico pelo moderno, ao invés de integrá-los.

As lutas em prol de um ambiente melhor têm uma datação histórica, como relata Grün (1996). Surgem em julho de 1945, quando, no deserto de Los Álamos, Novo México, é realizado o primeiro experimento com a bomba H e, em agosto de 1945, a Bomba H é jogada sobre Hiroshima e Nagasaki. Ironicamente, a bomba produz não só a destruição, mas as primeiras sementes dos movimentos contra as agressões ao meio ambiente. Depois dos protestos contra o uso da bomba, surgiram muitos outros e, dentre eles, podemos citar: contra o uso indiscriminado de pesticida e seus efeitos maléficos, contra o crescimento exponencial da população mundial, contra o consumismo no capitalismo, contra a produção da energia nuclear (e muitas outras lutas que foram empreendidas).

Há algum tempo, os problemas ambientais vêm sendo amplamente discutidos em diversos meios e, segundo Lange e Ratto (1998), ficaram mais evidentes e de senso comum, com eventos como a reunião do Clube de Roma em 1968, a conferência da ONU, em Estocolmo, em 1972, o

relatório Brundtland, em 1987 e a conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Continuar a discutir tais problemas é importante.

As lutas em prol do meio ambiente, segundo Leis (1996, p.117), cresceram no Brasil, na década de 1970 “quando começam a configurarem-se propostas provenientes tanto do Estado quanto da sociedade civil”, marcando mudanças em relação às questões ambientais. O que antes era visto com receio, por ter surgido na Europa ou nos Estados Unidos, agora passa a fazer parte das preocupações nacionais. Afinal, os meios de comunicação de massa apontam a todo o instante os efeitos que a devastação produz hoje sobre o planeta, sejam eles, sociais, culturais, econômicos ou históricos. Entre meados dos anos de 1980 a meados dos anos de 1990 predominaram estudos sobre “desenvolvimento sustentável”. Produzida fora das Ciências Sociais ou nas suas fronteiras, esta ampla “literatura verde” agregou especialistas das Ciências Naturais e das humanidades - filósofos, geógrafos, demógrafos, biólogos, etc -mantendo o viés político, engajado. São críticas ao modelo econômico capitalista e ao estilo de vida moderno, sugestões de novos modos de interação entre sociedade e natureza, através de um novo “contrato natural” (Amstalden, 1996) e de um novo modelo decisório para o uso dos recursos naturais (Cavalcanti, 1993; et al., 1995). São escritos orientados pelo ideal normativo de uma sociedade menos consumista e mais igualitária. Parte da literatura assume, ainda hoje, a forma de uma filosofia da “crise ecológica”. São livros de reflexão ética, esotérica e até mesmo religiosa sobre os “ataques” da sociedade contra a natureza, associados a uma crise do padrão ocidental de civilização (Leis, 1996, 1997, 1998). A maioria propõe modelos utópicos (Leis & Amato, 1995; Lago, 1982) e uma “ética biocêntrica”, reconciliando humanidade e natureza (Leis, 1992, 1998). Trata-se, pois, de um campo híbrido. A literatura engajada e transdisciplinar seguem vigorosas.

Assim, a sociologia ambiental, como produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação social

surgidos no início dos anos de 1960 e da constatação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento do industrialismo (Paehlke, 1989). Talvez porque o nascimento do ambientalismo na década de 1960 tenha surpreendido os sociólogos, que, naquele momento, não dispunham de um corpo teórico ou tradição de pesquisa empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza (Viola e Leis, 1992).

Os pioneiros da sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber tinham abordado a questão de modo tangencial; além disso, apenas raramente surgiam trabalhos isolados na área de sociologia rural, sem, no entanto promover uma acumulação considerável de conhecimentos que permitisse a criação de um campo ou subcampo teórico. Hannigan (1997) acredita em duas explicações para o fato dos sociólogos marginalizarem a questão ambiental em seus empreendimentos teóricos. Uma delas se refere às falhas do determinismo geográfico e biológico, e sua visão conservadora sobre o entendimento das mudanças e conflitos sociais; a outra diz respeito ao próprio pensamento vigente que, em meados do século XX, enfatizava a literatura sociológica da modernização. O que atualmente é identificado como preocupação ambiental seria visto como atraso e obstáculo ao desenvolvimento, ao progresso. Certamente havia críticos ao paradigma desenvolvimentista, como os sociólogos marxistas; mas, estes tendiam a ver a problemática ambiental como um desvio das questões cruciais do humanismo. Buttel (1992), por sua vez, assinala o relacionamento ambíguo da sociologia, em sua fase de construção, com as ciências naturais. Se, de um lado, o pensamento sociológico foi influenciado por conceitos provenientes das ciências naturais, por outro lado, a própria necessidade de legitimação das ciências sociais exigiu uma reação contra a simplificação das explicações oriundas do determinismo biológico e geográfico, conforme mencionado anteriormente. Foi neste contexto, embora de forma diferenciada, principalmente a partir dos anos de 1960, que grupos de sociólogos começaram a dar importância à

problemática ambiental e perceber sua relevância e abrangência, passando a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro e a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza e as causas e a extensão dos problemas ambientais. Assim, na segunda metade dos anos de 1990, iniciou-se uma profissionalização, diversificação e especialização dos estudos sobre meio ambiente. Este processo consolidou proto-áreas de estudo no interior das Ciências Sociais.

Neomarxistas vêm interpretando a questão ambiental do ângulo da economia política, reivindicando ao processo social de “produção da natureza” um caráter estruturador do capitalismo contemporâneo. Para os marxistas ecológicos, “um único fator, o capitalismo, é responsável por uma ampla gama de problemas sociais desde a superpopulação e o esgotamento de recursos naturais até a alienação dos indivíduos em relação ao mundo natural”. (Hannigan, 1995:18ss). Alan Schnaiberg e James O’Connor são considerados os nomes mais influentes nesta linhagem (Buttel, 1997; Goldman & Schurman, 2000). Schnaiberg (1980) defendeu a tese da contradição entre expansão econômica e equilíbrio ecológico, sintetizado no conceito de rotina da produção (“treadmill of production”). Já O’Connor (1994) acrescenta a natureza como uma terceira categoria, tão importante quanto às de capital e de trabalho, no esquema marxista. O capitalismo, argumenta, refaz a natureza através da tecnologia e cria duas contradições fundamentais: capital versus trabalho e capital e trabalho versus natureza (Goldman & Schurman, 2000:21-2). Críticas têm sido dirigidas ao marxismo ecológico. Hannigan (1995) o elogia por relacionar problemas ambientais presentes com desigualdades históricas, política e economicamente construídas. Mas, considera insuficiente atribuí-los à lógica do capitalismo, ignorando que o socialismo também os gerou. O modelo simplificaria o papel do estado, apresentado

sempre como transgressor ambiental. De outro lado, Buttel (1996) chama a atenção para o caráter mais normativo que analítico do marxismo ecológico. Esta dimensão normativa está presente noutra linhagem de estudos sobre as contradições ecológicas do capitalismo. É o caso da teoria da modernização ecológica (Mol & Spaargaren, 2000), que propõe mudanças no modelo econômico via alterações no padrão de consumo. A tese de maior impacto no Brasil é, todavia, o “ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs (1986). Sachs criticou o modelo “insustentável” do capitalismo, que restringiria o desenvolvimento social a crescimento econômico e teria como horizonte o consumo intensivo e desigual dos recursos produzidos. Para Sachs “a tomada de consciência” dos problemas ambientais exigiria uma mudança de padrão socioeconômico: um novo modelo de desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades conciliando crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Os problemas concernentes ao meio ambiente são passíveis de solução, segundo Guatarri (1993), quando os pensarmos e os analisarmos de forma global, retomando e reorientando os objetivos da produção de bens de consumo materiais e imateriais, quando a produção dos bens de consumo natural ocorrer de forma sustentável, atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras. Segundo Dias (1994), esses problemas não podem ser vistos de forma isolada e nem de forma puramente ecológica, o que significaria um desconhecimento total da realidade a ser mudada. Assim sendo, o que precisamos fazer não deve ser visto de forma isolada, mas com uma abrangência planetária, uma vez que os problemas atingem o planeta nas suas múltiplas dimensões. Além disso, os fatores sócio-econômicos e culturais das sociedades humanas tornam-se indissociáveis dos recursos naturais, as relações de interdependência destes aspectos são necessárias para a sobrevivência dos habitantes do planeta. Isto não significa dizer que o relativo aumento populacional seja a causa principal dos problemas

ambientais. Os problemas dão-se em virtude do elevado consumo dos recursos naturais por uma minoria e pela desnecessária produção de produtos nefastos à qualidade de vida (Reigota, 1994).

A instauração desses movimentos em prol do meio ambiente, sejam eles nacionais ou internacionais, leva-nos a crer que a crise que enfrenta nosso planeta, como diz Capra (1996, p. 30), “não é apenas uma crise de indivíduos, governos ou instituições sociais; é uma transição de dimensões planetárias. Como indivíduos, como sociedade, como civilizações e como ecossistemas planetários”.

O momento histórico é de transição. Transição, que já se faz sentir no próprio conceito de meio ambiente, que antes era entendido apenas como meio natural, e hoje é entendido de forma mais ampla, englobando os meios natural, social, cultural, econômico e histórico. No entanto apesar do avanço, ainda se percebe meio ambiente dentro de uma ótica reducionista, como pode ser observado em vários dicionários da língua portuguesa, francesa e outras, e/ou áreas de atuação como Biologia, Ecologia etc., que o definem apenas como recursos naturais.

Em função dessa multiplicidade de definições, Reigota diz que meio ambiente não é um conceito científico, mas uma representação. Representação que permeia os mais diversificados meios sociais, e por isso precisa-se chegar a uma noção que aborde a interação de seus elementos, satisfazendo os diferentes campos. Diz o autor:

O meio ambiente é um lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (Reigota, 1997, p.14).

As representações globalizantes de meio ambiente precisam ser amplamente discutidas e integradas em nossas práticas, pois como diz

Reigota (idem, p.27) “o contexto mundial só faz aumentar a necessidade do exercício do diálogo entre as diferentes culturas, conhecimento científico e tradicional e entre as diferentes representações”.

A partir de uma pesquisa com professores da rede pública em São Paulo, Reigota buscou classificar as representações sociais de meio ambiente a partir da visão do grupo sobre o tema. Com base nas respostas dos professores, classificou estas representações em três categorias: **naturalista, antropocêntrica e globalizante.**

Representação naturalista: quando a visão de meio ambiente pode ser considerada sinônimo de natureza, caracterizando-se pela idéia de natureza intocada, isto é, a natureza por si só tem mais importância e os/as homens/mulheres não são considerados como parte dela. A idéia de que o ser humano pode transformar a natureza é praticamente inexistente, Geralmente quando o ser humano aparece, nessa visão, é tido como um ser dissonante, o causador dos problemas. Às vezes essa visão se mistura com os conceitos ecológicos de **habitat** e ecossistema.

Antropocêntrica: manifesta a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano, tudo girando em torno das necessidades humanas.

Globalizante: principal característica é a relação recíproca que é estabelecida entre natureza e sociedade.

Alguns outros trabalhos também enfatizaram as representações sobre meio ambiente e natureza, e dentre eles, destaca-se o trabalho de Da Matta (1994), que analisa as representações de natureza através de alguns fatos da História do Brasil e apresenta a seguinte classificação:

Representação relacional de natureza: nesta visão, há um elo estrutural entre natureza e homem, esse esquema segue a lógica do englobador e do englobado, no qual a prioridade é de Deus que a tudo cria e tudo engloba, a terra, o céu, o mar e, em seguida, os atores da natureza: os fenômenos meteorológicos, as plantas e os animais. Ao mesmo tempo,

esse esquema confere ao homem uma posição peculiar e tradicional na sua estrutura.

A natureza como dadivosa e edêmica: nesta concepção a natureza e seus seres foram criados para deleite, desfrute e exploração do homem.

Visão do paraíso, descobrimento e naturalização da história: concomitante à visão edêmica de natureza. A natureza se oferece como que generosamente à exploração dos agentes humanos, que têm o direito de usá-la como bem entenderem. Processos históricos e sociais essenciais são lidos pela ótica de uma “história natural”, uma narrativa na qual se enfatizam ritmos biológicos e determinações naturais.

Natureza dadivosa, exploração aventureira e cíclica: nesta visão, a natureza faz parte do domínio humano de forma infinita. Ocorre a interação do homem com o natural, mas de modo imediato, sem a menor preocupação com o conhecimento profundo do *hábitat* ou com o esgotamento do produto explorado.

A representação puritana da natureza: a natureza surge como um espaço inóspito e cruel e individualizada. Seus elementos aparecem destacados dos grupos humanos.

Além de organizar em categorias as representações de natureza, o autor diz que as representações do mundo natural e da sociedade estão imbricadas pelo mesmo conjunto de valores, por isso não são reflexos e sim expressões desses valores. Tanto o mundo natural quanto o social se organizam por relações complementares hierárquicas e, dentro desta lógica, os trabalhos ligados à natureza são vistos como inferiores.

Os estudos de Arruda (1999) falam também das representações sociais de meio ambiente. Esta autora estudou as relações de vários grupos, tanto brasileiros como estrangeiros, com as questões relacionadas ao meio ambiente e, para ela estas representações dão-se de acordo com a

trajetória do grupo, estando ligadas às suas atividades, acadêmicas, sociais, históricas, políticas, etc. Ela conclui que as representações sociais de meio ambiente são articuladas de forma interdisciplinar e é assim que precisam ser analisadas.

Os trabalhos de Reigota e Arruda falam de *representação social*, teoria cujas raízes estão na representação coletiva de Durkheim e que, nos últimos anos, vem permeando um número significativo de pesquisas. No sentido filosófico, o termo *representação* nos remeterá à Grécia Antiga e aos filósofos pré-socráticos. Na mitologia grega, a *apresentação* não se diferenciava da realidade, tudo era uma *apresentação*, deuses e homens ocupavam o mesmo espaço temporal. A diferenciação de *apresentação* e *representação* ocorre com “As Troianas” de Eurípides, no qual os deuses deixam de se apresentar, passando para uma outra esfera, ficando aqui apenas a *representação* deles (Penin, 1994). Para Platão, *representação* significa a manifestação do real e este só existe no Topos Urano, onde está o *verdadeiro conhecimento*. Assim, o que vemos é só uma cópia (*representação*) do real (Platão, 1987).

As representações platônicas serão superadas pelos conceitos instaurados pelas ciências. Aristóteles desenvolve o conceito de categorias e, através destas, procura relacionar de forma material e ideal, conceito e objeto. (Abbagnano, 1982). Para Aristóteles a *mimesis* é o real objetivado. Descartes (1987), que redefine os conceitos aristotélicos, vão dizer que *mimesis* ou *representação* é manifestação do real, onde objeto e sujeito se confundem, pertencendo ambos ao mesmo espaço mental, não havendo, portanto, diferença entre o objeto e sua *representação*.

Para Kant, *representação* é a mediação entre *verdade* e *falsidade*, o objeto é a *representação* do que é apreendido pelos sentidos e pela mente, isto é, conhecem-se os *fenômenos* e não a *coisa em si* (Kant, 1987). Assim, a representação, que era vista como duplo da realidade, o real objetivado, passa a ser entendida como subjetiva, não correspondendo mais à realidade

concreta, mas a uma realidade modificada pelo sujeito, um real subjetivado.

Em Hegel (1993), o termo *representação* aparece com uma *opinião* que se contrapõe à verdade, pois, sendo opinião, é pessoal e dá margens a interpretações diversificadas, não podendo, assim, falar-se em verdade absoluta. A opinião, na visão hegeliana, não nega, apenas transforma dialeticamente o real.

Diegues (1996) diz que cada cultura, cada grupo social tem sua forma de representar e agir sobre o meio natural, e a representação desse meio é reflexo da condição material de produção de cada grupo. Concordando com esse entendimento, Teixeira (1997) dá exemplo da relação que seringueiros e colonos tem com a floresta. O seringueiro vê na floresta sua sobrevivência e por isso entende esse espaço como um lugar que deve ser conservado para que ele possa continuar sua labuta, porque é de lá que ele retira seu alimento. Além disso, é um local sagrado onde habita a mãe da mata, o curupira e outros seres míticos da floresta, lugar de respeito e de cuidado. Para o colono, a floresta é apenas um obstáculo a derrubar para que ele possa plantar. Essa representação diferenciada do mesmo espaço dá-se em virtude da forma como cada grupo se organiza social e economicamente, Diegues afirma, ainda:

A percepção social do ambiente não é feita de representações mais ou menos exatas das limitações materiais ao funcionamento da economia, mas igualmente de juízos de valor e crenças [...] é necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente (Diegues 1996, p. 63).

Nesse sentido, vários trabalhos antropológicos sobre pescadores artesanais têm levado em conta impactos e mudanças em comunidades de pescadores, principalmente em relação ao trabalho e ao meio ambiente.

De modo geral, estes estudos centram-se sobre a atividade pesqueira. Conforme constata Maldonado (1986):

As tentativas de construir uma teoria relativa às sociedades marítimas têm-se voltado, por um lado, para a organização da produção, os sistemas de partilha do produto e suas vias de comercialização. Por outro, resultam na análise da capitalização da pesca, levando em conta o seu impacto sobre comunidades de tecnologia simples (Maldonado 1986, p.12).

De acordo com esta perspectiva, Duarte (1978), em seu trabalho “As Redes do Suor”, examina a questão da identidade social dos pescadores em Jurujuba, no litoral fluminense, enfocando o processo de transformação e mudança na organização da pesca artesanal, no que diz respeito à reprodução social dos pescadores de canoa e sua mudança frente a outro modelo de produção. Desta forma, o autor também analisa como o grupo, que apresenta uma forma de reprodução social tradicional, sofre impactos gerados pelo processo de urbanização e industrialização⁷.

Outro estudo, também sobre pescadores do litoral fluminense, realizado por Lima (1997), procura apreender a vida social dos pescadores de Itaipu, RJ. O autor leva em conta, entre outras coisas, a questão da organização da produção e impactos na reprodução social do grupo em decorrência das transformações sofridas pelo processo de urbanização, impulsionadas pela especulação imobiliária. Neste sentido, também se desenvolve o trabalho de Britto (1999), interpretando as ações coletivas que envolvem a reprodução da atividade pesqueira tradicional em Arraial do Cabo-RJ, frente ao processo de modernização, no que se refere à industrialização e inovações tecnológicas.

⁷ De acordo com este enfoque, Duarte (1978) realiza uma análise comparativa entre o pescador pequeno produtor e o pescador assalariado no que se refere ao trabalho e à reprodução social.

Embora estes autores apresentem teses específicas, identifica-se em comum a análise da organização da pesca, assim como a preocupação com a forma tradicional de reprodução social de grupos de pescadores frente ao processo de urbanização e industrialização.

A política de gestão ambiental, colocada em prática pelo Estado nas regiões de proteção ambiental, tem gerado um quadro de conflitos para com as populações tradicionais que habitam essas áreas de preservação. Conforme coloca Diegues (1995):

Vários parques e reservas ecológicas no litoral brasileiro foram criados sem consulta aos pescadores que vivem do uso de seus recursos naturais. Na verdade, se eles estavam preservados era precisamente pelo respeito que os pescadores artesanais têm pelos mesmos, dos quais dependem para viver. A criação dessas unidades de conservação tem levado sistematicamente à proibição das atividades pesqueiras e até a expulsão desses pequenos produtores de suas praias. Por outro lado, a fiscalização rigorosa sempre incide sobre o pescador artesanal, autuando menos a pesca industrial, os barcos de arrasto, as serrarias e madeireiras, as empresas de palmito, etc. (Diegues 1995, p. 133-134).

Da mesma forma, o conhecimento dos pescadores e suas condições de vida parecem não ser levados em conta, de forma adequada, pela política de conservação colocada em prática na Lagoa do Peixe⁸, ou seja, não se considera a dimensão humana em termos de preservação, assim como o “saber tradicional” (Lima, 1996) destes pescadores e sua relação com o meio ambiente. Segundo Lima:

⁸ Lagoa do Peixe está situada no Parque Nacional da Lagoa do Peixe localizado no litoral sul do Rio Grande do Sul onde reside uma grande comunidade pesqueira.

A importância do saber tradicional está ligada ao reconhecimento das populações tradicionais como sujeitos históricos, portadores desse conhecimento e que, por isso, precisam ser reconhecidos como agentes no conhecimento, gestão e manejo das áreas em que exercem suas atividades. (Lima, 1996, p. 275).

Seguindo estas problemáticas, relativas à reprodução social de pescadores artesanais, depara-se com uma outra questão, vista em trabalhos como “O Nosso Lugar Virou Parque” (Diegues e Nogara, 1994) e “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (Diegues, 1996), que enfocam a lógica e os impactos causados por políticas públicas, no que se refere às unidades de conservação da natureza, as chamadas “populações tradicionais”, como pescadores artesanais.

No contexto dos estudos sobre comunidades pesqueiras no Brasil, de acordo com Diegues (1995, p. 27-28), essas vinham sendo abordadas metodologicamente de formas oriundas dos estudos das sociedades agrárias, passando, a partir da década de 1970, para estudos mais específicos que acabaram por constituir um campo próprio, de acordo com uma abordagem distinta daquela relativa às sociedades agrárias, tendo em vista que o ambiente marinho apresenta toda uma forma específica de práticas sociais e simbólicas, relativas à relação homem-mar.

Se por um lado, este trabalho alinha se com estes estudos no que se refere a uma abordagem de práticas sociais e simbólicas específicas, por outro, convém ressaltar que são estudos que privilegiam o universo das comunidades de pescadores que vivem na relação com o mar aberto, onde fica evidente uma distinção entre o continente e o mar como traço comum das sociedades marítimas. Este aspecto ocorre apenas em parte no caso dos pescadores do alto-médio rio São Francisco, no sentido em que esse grupo também estabelece uma dualidade terra/casa-rio. Além disso, há uma constante troca e relação com o meio rural, sendo que boa parte dos pescadores apresenta uma trajetória oriunda deste meio.

É inegável que a relação com o meio aquático – o rio - e sua distinção em relação a outros grupos-que pescam no mar - é observável neste estudo e apresenta-se como elemento relevante quanto à identidade destes pescadores.

Estudos antropológicos sobre pescadores artesanais na Espanha demonstram, de acordo com Fernandez (1999), que em trabalhos mais recentes, procura-se levar em conta a relação entre pescadores artesanais e agricultores ou camponeses:

En primer lugar, podemos hablar de las visiones culturalistas de los pescadores “que pretenden presentar sobre todo y casi unicamente la especificidad de la pesca como actividad y de la antropología marítima en particular como un subcampo disciplinar distinto” (Galvan, Tudela, 1988a, 1988b). Tal perspectiva há influido en muchos de los trabajos realizados en España, que recalcan, por ejemplo, las diferencias entre pescadores y agricultores. Solo muy recientemente se há dado la vuelta al razonamiento, reflexionando sobre las relaciones entre pescadores y campesinos (Pascual Fernandez 1997), que ayudan a relativizar las dicotomias establecidas entre ambos tipos de poblaciones desde esta perspectiva culturalista. (Fernandez, 1999, p.337).

Embora não seja evidente o “heroísmo” ou “coragem”⁹, característicos da relação com o mar, como se vê em algumas comunidades de pescadores, trata-se de outros temas, relacionados com a imprevisibilidade da pesca, que figuram em estudos sobre pescadores. Tais estudos, conforme Diegues (1995, p.24), tratam da pesca “como um sistema cultural”, figurando análises sobre “percepções”.

⁹ No entanto, em alguns relatos fica evidente que, por exemplo, o ato de mergulhar no rio para “desenganchar uma rede” é sinônimo de “coragem” e, portanto “é coisa para homem”.

Neste estudo, entre as várias percepções, interessa principalmente a “autopercepção do pescador”, ou seja, qual a percepção que tem de si, as diferenciações com relação a gênero e de que forma contrapõe-se em relação ao meio ambiente.

2.2 Gênero

O conceito de gênero tem toda uma trajetória e, como geralmente ocorre com um conceito que está se construindo, assertivas a seu respeito vão se formando a partir de confluências e incongruências. Para uma abordagem geral, no que concerne a gênero, torna-se necessária uma breve incursão teórica sobre algumas das implicações dessa questão.

Almeida (1995) lembra que, embora as mudanças político-sociais não sejam elas próprias explicações para reinterpretações de corpos, a Biologia, que procurou fundamentar diferenças hierárquicas entre os corpos de homens e mulheres, emergiu precisamente quando os fundamentos da velha ordem social e política estavam em transformação. Estão situados aqui o surgimento da reforma protestante, a teoria política iluminista, o desenvolvimento de novos tipos de espaço público no século XVIII, as idéias de Locke sobre o casamento como contrato, as possibilidades de mudança social pós-Revolução Francesa, o sistema industrial com a reestruturação da divisão sexual do trabalho, o surgimento da economia de mercado e o aparecimento das classes sociais. Muito embora nenhum desses acontecimentos tenha sido a causa da invenção de um novo modo de sexualizar corpos de homens e mulheres, essa “reinterpretação”, esse ordenamento hierárquico de corpos é, ele próprio, intrínseco a essas mudanças que apoiadas na biologia, arquitetam arranjos que deslocam a culpa das evidentes desigualdades sociais, políticas e econômicas para a natureza. Foi justamente questionando os arranjos convencionais dos relacionamentos que reduzem a caracteres biológicos (naturais) a determinação hierárquica de lugares e postos para homens e

mulheres na sociedade que emergiram os movimentos e os estudos feministas. Esses estudos foram realizados a partir de reflexões e questionamentos sobre o tempo e a história da invisibilidade da mulher e das insatisfações das teóricas feministas com as ciências marcadamente falocêntricas. Lago (1999) diz que nesses questionamentos incluíam-se os saberes que excluía as mulheres ou as inferiorizavam, levando-as a repensarem as próprias teorias que tentavam explicar o mundo social e suas organizações, em busca de novos estudos e conceitos.

Como precursoras da perspectiva de gênero, estão as contribuições de Margaret Mead e Simone de Beauvoir. Mead (1988), antropóloga americana, questionava a essencialização do masculino e do feminino no Ocidente. Realizou estudos com três sociedades indígenas da Nova Guiné - os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli, descrevendo, através de sua etnografia, a constituição dos papéis masculinos e femininos em cada tribo observada. Esse estudo foi importante para questionar o entendimento que se tinha de homem e de mulher como seres universais e essencializados. Entre os Arapesh, o “normal” ou o ideal preconizado culturalmente era que homens e mulheres fossem amáveis, dóceis, cooperativos e não-agressivos. Já os Mundugumor, ao contrário, idealizavam que homens e mulheres deveriam ser empreendedores e competitivos, sem docilidades ou amabilidades. Os Arapesh e Mundugumor não diferenciavam psicologicamente homens e mulheres, os ideais de comportamento e valores não estavam ligados às diferenças sexuais biológicas.

Entre os três grupos estudados, o dos Tchambulis foi o único que distinguiu socialmente os papéis masculinos e femininos, conforme ocorre em nossas culturas. No entanto, entre eles esperava-se que os homens tivessem um comportamento mais passivo, fossem mais frágeis e dóceis, cabendo-lhes também a responsabilidade com o cuidado dos filhos. As mulheres eram tidas como mais dominadoras e empreendedoras por isso, mais hábeis para as transações comerciais. Desta forma, Mead contribui

com o entendimento de que os papéis sexuais, assim como os sociais, são construídos culturalmente e não determinados biologicamente. Assim, falar em mulher ou homem como possuidor de uma essência universal determinada pelas diferenças biológicas, é algo infundado. Depois dos estudos de Mead, o conceito de papéis sexuais passou a ser usado largamente nos estudos referentes às mulheres e à condição feminina.

O Segundo Sexo, da existencialista Simone de Beauvoir (1980), trabalha essa construção social dos papéis sexuais, enfatizando que a mulher possui uma posição secundária nas sociedades ocidentais. Sua célebre frase, “*Não se nasce uma mulher. Faz-se mulher*”, escrita na década de 1950, dava ênfase à construção social, histórica e cultural de feminilidades (e, conseqüentemente de masculinidades).

O conceito de papéis sexuais, no entanto, apesar do avanço, não foi suficiente para dar conta de muitas questões suscitadas pelos estudos da condição feminina que acompanharam os movimentos feministas da década de 1960. Fry (1982) diz que esses movimentos caracterizavam-se pela luta das mulheres contra o machismo, o autoritarismo e contra sua condição subalterna. A bandeira de luta do movimento feminista era a igualdade entre os sexos, igualdade como um valor universal, uma vez que se entendia que a condição subalterna da mulher era, também, universal. Em um momento posterior, surgiu o chamado feminismo das diferenças, em que a luta era pelo reconhecimento das diferenças que, por existirem, não deveriam ser usadas para justificar as discriminações em relação à mulher. Mediante as limitações na utilização do conceito de papéis sexuais, chegou-se ao conceito de gênero, que permite pensar homens e mulheres como produtos de uma construção social e cultural, enfatizando o aspecto relacional em que se engendram, historicamente, masculinidades e feminilidades.

A historiadora Joan Scott (1990) busca traçar a trajetória do conceito de gênero no decorrer dos tempos. Segundo a autora, as

pesquisadoras tentaram inscrever a mulher na história através de analogias entre classe, raça e gênero. Essas tentativas implicariam a construção de uma nova história, ou a reinscrição da história, na qual se valorizasse a experiência pessoal e subjetiva das mulheres nas atividades consideradas de cunho masculino. Porém, quando se fala de classe, a idéia está acompanhada de mudanças históricas e determinações econômicas, o mesmo não ocorrendo com os termos gênero e raça. Gênero, até então, estava implicando apenas nas relações de sexo. Segundo a autora, a tentativa de mudar esse cenário levou estudiosos e feministas a analisarem gênero dentro de três perspectivas teóricas: as origens do patriarcado; a teoria marxista e a psicanálise. Na teoria do patriarcado, estudo feito por feministas radicais, o enfoque é dado à subordinação das mulheres e, para esta linha de pesquisa, essa subordinação pode ser explicada pela “necessidade” que os homens sentem em dominar. Porém a autora afirma que essa abordagem não explicita as diversas formas de desigualdades. A análise permanece no plano das diferenças biológicas e físicas, não abordando as relações de assimetria e simetria que compõem as dinâmicas do dia-a-dia. As feministas marxistas apresentam estudos com bases históricas e, segundo Scott, buscam explicar todas as desigualdades, inclusive as que permeiam as relações de gênero, pelas relações de produção. A teoria psicanalítica, por sua vez, traça um caminho do processo pelo qual se forma a identidade do sujeito, buscando a explicação para as diferenças. Scott afirma que as teorias que abordaram a questão do gênero, até reavaliaram a questão do feminino, porém não superaram a oposição binária existente. Diz a autora:

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual (Scott, 1990, p.13).

Assim, há uma recusa da autora em aceitar as diferenças implícitas nas análises de feminino e masculino como oposição binária, e ela preconiza que os gêneros devem ser pensados em seus contextos específicos. Desta maneira, Scott vai tratar a categoria gênero de forma relacional e a definição de gênero surge embasada em duas proposições:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (Scott, 1990: 14).

Assim, gênero é o que constitui as relações sociais, relações que, segundo a autora, construíram-se sob os pilares de quatro elementos:

Os símbolos culturalmente disponíveis [...] os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos [...] esse tipo de análise deve incluir uma noção de política bem como uma referência às instituições e à organização social [...] o quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (Scott, 1990: 14–15).

Para o entendimento de como as categorias (e suas caracterizações) masculinas e femininas se firmaram de tal forma nos discursos e prática analisada recorre-se à genealogia desses termos para a qual as análises teóricas de Judith Butler (1990) e Thomas Laqueur (1987) foram essenciais. Esses autores desnaturalizaram as identidades atribuídas aos homens e as mulheres, diferenciaram o sexo, dimensão biológica dos seres humanos da categoria gênero – uma escolha cultural, arbitrária, social e historicamente construída.

Thomas Laqueur (1987) situa no final do Iluminismo a criação do espaço para a redefinição da “natureza da mulher”, e a do homem, por contraposição, por meio da determinação de fundamentar-se nas distinções biológicas descobertas o que se insistia serem diferenças básicas entre os sexos. Devido a isso, os sexos foram considerados diferentes em todos os aspectos que se poderia conceber, do corpo e da alma, em todos os aspectos físicos e morais. Laqueur diz que o sexo antes do século XVIII:

Era uma categoria sociológica e não ontológica e mostra, baseando-se em evidências históricas, que tudo o que se quer dizer sobre sexo, de qualquer modo que sexo seja entendido, já tem uma referência a gênero. Assim, o sexo é situacional e explicável apenas dentro dos contextos das batalhas de gênero e poder (Laqueur, 1987, p. 8-11).

Foi justamente ao redor da idéia de “natureza”, no momento da consolidação do pensamento científico, que foi sendo construído todo um sistema de naturalização do sexo e de discriminações e exclusões entre os sexos, para que a diferença entre homens e mulheres pudesse ser política, cultural e socialmente marcada. A oposição entre mulher e homem fundada dessa forma, serve para estabelecer verdades totalmente desconectadas do gênero e do corpo.

Judith Butler, em *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), descreve e propõem um conjunto de exercícios de paródia, baseados numa teoria performativa de desempenho de gênero, como estratégia para desnaturalizar e ressemantizar as categorias corporais¹⁰. “Tais exercícios desconstroem as usuais categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade e ocasionam sua re-significação para além da estrutura binária”. Numa recusa às divisões binárias, Butler mostra que não há uma

¹⁰ Segundo Butler (1990, p. 146), “essas paródias servem para re-comprometer e reconsolidar a própria distinção entre uma configuração de gênero naturalizada e privilegiada e aquela que aparece como derivada, fantasmática e mimética — como se fosse uma cópia fracassada”.

oposição necessária entre o simbólico e o material, abstrato e o concreto, o individual e o social, a psiquê e o institucional, o subjetivo e o político. Ela tenta confundir todas essas distinções mostrando que a aparente clareza delas é necessária para esconder o fato de que são atitudes produzidas para ancorar “atitudes naturais”. Infelizmente, segundo ela, a atitude natural não pode ser refutada pela força da lógica ou do repúdio. Ela tem que ser desnaturalizada, e isso requer um entendimento de que ela opera como uma ideologia que constitui as experiências subjetivas de gênero, que produz mulheres e reforça subjetividades normativas, e não apenas como um abstrato sistema lógico.

Um dos aspectos importantes do debate feminista foi à compreensão de que o limite estabelecido entre as áreas de ação para homens e mulheres é, ele próprio, uma imagem cuja função é criar uma diferença de valor entre tipos de ação. Assim, essa fronteira, que produz um efeito na busca dos indivíduos pela identidade unitária, e influencia na valoração assimétrica e desigual das atividades de homens e mulheres, é, ela própria, uma imagem: uma imagem baseada em estereótipos sustentados pela divisão sexual. Como a pessoa concreta não se identifica inteiramente com os estereótipos determinados para seu sexo, a dicotomia entre masculinidade e feminilidade, que segue a divisão sexual, não pode ser sobreposta a homens e mulheres concretos. Quando se desvelam os interesses que estão por trás dessas metáforas, podem-se detectar qualidades de masculinidades e feminilidades acessíveis a ambos, homens e mulheres concretos. Ou seja, uma pessoa de qualquer sexo pode comportar-se de forma feminina ou masculina.

Nesse sentido Welzer – Lang (2002), autor contemporâneo, trouxe importantes contribuições. Diante das relações homens-mulheres/ homens-homens, entendidas por ele como relações sociais de sexo, é levantada a hipótese de que elas são resultados de um “duplo paradigma naturalista”:

A pseudonatureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino; a visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres. As outras sexualidades, homossexuais, bissexuais, sexualidades transexuais são, no máximo, definidas, ou melhor, admitidas, como diferentes (Welzer – Lang, 2002, p. 40).

O que está por trás desses “imperativos categóricos” (Goldenberg, 2005) das representações de gênero é a emergência do poder disciplinar como peça fundamental de uma nova tecnologia de controle, intervenção e normalização social que passa a ser, segundo Miskolci, responsável pelo surgimento do desvio (Miskolci, 2005). É esse poder controlador que se infiltra nas malhas das relações sociais e passa a ditar o padrão de comportamento socialmente aceito. Assim, diante da pergunta sobre o que há de novo no desvio, podemos responder:

A normalidade, pois esses termos relacionais surgiram a partir da consolidação da ordem social assentada numa tecnologia de poder que estabeleceu normas, as naturalizou e fez com que todos os que não se enquadrassem nelas passassem a ser classificados como desviantes (Miskolci, 2005, p. 7).

Ao assumir que os sujeitos masculinos são apenas parte de um complexo todo cultural, cabe nos questionar quais pressupostos inserem as mulheres no hemisfério “submisso e subjugado política e culturalmente, visto que tais pressupostos não levam em conta a ação concreta e efetiva da mulher no contexto em que atua” (Novaes, 2001, p.54). A compreensão dessas mulheres, enquanto sujeitos múltiplos perpassa o pressuposto

levantado por Novaes (2001) de que, na realidade investigada, gênero e classe social mesclam-se, e se fundem:

As mulheres movidas pela articulação entre suas subjetividades e as condições materiais enfrentadas junto à família e a coletividade vivenciam semelhanças quanto às condições materiais determinadas ou reforçadas pelo processo de urbanização. Deste modo, a experiência coletiva constrói-se na convivência dada pela relação entre sujeitos, havendo um significado simbólico na ação prática e, portanto, na experiência humana (Novaes, 2001, p. 56).

A fonte na qual Novaes inspira-se para explicar o processo de construção das experiências coletivas é, sem dúvida, Pierre Bourdieu. A interpretação das estruturas subjetivas (as representações) e objetivas (a estrutura social) pode ser apreendida através do conceito de *habitus* de classe. Esse conceito foi elaborado por Bourdieu dentro da preocupação de construir uma teoria da prática que superasse a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo:

Isto é, entre a reificação do social que desconhece os indivíduos e o subjetivismo que toma a sociedade por uma somatória de individualidades. A relação indivíduo / sociedade, dentro dessa perspectiva teórica é pensada como “uma relação entre a história objetivada e materializada sob a forma de instituições e a história incorporada sob a forma de um sistema de disposições duráveis [...] o *habitus*” (Bourdieu, 1980: p.87).

Segundo Bourdieu *habitus* é entendido como:

Um conjunto de disposições a agir, pensar, perceber e sentir de uma maneira determinada; é o princípio gerador das práticas e representações. O *habitus* se expressa por uma aptidão dos agentes para se orientar espontaneamente dentro do espaço social

e a reagir de forma mais ou menos adaptada aos acontecimentos e situações (Bourdieu, 1972).

Analisando esses fatos com Bourdieu (1990), podemos dizer que esse ordenamento de opostos, aqui inscrito tanto nos brinquedos quanto na casa e no resto do mundo, é progressivamente somatizado, inscrito nos corpos de homens e mulheres, que o incorporam como se essa oposição fizesse parte da sua própria natureza. Tal como é mostrado por Bourdieu (1996), a progressiva somatização das relações fundamentais constitutivas da ordem social vai resultar na instituição de duas ‘naturezas’ diferentes. Ou seja, vai resultar na instituição de dois sistemas de diferenças sociais naturalizadas que são inscritas na *hexis corporal*, sob a forma de duas classes opostas e complementares de posturas, de atitudes, de gestos etc:

Esses dois sistemas não são apenas inscrições no exterior dos corpos, pois também são inscritos dentro das mentes que os percebem através de uma série de oposições dualistas que parecem miraculosamente ajustadas, mas que eles próprios contribuíram para produzir. Tais oposições permitirão reencadear todas as diferenças registradas dentro do uso dos corpos, dentro das disposições éticas (Bourdieu, 1996, p. 8-9).

Para as autoras Joan Tronto (1997) e Novaes (2001), o que está por trás desta tendência das mulheres em “cuidar das coisas” (em prol da coletividade) é uma categorização – dos homens como aqueles que “se preocupam com”, enquanto as mulheres “cuidam de”:

O “cuidar de” envolve a ação de responder as necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros, pressupondo uma atribuição moral baseada na *responsabilidade adquirida* a partir das obrigações sociais atribuídas (Tronto, 1997, p.188).

Essa construção natural de homens e mulheres funda-se em características biológicas e em idéias e atitudes a elas associadas.

Os conceitos de nossa tradição de pensamento, os de “natureza” e “cultura”, postos de modo dicotômico, são de grande importância para ajudar a entender o imaginário que elabora essa construção — uma vez que esse par binário permite entender que tudo o que existe no mundo ou é natural, dado pela natureza, ou cultural, elaborado pelo homem. Esse par de opostos, aliado a vários outros fatores, tem uma função cognitiva e serve como tentativa de explicação da realidade. Assim, homens e mulheres, embora muitas vezes participando das mesmas atividades, tanto as consideradas políticas quanto as consideradas domésticas, têm suas diferenças entendidas como “de sexo”, e estas estendidas para as metas de suas ações sociais. Esse é o assunto do próximo tópico no qual retomará essa discussão.

2.3 Gênero e meio ambiente

A teoria de gênero é relativamente nova, datando do final do século passado e, gênero, dentro da abordagem da problemática ambiental, é mais recente ainda. Um estudo importante dentro dessa perspectiva é o trabalho de Shiva (1988) que analisa uma comunidade na Índia. Nesse trabalho a autora dá visibilidade às mulheres indianas e traz elementos históricos e culturais para a análise da questão ambiental na Índia. Shiva, porém, relaciona mulher e natureza, ambas geradoras de vida, considerando mulher como aquela que, por isso, está mais apta, “naturalmente”, a cuidar da natureza, a qual, como a mulher, é subordinada ao poder masculino.

Nessas relações, gênero é um elemento cultural constituidor e constituinte dos sujeitos. Muitos teóricos e teóricas já contribuíram e continuam contribuindo com estudos que procuram demonstrar como os

elementos constituidores do gênero estão intrinsecamente relacionados com a cultura, o que torna inviável falar de Mulher ou Homem como essencializados e universais.

Grossi e Miguel (1995) analisando a trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre mulher no Brasil, afirmam que muitos desses estudos limitaram-se a substituir o conceito de papéis sexuais, que acabou permitindo utilizações naturalizantes, essencialistas, pela categoria gênero, sem dar conta do aspecto relacional que marca este conceito e sem dar ênfase à construção cultural de masculinidades e feminilidades. Apesar de vir configurando-se paulatinamente à tendência de se utilizar o conceito de gênero, nos estudos que tratam das questões referente à construção social de homens e mulheres, ainda hoje, encontramos trabalhos que vinculam homens à cultura e ao mundo público e mulheres à natureza e ao mundo privado. Esses trabalhos ligam a mulher à natureza, por entenderem que sua função na reprodução biológica a destina naturalmente aos cuidados dos filhos, do doméstico, além de entenderem que, por gestar e nutrir as novas gerações, está capacitada e é responsável por cuidar da vida e da natureza. Como exemplo dessa visão naturalizante, podemos citar o ecofeminismo. Emma Siliprandi (2000) situa o movimento ecofeminista como sendo uma escola de pensamento que orienta organizações ecologistas e feministas de diversos países desde 1970, elaborando uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres. No entanto, existem diversas tendências e debates a respeito do Ecofeminismo: de um lado, afirmam a diversidade feminina e propõem uma abordagem específica para a crise ambiental, destacando a conexão especial das mulheres com a natureza, e, de outro, criticam a referência a essa conexão como um possível reforço à exclusão das mulheres da cultura, um perigo para as conquistas feministas, ao mesmo tempo em que propõem a igualdade entre os gêneros.

Segundo Di Ciommo (1999) o ecofeminismo é o movimento surgido recentemente entre feministas que aderiram ao ecologismo, sendo

considerado “mais profundo do que a ecologia profunda”, quando oferece uma teoria ambientalista crítica e uma ética dos seres humanos para com o meio ambiente e seus membros.

Val Plumwood chama ao ecofeminismo de:

‘Terceira onda do feminismo, movimento político que representa a disposição das mulheres de, ao superar a anterior inclusão desvalorizada na natureza, reagirem contra sua antiga exclusão da cultura e colocarem-se ao lado da natureza contra as formas destrutivas e dualísticas da cultura (Plumwood, 1993, p. 47-48 apud Di Ciommo, 1999).

O ecofeminismo na visão de King citado por Di Ciommo (1999) sugere, portanto, uma terceira direção: o reconhecimento de que, apesar de o dualismo natureza–cultura ser um produto da cultura, podemos conscientemente escolher a aceitação da conexão mulher-natureza, participando da cultura, reconhecendo que a desvalorização da doação da vida tem conseqüências profundas para a ecologia e as mulheres.

Essa corrente de pensamento foi amplamente divulgada no Brasil durante o evento da Eco/92, num estande conhecido como Planeta Fêmea, conseguindo o engajamento de muitos adeptos/as. O ecofeminismo trabalha com o conceito de gênero e afirma que a mulher não é apenas diferente do homem, mas é distinta, dada a sua experiência concreta de vivência da condição feminina, que define a experiência, porque o enraizamento biológico origina e confirma a experiência social do gênero feminino, o que é reconfirmado na socialização e repassado pela predisposição genética. Nesse anel de interações próprias da complexidade, não há limites estanques para o que é próprio da natureza ou da cultura. Segundo Oliveira (1993):

A socialização das mulheres reforça a sensibilidade, a solidariedade e a “gratuidade”, conceito fundamental da cultura feminina, o que daria a elas a responsabilidade de promover um impacto sociocultural revolucionário, criativo, em todas as áreas da existência, nas relações pessoais, nas amorosas, nas profissionais, de trabalho e nas decisões políticas, em que se decidem a paz e a sobrevivência das espécies (Oliveira, 1993, p.102 e 145).

Para Di Ciommo (1999) há muitas razões pelas quais a ligação mulher–natureza pode constituir-se em questão central para o feminismo. Um dos motivos está na compreensão de que essa é uma conexão essencial para a permanência da dinâmica do tratamento que as mulheres e a natureza recebem na sociedade contemporânea. Assim:

Se por um lado essa questão pode levar a uma importante revelação sobre o modelo de humanidade nas quais as mulheres se inserem, por outro tem sido uma preocupação do ecofeminismo, que pode iluminar os temas que estão no centro do feminismo como um todo, acerca da “masculinidade da cultura”, da natureza da dominação do masculino sobre o feminino e possíveis rotas para se escapar dessa dominação. (Plumwood, 1993, p. 38 apud Di Ciommo, 1999).

A ligação entre mulher e natureza e as razões pelas quais ambas são consideradas como de nível inferior não significa assunto do passado, mas parece continuar a dirigir a degradação do meio ambiente natural, a caracterizar a atividade feminina e a marcar, de maneira geral, a esfera da reprodução. Essa ligação contém inúmeras questões importantes sobre as causas da subordinação das mulheres e a existência de uma natureza feminina. Essa abordagem é criticada por teóricas feministas como Agarwal (1992) que, assim como Shiva, também analisa uma comunidade

na Índia, porém sua interpretação do fato de na Índia as mulheres se lançarem nas lutas em defesa da natureza, relaciona-se a serem elas a sofrerem mais de perto as conseqüências da devastação ambiental. Como grande parte das comunidades ainda são coletoras, as devastações do ambiente natural interfere diretamente no cotidiano dessas mulheres, obrigando-as a despenderem mais tempo para coletarem os alimentos e menos tempo para os afazeres domésticos. Assim como Agarwal, Sorg (1992) também contribui com essa visão, considerando que a participação da mulher nas lutas em prol da natureza dá-se pela inserção da mulher no mundo público, e não pelo fato de ela ser essencialmente ligada à natureza. Michelle Rosaldo(1979) e Sherry Ortner (1979) dedicaram artigos a essa temática, em que a perspectiva teórica considera a mulher como agente social e, apesar de as autoras terem diferentes colocações políticas e intelectuais, afirmam que, enquanto a mulher for definida universalmente em termos de um papel amplamente materno e doméstico, esta será a origem de sua subordinação universal. A universalidade da subordinação feminina, conforme estudado pelas feministas desde a década de 1970, constitui um verdadeiro desafio para as reflexões das ciências sociais.

Assistimos hoje a diversas tendências e debates no Brasil e no mundo que, de um lado, afirmam a diversidade feminina e propõem uma abordagem específica para a crise ambiental, destacando a conexão especial das mulheres com a natureza, e, de outro, criticam a referência a essa conexão como um possível reforço à exclusão das mulheres da cultura, um perigo para as conquistas feministas, ao mesmo tempo em que propõem a igualdade entre os gêneros. Assim, uma nova discussão começa a surgir e nela se procura entender a problemática ambiental de forma mais ampla, percebendo que a solução dos problemas não está em apontar quem, homem ou mulher, tem capacidade para cuidar melhor do meio ambiente, pois se entende que as ações de homens e mulheres, de forma geral, estão afetando o planeta. Como diz Maier (1994) é necessário discutir as ações e os agentes, é necessário discutir quem são os

produtores/as e os consumidores/as, para que não se veja uma questão tão ampla como é a questão ambiental, sobre uma única ótica.

Partindo do pressuposto que gênero constrói-se historicamente em cada cultura e sociedade e, como vimos, por ser um conceito que abarca um universo muito mais amplo¹¹, ao usar gênero para mapear outros valores, pode-se falar em masculinidades e feminilidades como atributos tanto de homens quanto de mulheres, e se pode detectar a mobilidade e a transitoriedade de gênero, e assim pensar reelaborações de gênero efetivadas pelos sujeitos concretos. Buscando esses sujeitos concretos e também ações, artefatos, categorizações, ou seja, mantendo gênero em relação com a referência sexual, mas desnaturalizando sexo, podemos ver que, mesmo em lugares como o Alto-Médio Rio São Francisco — onde existe uma fronteira cultural sobrepondo categorias como “fêmea, mulher, feminilidade” e situando-a como oposta à outra sobreposição de categorias, “macho, homem, masculinidade” —, na prática, a ação gênero não tem a fixidez pretendida, mas é dinâmica.

Quando se focaliza os pescadores observa-se um sistema de oposições muito marcado entre o território do “rio” e o da “casa”, além de uma associação entre os serviços considerados “pesados” (a “roça”, “o rio”) e a masculinidade, e os serviços considerados “leves” (a “casa”) e a femininidade.

Acredita-se que com estas considerações finais conclui-se a discussão sobre o conjunto teórico e metodológico que permite que se entenda a análise relações de gênero e meio ambiente dos pescadores artesanais do Alto e Médio São Francisco como parte do movimento de construção de uma das dimensões da realidade social que seriam as relações dos homens/mulheres com a natureza.

¹¹ Concordamos também com o conceito de gênero proposto por Strathern (1998): àquelas “categorizações de pessoas, artefatos, acontecimentos, seqüências, e outras mais, que se nutrem em um imaginário sexual, sobre os modos através dos quais a distinção das características de macho e fêmea torna concretas as idéias das pessoas sobre a natureza dos relacionamentos sociais” Strathern (1998. p.178)

Assim, nos capítulos a seguir, buscou-se compreender como esses sistemas de oposições e como as relações de gênero e as questões ambientais aparecem no cotidiano das comunidades estudadas, pelas observações e os relatos das experiências construídas e compartilhadas por homens e mulheres.

Capítulo 3.

O ALTO E MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO

“Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é vereda, e algum ribeirão”.

Guimarães Rosa (Grande Sertão: veredas)

Neste capítulo, a partir da compreensão das características físicas, contextuais e sócio-econômicas da região estudada, é possível reunir elementos para compreender como esse grupo de pescadores (as), cria estratégias de sobrevivência frente a fatores ambientais degradantes encontrados no rio São Francisco e, principalmente, como eles se relacionam com o meio ambiente - o rio que ao mesmo tempo tem vida, tem alma através da crença local nos seres mítico da água e - o rio que está morrendo devido à degradação ambiental.

3.1 - O RIO SÃO FRANCISCO

Ligando o Sudeste ao Nordeste e, no seu percurso de 2. 700 km desde a Serra da Canastra em Minas Gerais, onde nasce, o rio São Francisco atravessa cinco Estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A bacia do Rio São Francisco, terceira bacia hidrográfica do Brasil, tem uma área aproximada de 640 mil quilômetros quadrados. Nela existem 420 municípios, nos quais cerca de 13 milhões de pessoas, segundo o Censo realizado em 2000, habitam a área da Bacia do São Francisco. Só no Estado de Minas Gerais são mil cento e trinta quilômetros do São Francisco. A bacia situa-se entre as latitudes 21° e 7° Sul e longitudes 48° e 36° Oeste, sendo dividida em 4 regiões geográficas: Alto, médio, sub-médio e baixo. Em razão de sua grande extensão, a bacia

apresenta características geográficas e climáticas bastante variáveis conforme descrição no quadro abaixo.

Quadro 2. Características geográficas e climáticas da bacia do rio São Francisco

Características	Alto (da cabeceira à Pirapora, MG)	Médio (de Pirapora, MG à Remanso, BA)	Sub-médio (de Remanso, BA a Paulo Afonso, BA)	Baixo (de Paulo Afonso, BA à foz)
Altitude (m.a.n.m.)	1.600-600	1.000-400	400-300	500-0
Extensão (km)	630	1.090	680	274
Desnível (m)	700	50	250	200
Condições das águas	rápidas, mais frescas e oxigenadas	rio de planalto, pouco velozes e sujeito a grandes cheias	quase inteiramente represadas	rio de planície, águas vagarosas, sob influência do mar
Tributários	perenes	maioria perene	maioria temporária	maioria temporária
Clima	tropical úmido	tropical semi-árido	tropical semi-árido	tropical semi-úmido
Estação chuvosa (meses)	nov.-abr.	nov.-abr.	nov.-abr.	mar.-set.
Chuvas (média anual; mm)	1.500 - 1.200	1.400 - 800	800 - 400	400 - 1.300
Temperatura (média anual; °C)	18	27	27	25
Evaporação (média anual; mm)	2.300	2.900	3.000	2.300

m.a.n.m. = metros acima do nível do mar

Fonte: Sato & Godinho (1999)

Seus usos atuais são principalmente:

- geração de energia elétrica
- irrigação
- abastecimentos urbano e industrial
- navegação
- pescas profissional e esportiva
- extração de pedras preciosas, areia
- esgotos industrial e urbano

O rio possui 36 afluentes de porte significativo, dos quais apenas 19 são perenes. Os principais afluentes estão na margem esquerda: rios Abaeté, Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande. Na margem direita encontram-se os rios Pará, Paraopeba, das Velhas e Verde Grande. Os principais afluentes estão no Estado de Minas Gerais que fornece cerca de 70% da água do rio, num percurso aproximado de 700 km, com área de drenagem de 243.000 km² o que corresponde a 41% da área do Estado.

Estão instaladas na bacia do São Francisco as seguintes usinas hidrelétricas, entre pequenas e grandes: Cajuru, Conselheiro Mata, Gafanhoto, Pandeiros, Paraúna, Rio das Pedras, Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso e Xingó. As sete primeiras estão localizadas no Alto São Francisco e as restantes no Sub-médio e Baixo. Cerca de 1/4 da área represada por barragens hidrelétricas no Brasil localiza-se na bacia do São Francisco. Ao acumularem água durante a estação chuvosa, essas represas alteraram grandemente a vazão normal do rio e de seus tributários.

O Rio São Francisco – o Velho Chico, como é carinhosamente chamado – recebeu esse nome por ter sido descoberto por Américo Vespúcio em 4 de outubro de 1501. Os índios que habitavam suas margens o chamavam de Opará que significa Rio Mar. Seu significado afetivo é reafirmado literária e magistralmente por Guimarães Rosa e diversos artistas: Rio de São Francisco nessa grande turvação vim te dar um gole d'água e pedir tua benção¹².

O Rio São Francisco é considerado o rio “da integração nacional” e foi considerado um território de disputa entre diferenças forças sociais, étnicas e políticas que habita suas margens e dependem de suas águas:

¹² Refrão adaptado da obra de João Guimarães Rosa para a letra de uma música de Frei Luiz Flávio Cappio da Diocese da Barra/BA por ocasião de uma peregrinação realizada entre 1992 e 1993 na totalidade do percurso do rio São Francisco

Em 1550, quarenta e nove anos após ser descoberto, o “Velho Chico” atrai a atenção do comandante Miguel Henrique, que tenta atingir a foz em procura de outra e termina naufragando a galé que o acompanha. Antes de sua descoberta, o “Velho Chico” é denominado de OPARÁ, que significa RIO MAR, pelos índios que habitam suas margens. Toda a carreira do rio é habitada por centenas de tribos de índios, como: os Tchuás, Cariris, Coroados, Vermelhos, Caipós, Tapuás, Rodelas, Chacribás, Gamelas e, principalmente, os Gês, expulsos do litoral pelos tupis que, depois de terríveis batalhas cedem suas terras aos conquistadores que chegam. Com a fuga dos índios que se evadem, vencido, para os sertões goianos, os vencedores fundam pequenos arraiais, iniciando o domínio da região onde o outro e as pedras preciosas prevalecem. Todas as municípios do Vale do São Francisco são originadas de lutas sangrentas, com exceção de Juazeiro e Petrolina, onde os Cariris vivem em perfeita harmonia com os brancos que chegam com suas boiadas e ambições (Silva, 1985, s/p.).

O histórico do rio São Francisco confunde-se com o histórico do modelo de desenvolvimento nacional, que passa da expansão da agricultura e pecuária e do sistema de estradas de ferro e navegação fluvial para o modelo desenvolvimentista que integra a construção de hidrelétricas à implantação de estradas de rodagem e a industrialização de pólos urbanos:

No decorrer do século XX aumentaram significativamente as atividades econômicas relacionadas ao rio São Francisco. Do final do século XIX até a década de 1950, este rio foi a principal via de transporte do interior do país ligando as regiões Nordeste e Sudeste através da navegação fluvial integrada com as ferrovias (Camelo Filho, J. V. 2001 p.2).

Dentro desse contexto, os remeiros¹³ e os barqueiros do São Francisco contribuíram para a formação e o desenvolvimento do *sistema econômico regional* no Médio São Francisco. Por sua importância social,

¹³ O remeiro é o trabalhador que mourejava nas barcas; já o barqueiro era o proprietário da embarcação e comerciante. Diversos autores que escreveram sobre a região perceberam a diferença entre os dois termos. É importante conhecer, por exemplo, o livro de Edilberto Trigueiros (1977, p. 48 e 146 apud Neves, 2003), que fez uma pesquisa sobre a linguagem regional. Vale mencionar a origem dessa palavra, em desuso hoje na região. O termo *remeiro* possui origem latina; deriva da palavra *remus* (*remi*), da qual se originou o termo latino *remex* (*remigis*), que em português significa *remador*, *remeiro* (Saraiva, 2000, p. 1.020).

foram mencionados por viajantes e técnicos em seus relatos sobre a região. Na segunda década do século XVI, Gil Vicente já o utilizava em seu teatro/poesia:

Remando vão remadores
barca de grande alegria;
o patrão que a guiava
filho de Deus se dizia;
anjos eram os remeiros,
que remavam à porfia.
Estandarte de esperança,
Oh quão bem que parecia!
O mastro da fortaleza
como cristal reluzia;
a vela, com fé cosida,
todo o mundo esclarecia;
a ribeira mui serena,
que nenhum vento bulia.
(Vicente, 1982, p. 63 apud Neves, 2003)

Segundo Neves (2003), nesse texto de Gil Vicente a palavra *remeiros* já parece indicar a existência de uma categoria profissional. No rio São Francisco, a classe social que era identificada por este termo, existiu ao longo de dois séculos: da primeira metade do século XVIII aos anos 50 do século XX. Nesses duzentos anos, os remeiros contribuíram para a integração das populações pertencentes aos estados (anteriormente, províncias) de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Os remeiros trabalhavam nas barcas, que não eram suas, em troca de salários. Seus patrões, os barqueiros, faziam o comércio ambulante e transporte o frete ao longo da orla fluvial – em municípios, povoados, sítios e fazendas. A força de trabalho era contratada por *viagem redonda*, isto é, por jornada de ida ao porto de destino e retorno ao porto de origem. Se a viagem durasse três ou quatro meses, o salário não se alterava. Remunerava-se o trabalhador antecipadamente. No contrato verbal entre o remeiro e o barqueiro, pagava-se a metade do salário; no final da viagem, a outra metade.

Algumas dessas histórias são lembradas nos depoimentos dos pescadores entrevistados:

“Os remeiros eram pescadores também, mas eles guiavam os barcos (...) mas, naquela época era remando mesmo, não tinha motor, mas meu pai conta que eles iam com as canoas cheia de coisas (...) levavam as pessoas e tinha o remeiro que guiava o barco e mais duas pessoas que faziam as trocas, era como um armazém. Eles levavam as coisas da roça para trocar: couro porque naquela época vendia muito couro de animais, óleo de coco, farinha de mandioca, rapadura e aí eles iam pelo rio parando nas ilhas, nos ranchos e trocavam material, mantimentos” (Jonabe, 42 anos, Ibiaí).

“Eu lembro da Perosa e da Jurema (...) era uma espécie de armazém que tinha na canoa e os remeiros traziam coisas para a gente comprar: açúcar, rapadura, peixe, farinha e a gente trocava as coisas também com eles (...) O último que andou nesse rio aí mesmo foi a Piracema que era a canoa do Sr. Antônio Gato e do companheiro que trabalhava com ele o Louro”. (D. Chica, 44 anos, Ibiaí)

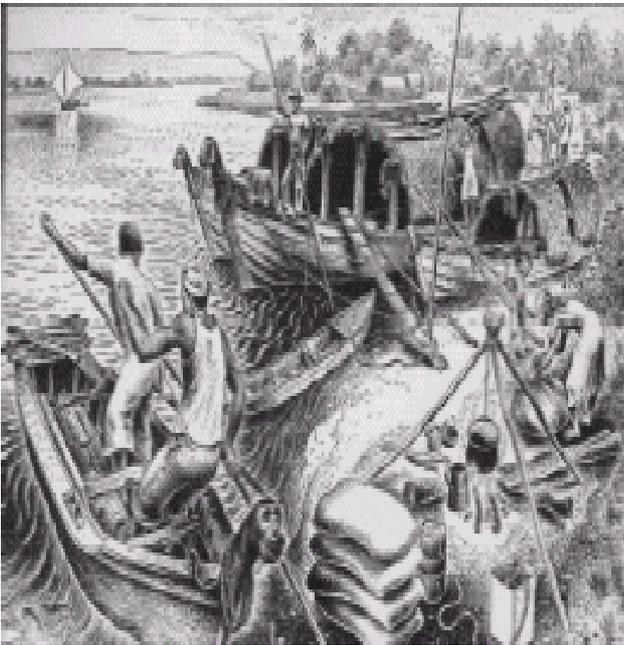


Figura 1: Cena fluvial com barcas
Fonte: Desenho: Percy Lau (anos 1940) apud Neves (2003)



Foto 36: Os remeiros e a barca
Fonte: Fotografia: Comandante Joaquim Borges das Neves (1939) apud Zanoni (2003)

Ainda hoje o rio São Francisco continua sendo um território de embates de diferentes grupos sociais que dependem do subsídio de suas águas, de seus recursos minerais e pesqueiros tanto na região dos cerrados como na região do semi-árido. Hoje, a disputa também se dá no plano político com a transposição do rio São Francisco. No entanto, essa discussão já estava presente desde 1860, como podemos observar nesse trecho no relatório do engenheiro Halfeld:

À esquerda desta fica a ilha da Quixába, do Imbuzeiro, a ilha Grande, a das Garças, da Lontra, e a do Icó. É neste ponto, onde pessoas ilustradas, particularmente o Dr. Marcos Antonio de Macedo, julgão que será possível tirar e conduzir-se do Rio de S. Francisco um canal em direcção para o riacho dos Porcos, e canalizar-se este até a sua confluencia com o riacho Salgado, e este até a sua embocadura no rio Jaguaribe, e finalmente deste rio até a sua foz no mar. O projecto é gigantesco, porém se fôr possível conseguir-se a sua execução, terá o benefico resultado de incalculavel transcendencia para as provincias do Ceará, Pernambuco, Piauhy, Goyaz e particularmente para a provincia do Ceará...”(Relatório do engenheiro Henrique Halfed sobre o São Francisco, 1860, 268a légua.)

A idéia, como se vê, é de meados do século XIX. A partir desse momento muitas outras propostas surgiram, mas em nenhuma foi comprovada eficácia suficiente que justificasse a execução. Em 1979, uma cheia sem precedentes suscitou a possibilidade de transferência das águas, mas não foi adiante. Em 1985, novas alternativas foram estudadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs). Cogitou-se, inclusive, na interligação da Bacia do Tocantins com o Velho Chico. Há sete anos, um outro projeto fracassou. Dessa vez, a idéia do então ministro da Integração Regional, Aloísio Alves, era desviar 280 m³/s de água do São Francisco para quatro Estados nordestinos.

Em 1994, nos últimos dias de seu mandato, o então presidente Itamar Franco apresentou os estudos encaminhados em seu governo para a execução da transposição. A intenção, no entanto, acabou juntamente com o governo. Em meados de 1998, em campanha para a reeleição, o presidente Fernando Henrique Cardoso mostrou disposição de empreender o transporte das águas do rio São Francisco. Garantiu que iria fazê-lo, sem prejuízo para os Estados por ele banhados. Quando o então ministro, senador pelo PMDB Ramez Tebet, cuja base eleitoral está no Mato Grosso do Sul, chegou ao ministério, a transposição deu lugar à revitalização. Na verdade, a idéia já vinha sofrendo vários reveses. Audiências públicas programadas em Salvador (BA), Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) foram canceladas devido a liminares judiciais ou a exacerbados protestos de ambientalistas. As crises mundiais e o conseqüente contingenciamento orçamentário decorrente dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) impediram a liberação de qualquer centavo dos R\$ 200 milhões destinados à execução da obra este ano, do total de R\$ 3 bilhões previstos. No entanto, o governo pagou R\$ 2,79 milhões para que o consórcio internacional Jaakko Pöyry-Tahal realizasse um estudo avaliando o impacto ambiental da transposição. No relatório apresentado, prevêem-se 38 impactos negativos, dos 49 fatores de risco analisados. Entre eles, a extinção de algumas espécies de peixes, a proliferação de piranhas, o aumento da erosão e do assoreamento, a redução da geração de energia e os danos a sítios arqueológicos. Mesmo com a existência desses riscos, o projeto recebeu o parecer “ambientalmente viável”. Hoje, a proposta atual prevê, em duas tomadas d’água, levar 127 m³/s de água a partir da cidade de Cabrobó (PE), eixo norte, (de onde serão levados 99m³/s) e do lago de Itaparica (BA), eixo leste (serão levados 28m³/s). No Ceará, o Rio Jaguaribe e bacias metropolitana de Fortaleza seriam interligadas pelo Canal do Trabalhador. No Rio Grande do Norte, os rios beneficiados seriam o Apodi e o Piranhas-Açu. Na Paraíba, as águas do Velho Chico

alimentariam a vazão dos rios Piranhas e Paraíba. Em Pernambuco, os rios Brígida e Moxotó seriam contemplados. Para a água alcançar as vertentes dos estados, terá que ser elevada a 164 metros de altura, passar por túneis e aquedutos e percorrer dois mil quilômetros de rios e canais a céu aberto, evaporando e infiltrando. Porém, o bombeamento não será contínuo, pois o objetivo é somente suprir alguns açudes para compensar a água evaporada, abastecendo seis milhões de pessoas e irrigando 180 mil hectares de terras. Contudo, a idéia de se transpor o São Francisco para perenizar outras bacias ao norte do rio sempre gerou antagonismos. Segundo uma entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, Aziz Ab'Sáber, geógrafo e professor-emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, relata que é compreensível que em um país de dimensões tão grandiosas, no contexto da tropicalidade, surjam muitas idéias e propostas incompletas para atenuar ou procurar resolver problemas de regiões críticas. Entretanto, segundo Ab'Sáber, é impossível tolerar propostas demagógicas de pseudotécnicos não preparados para prever os múltiplos impactos sociais, econômicos e ecológicos de projetos teimosamente enfatizados:

Nas discussões que ora se travam sobre a questão da transposição de águas do São Francisco para o setor norte do Nordeste Seco, existem alguns argumentos tão fantasiosos e mentirosos que merecem ser corrigidos em primeiro lugar. Referimo-nos ao fato de que a transposição das águas resolveria os grandes problemas sociais existentes na região semi-árida do Brasil. Trata-se de um argumento completamente infeliz lançado por alguém que sabe de antemão que os brasileiros extranordestinos desconhecem a realidade dos espaços físicos, sociais, ecológicos e políticos do grande Nordeste do país, onde se encontra a região semi-árida mais povoada do mundo. O Nordeste Seco, delimitado pelo espaço até onde se estendem às caatingas e os rios intermitentes, sazonários e exoréticos (que chegam ao mar), abrange um espaço fisiográfico socioambiental da ordem de 750.000 quilômetros quadrados, enquanto a área que pretensamente receberá grandes benefícios abrange dois projetos lineares que somam apenas alguns milhares de quilômetros nas bacias do rio Jaguaribe (Ceará) e Piranhas/Açu, no Rio Grande do Norte. Portanto, dizer que o projeto de transposição de águas do São Francisco para além Araripe vai resolver problemas do espaço total do semi-árido brasileiro não passa de uma distorção falaciosa. Nesse sentido, bons projetos são todos aqueles que possam atender às

expectativas de todas as classes sociais regionais, de modo equilibrado e justo, longe de favorecer apenas alguns especuladores contumazes.(Jornal Folha de São Paulo, 20/2/05).

Segue-se, na ordem dos tratamentos exigidos pela idéia de transpor águas do São Francisco, a questão essencial a ser feita para políticos, técnicos acoplados e demagogos: a quem vai servir a transposição das águas? Uma interrogação indispensável em qualquer projeto que envolve grandes recursos, sensibilidade social e honestas aplicações dos métodos disponíveis para previsão de impactos.

Segundo Ab'Saber esses projetos beneficiaram uns e prejudicaram outros:

Os 'vazanteiros' que fazem horticultura no leito dos rios que 'cortam' -que perdem fluxo durante o ano - serão os primeiros a ser totalmente prejudicados. Mas os técnicos insensíveis dirão com enfado: 'A cultura de vazante já era'.Sem ao menos dar qualquer prioridade para a realocação dos heróis que abastecem as feiras dos sertões. A eles se deve conceder a prioridade maior em relação aos espaços irrigáveis que viessem a ser identificados e implantados.De imediato, porém, serão os fazendeiros pecuaristas da beira alta e colinas sertanejas que terão água disponível para o gado, nos cinco ou seis meses que os rios da região não correm. É possível termos água disponível para o gado e continuarmos com pouca água para o homem habitante do sertão. Nesse sentido, os maiores beneficiários serão os proprietários de terra, residente longe, em apartamentos luxuosos em grandes centros urbanos.(Folha de São Paulo, 20/2/05).

Camelo Filho (2001) também salienta que o projeto de transposição somente favoreça os empreendedores capitalistas da agricultura irrigada e das indústrias, visto que a questão fundiária é conflituosa e estruturalmente consolidada. Além disso, esse autor mostra que a extensão a ser contemplada pelo projeto de transposição é pequena em relação à área que as secas sazonais atingem e, também, o alto custo das obras não justificaria a opção governamental pela transposição. A construção de açudes, postos tubulares profundos que atingem os lençóis freáticos e cisternas apresentar-se-iam como um conjunto de obras viáveis e economicamente menos dispendiosas do que as previstas no projeto de

transposição, além de fornecerem a possibilidade de gestão e controle comunitários:

O desvio de águas do São Francisco para matar a sede do sertanejo deveria ser festejado por todos os brasileiros, porém esta condição teria de ser acompanhada de um conjunto de decisões política e econômica globais por parte do Estado como a alteração da estrutura fundiária para possibilitar o acesso a terra a um maior número de pessoas possível, segundo assegurar a sociedade brasileira que a transposição atenda toda a população da região em que ela será tributária e desta forma evitar que o controle da água seja restrito àquela minoria de sempre, tendo em vista que os investimentos destinados para este fim serão pagos por todos os brasileiros; terceira, implementar uma política de gestão, com participação da sociedade para melhorar o uso e o consumo dos recursos hídricos existentes na região e evitar o desperdício e o sub-aproveitamento dos mesmos; quarto implantar uma política de educação ambiental ligada ao sistema educacional existente que orienta todos os moradores desta região com o objetivo de que os mesmos melhorem o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis, devido a sua escassez, por último à transposição terá que ser executada a partir de decisões políticas e econômicas que estejam sintonizadas com os interesses do conjunto da sociedade brasileira e que leve em conta os seus aspectos culturais e com isso possibilitar definitivamente solução de problemas ocasionados pelas secas e que seja assegurada uma nova forma de sustentabilidade econômica nesta região, por isso não pode errar nos diagnósticos dos problemas e nem nas medidas para solucioná-los. (Camelo Filho, J. V. 2001, p.20/21)

Enfim, segundo estudos acadêmicos, o projeto de transposição do rio São Francisco não seria capaz de resolver o problema das populações atingidas pelas secas no semi-árido nordestino¹⁴. Outros dados apontam

¹⁴ “A transposição de parte das águas do São Francisco não pode ser vista como salvadora de todos os males atribuídos à ocorrência de secas no sertão, ela é apenas uma das medidas que visam a solução de parte dos

que a transposição geraria inúmeros problemas como: desmatamento, exploração de minerais, implantação de muitas hidrelétricas, além da diminuição das águas nos reservatórios e a conseqüente diminuição da quantidade de energia ofertada. Em suma, esse projeto propõe uma alteração ambiental que não solucionaria o problema da escassez de água no semi-árido e ainda poderia prejudicar outros projetos já realizados em todo o percurso do rio, que foram os projetos de instalação de hidrelétricas que modificaram o meio ambiente e a vida de inúmeras populações ribeirinhas. No entanto, apesar de não ser o foco desse estudo, a discussão em torno da problemática em torno da transposição das águas do Rio São Francisco fez-se necessária nesse trabalho para auxiliar na percepção de que quanto mais escassos são os recursos hídricos, mais difícil sua gestão e mais devastadora sua exploração indiscriminada. Além disso, entender essa problemática auxilia na compreensão da população que utiliza e sobrevive desse rio e de seu ecossistema que vem diminuindo ano a ano devido à degradação ambiental, seja no cerrado ou no semi-árido.

3.2- A REGIÃO ESTUDADA

O rio São Francisco “é dividido em quatro regiões: Alto, Médio, Sub-médio e Baixo São Francisco, respectivamente, da nascente á Pirapora, desta a Sobradinho, desde a Paulo Afonso e desde a sua foz” (Camargo, 1998).

A pesquisa realizada nesta dissertação circunscreve-se a área que vai do município de Três Marias até o município de Ibiaí, deixando de lado então uma pequena área referente às nascentes e parte do médio rio São Francisco que vai de Januária até Sobradinho. A área onde a pesquisa se realizou pode ser visualizada no mapa apresentado a seguir:

mesmos. Este projeto tem limites espaciais e físicos, ou seja, a sua abrangência atende somente uma pequena parte do território atingido pelas secas”. (Camelo Filho, J. V. 2001, p.26)

Figura 2. Mapa da bacia do rio São Francisco com a indicação de localidades estudadas



Fonte: (CAPIO, MARTINS, e KIRCHNER, 1995)

A pesquisa de campo foi realizada em seis municípios ribeirinhos do Estado de Minas Gerais: Três Marias, Pirapora, Buritizeiro, Ibiaí, Barra do Guaiçu, distrito do Município de Várzea da Palma e Beira Rio localizado em São Gonçalo do Abaeté. Essas localidades são bastante representativas no contexto da região do Alto e Médio São Francisco e pelos papéis desempenhados por homens e mulheres na atividade pesqueira artesanal.

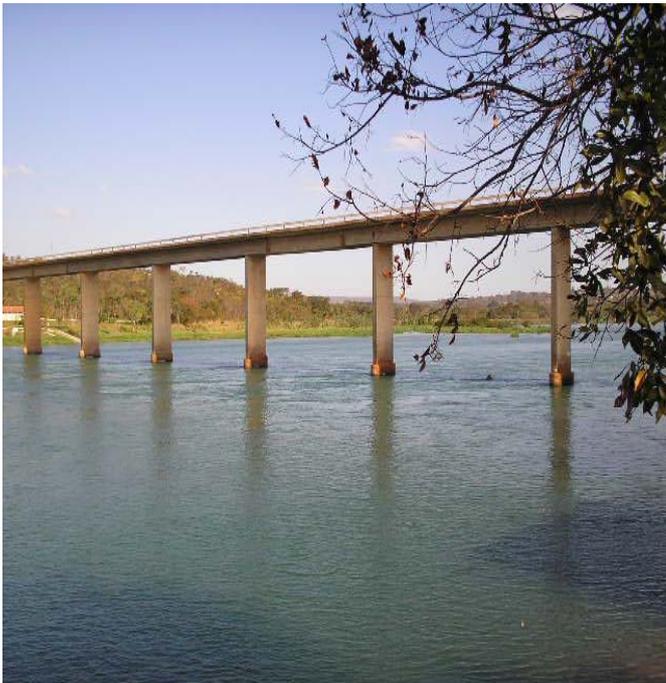


Foto 37: Rio São Francisco em Três Marias. Ponte Três Marias. Rio/ Brasília construída em 1959

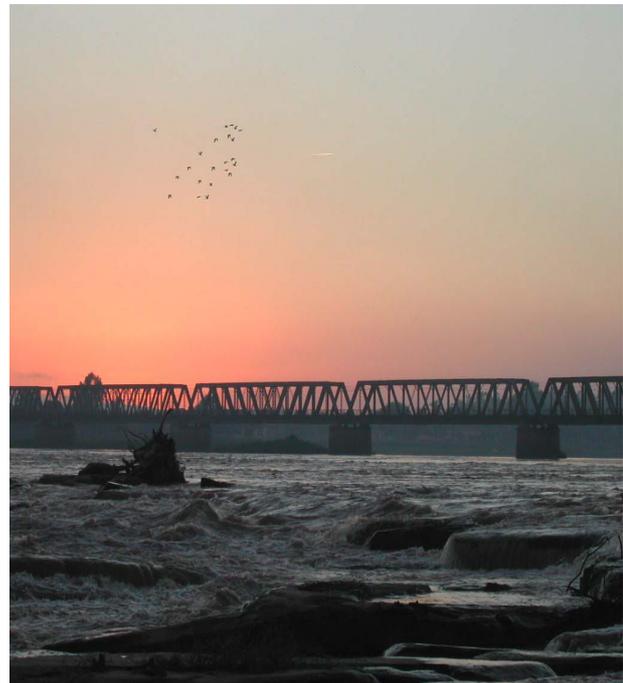


Foto 38: Rio São Francisco em Pirapora-MG. Ponte Marechal Hermes, inaugurada em 1922, que liga a cidade de Pirapora e Buritizeiro

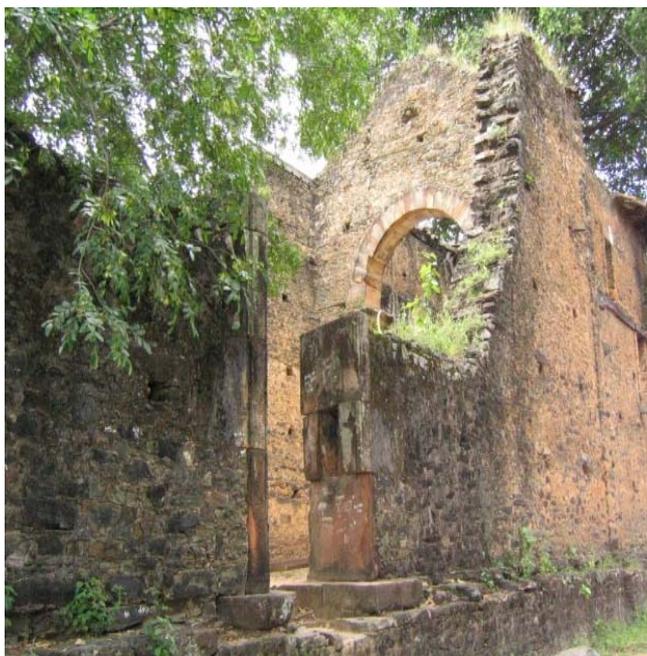


Foto 39: Ruínas da Igreja do Bom Jesus de Matozinho, localizada em Barra do Guaicuí - distrito de Várzea da Palma. Construção de pedras iniciada pelos jesuítas possivelmente em 1775 e nunca concluída.



Foto 40: Vapor Benjamin Guimarães, embarcação tombada pelo Estado e município. Localizado em Pirapora/MG

Os pescadores entrevistados eram associados na colônia de pescadores de Três Marias embora muito deles residam nas localidades de Beira Rio e do Pontal do Abaeté, localizadas no Município de São Gonçalo do Abaeté. Tais localidades distam aproximadamente 200 km da sede do município. Sua vida cultural, social e comercial liga-se mais à cidade de Três Marias. Do Beira Rio a Três Marias basta atravessar a ponte sobre o Rio São Francisco. Na Colônia de Pirapora, foram levantados endereços de pescadores residentes no município de Pirapora, no município de Ibiaí e de Barra do Guaicuí, distrito do Município de Várzea da Palma. A longa distância entre Barra do Guaicuí e a sede do Município de Várzea da Palma justifica também que a vida social dessa localidade se liga mais à Pirapora. Barra do Guaicuí localiza-se entre os rios São Francisco e seu afluente, o Rio das Velhas (Guaicuí, na língua das nações indígenas que habitavam a região). A interdição do Rio das Velhas

para pesca imposta pelos órgãos competentes faz com que a população de pescadores locais dependa apenas do Rio São Francisco. Estes grupos vivem basicamente da pesca. Trata-se de uma pesca baseada em um saber tradicional que envolve desde a confecção e o reparo de redes até as técnicas específicas de pesca, baseadas em um determinado conhecimento das condições da natureza, como a agitação das águas e os ventos.

O rio São Francisco foi, historicamente, uma das principais fontes brasileiras de pescado para muitas populações, inclusive para a população estudada neste trabalho. Sua importância está registrada em muitas publicações, grande parte das quais estão catalogadas em Menezes (1973). A produção pesqueira do São Francisco era suficiente para sua população ribeirinha e para atender ao mercado de outras regiões do Brasil. Baseando-se em estatística efetuada em 29 municípios ribeirinhos, Menezes (1956) estimou a produção de pescado entre 1.790 e 2.540 t.ano⁻¹ para 1951 e 1954. Cerca de 6.500 pescadores profissionais atuavam no São Francisco em 1977-1978 com produção de 26.500 t.ano⁻¹ (SUDEPE/CODEVASF, 1980). Segundo PLANVASF (1989), 26.000 pescadores trabalhavam no vale do São Francisco em 1985 quando a produção de pescado foi estimada em 26.100 t.ano⁻¹. No entanto, dados circunstanciais indicam que a produção pesqueira no rio São Francisco a jusante de Três Marias vem diminuindo drasticamente nas últimas décadas. Há 10 anos, cerca de 2.400 pescadores profissionais encontravam-se associados às colônias de pescadores no trecho mineiro do São Francisco. Nesta época, apenas 1/3 deles exercia exclusivamente a atividade, pois esta não era mais capaz de "propiciar condições mínimas para seu sustento" (Miranda *et alii* 1988). Em 1987, cada pescador apanhava cerca de 12 kg de peixe por dia de trabalho. Naquela época, surubim era o principal peixe da pesca do barco da colônia de Pirapora. A captura de grandes exemplares era fato corriqueiro. Uma década depois, a captura do barco da colônia de Pirapora caiu para cerca de 3 kg de peixes

por dia por pescador. O surubim¹⁵ já não é o principal peixe da pesca e a captura de grandes exemplares é uma raridade.

Muitos das centenas de milhares de pescadores amadores do Estado que freqüentavam o São Francisco hoje se deslocam para pesqueiros mais longínquos e dispendiosos. O colapso pesqueiro é voz corrente entre os ribeirinhos, e manchetes sobre o problema são freqüentes em jornais. Em consequência da redução dos peixes, algumas espécies importantes da pesca, como o surubim, dourado, pirá e matrinhã foram incluídos na lista das espécies presumivelmente ameaçadas de extinção em Minas Gerais (Lins, 1997).



Foto 41: O surubim era visto como um troféu. Os pescadores tiravam fotos do surubim e as exibem, até hoje, nas paredes de suas casas.



Foto 42: Corredeiras de Buritizeiro¹⁶ e no fundo a ponte Marechal Hermes que liga a cidade de Pirapora e Buritizeiro.

¹⁵ O surubim, como as demais espécies importantes para a pesca do São Francisco, dependem das cheias para que sua prole tenha acesso às lagoas marginais. A falta de grandes cheias ao longo da década de 1990 é uma das mais prováveis causas da atual falta de peixes no rio. A partir de outubro de 2004 houve um número alarmante de surubins mortos encontrados boiando no rio. Ainda não se sabe a causa da mortandade.

A represa de Três Marias no trecho Alto Médio do rio São Francisco atingiu a população dos pescadores artesanais da região não somente porque os mesmos não se adaptaram às condições das atividades pesqueiras na represa¹⁷, mas pela degradação e desequilíbrios ambientais porque:

O barramento de trechos do rio para fins de produção de energia elétrica [...] transforma o ambiente barrado em lago, cujas características ambientais tornam-se desfavoráveis ao desenvolvimento de algumas espécies de peixe ao mesmo tempo em que, objetivando o armazenamento hídrico, inviabiliza a continuidade, à jusante, do ciclo natural das enchentes que repovoaria o rio (Nordi, N, e Valêncio, N. F.L.S. 1999).

A degradação do rio São Francisco não se dá apenas com as construções de barragens, mas também devido à destruição das matas ciliares¹⁸; com o assoreamento do rio¹⁹; principalmente com os efluentes de origem industrial, com a expansão do turismo e a ocupação indevida do entorno do rio, que comprometem a qualidade do pescado, fazendo baixar os preços do produto, além de provocar a diminuição dos estoques pesqueiros dificultando a captura economicamente satisfatória; a agricultura irrigada, caso essa utilize agrotóxicos que podem ser levados para o rio por meio das chuvas, prejudicando a vida de peixes e plantas e

¹⁶ Aqui se pesca desde quando as primeiras civilizações ocuparam essas margens. Hoje, o local da pesca é proibido. Entretanto, é uma pesca tradicional praticada por número limitado de pescadores e de maneira organizada.

¹⁷ A pesca na represa requer um conjunto de instrumentos de trabalho mais sofisticados como redes e barcos a motor. Existem iniciativas políticas que tentam minimizar a criação de programas de incentivo para as compras de barcos e motores, assim como programas de piscicultura, mas o desejo dos pescadores artesanais é ver o rio como era antes.

¹⁸ Que é provocada pela apropriação concentracionista da terra (latifúndio) e pela expansão urbana e industrial dos municípios ribeirinhas, no entanto esse fator é desfavorável a pesca à medida que dificulta o acesso aos ranchos de pesca favoráveis à captura, ou seja, onde tem mata ciliar tem mais peixe. Assim, de maneira indireta também é responsável pela redução da variedade e da quantidade de recursos pesqueiros, e isso invalida um conjunto de técnicas tradicionais da atividade pesqueira artesanal.

¹⁹ Embora seja consequência do represamento da água do rio pelas barragens, que provocam a mudança na velocidade do curso das águas à jusante, reduzindo também o volume, esse fator incide também negativamente na prática da pesca (tanto a remo quanto a motor) porque inviabiliza a navegação e compromete a diversidade e a quantidade dos recursos pesqueiros.

comprometendo a qualidade da água. Nas imagens a seguir, observamos que o impacto da degradação do rio acarretou a mortandade de centenas de peixes em sua maioria surubins e em menor quantidade matrinhãs, mandis, pirás e curimatás. Segundo, os pescadores a mortandade dos peixes ocorre desde outubro de 2004²⁰.



Foto 43: Surubim morto encontrado no Rio São Francisco em Três Marias. Julho de 2005
Fonte: Projeto Peixes, Pessoas e Água



Foto 44: Surubim morto encontrado no Rio São Francisco em Três Marias. Julho de 2005
Fonte: Projeto Peixes, Pessoas e Água

²⁰ Em Pirapora, conforme resultado enviado por Agostinho da Silva, CETEC, todos os peixes estavam com alterações anatomo-fisiológicas em seus órgãos decorrentes da contaminação por cobre, zinco e/ou pesticidas, não sendo possível verificar se foi a ação conjunta ou isolada destes elementos que produziram tais alterações nos peixes, pois os seus efeitos são semelhantes no organismo. O histórico de contaminação por Zinco e Cobre no médio São Francisco remonta para grandes empresas localizadas a montante de Pirapora, que anos atrás já causaram a mortandade de vários peixes e problemas de saúde nos pescadores da região. A provável fonte de pesticidas foram as grandes lavouras localizadas próximas às margens do Rio Abaeté, a utilização incorreta destes compostos em um mês caracterizado por elevado índice pluviométrico os levaram a serem carregados para a água, pois os mesmos não tiveram tempo de se fixarem nas plantas e/ou no solo, e nem para diminuir sua toxicidade. Como os metais e os pesticidas são compostos pesados / densos foram se sedimentando no fundo do rio, causando a morte, principalmente, dos peixes que vivem neste habitat, os surubins. Fonte: SAAE. Pirapora

Em Três Marias há de se registrar que o impacto maior se localiza na região de maior proximidade e influência direta do lançamento de efluentes, de descargas de águas subterrâneas contaminadas da barreira velha de contenção de rejeitos e, eventualmente, de resíduos da Companhia Mineira de Metais que tenham sido no passado criminosamente dispostos diretamente nas margens e leito do Rio São Francisco no trecho referido.

A expansão do turismo foi uma das questões mais levantadas pelos pescadores entrevistados, pois a proliferação da pesca amadora e esportiva gerou um problemático crescimento do desenvolvimento urbano no entorno do rio São Francisco, aumentando o número de “ranchos” e o número de pescadores amadores que concorrem com os pescadores artesanais profissionais. Muitos pescadores artesanais relataram que essa concorrência é “desleal”, pois os pescadores amadores e esportistas, devido a sua situação econômica mais privilegiada, usam apetrechos, barcos e motores mais sofisticados que os pescadores artesanais, além do mais, muitos desses acabam, durante a pesca no rio, cortando suas redes e “roubando” o lugar da pesca. De qualquer forma, a pesca no São Francisco certamente ainda é uma das importantes fontes geradoras de recursos para sua população ribeirinha.

Não é possível abordar e discutir neste trabalho as conseqüências que os fatores degradantes trazem para a organização e sobrevivência da população que habita esta extensa área que cobre toda a bacia do rio São Francisco. No entanto, pode-se afirmar que os fatores degradantes apontados como agressores do rio atingem primeiramente e principalmente populações que tradicionalmente praticam a pesca e a agricultura artesanal.

3.3- SUA GENTE E SEUS MODOS DE VIDA

Neste item, relata-se os modos de vida dos pescadores (as) do Alto-Médio Rio São Francisco. Os resultados quantitativos fazem parte da pesquisa censitária - já citada os dados qualitativos fazem parte da pesquisa amostral, ambas realizadas com as famílias de pescadores artesanais de algumas localidades do Alto São Francisco. É necessário ressaltar que, apesar da importância de alguns dados dessa pesquisa, como por exemplo, cor e religião, por não ser o foco desse trabalho, esses dados

não serão aprofundados²¹. No entanto, no capítulo quatro, será retomado à discussão de alguns dados como as relações de gênero, trabalho e meio ambiente. Portanto, o objetivo é caracterizar as famílias, os indivíduos componentes dessas famílias e seus domicílios.

Segundo dados do Censo de 2000, realizado pelo IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população dos municípios²², locais de moradia dos pescadores e família era:

- ✓ Pirapora: 50.269 habitantes
- ✓ Três Marias: 23.539 habitantes
- ✓ Ibiaí: 7.247 habitantes.
- ✓ Várzea da Palma: 31.632 habitantes
- ✓ São Gonçalo do Abaeté: 5.430 habitantes

De 1991 para 2000, a população de Pirapora e a de Ibiaí cresceram 0,8% e 0,7% ao ano, respectivamente. A população de Três Marias, ao contrário, esteve em queda de 0,6% ao ano. Esses dados demonstram que os três municípios vêm perdendo população por causa da migração. O crescimento de Ibiaí e de Pirapora é inferior à taxa de natalidade em 2000: 2% para Pirapora e 2,7% para Ibiaí. A taxa de natalidade de 1,8% em Três Marias não foi sequer suficiente para cobrir a perda do saldo migratório negativo. Essa característica de Três Marias pode ser explicada pela maior facilidade de acesso a centros urbanos como Brasília e também pelo melhor nível de escolaridade. Dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, no ranking do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano²³, Pirapora ocupa a posição 158^a, Três Marias a 175^a; Ibiaí, a 621^a; Várzea da Palma, a 498^a e São Gonçalo do Abaeté, a 404^a.

²¹ Por se tratar de temas relevantes e complexos, acreditamos que seria oportuno tratá-los em um próximo trabalho.

²² Dados on-line só estão disponíveis agregados por município. Não temos, portanto, informações em separado para Barra do Guaiçuí, Beira Rio e Pontal do Abaeté.

²³ O Índice de Desenvolvimento Humano sintetiza, em princípio dado que é um índice em contínua construção, três indicadores: um indicador de longevidade, em geral expectativa de vida; um indicador sobre informação, em geral escolaridade da população adulta, um indicador da capacidade de compra, em geral renda per capita corrigida pelo poder de compra. Os dados para os municípios mineiros estão disponíveis no site oficial do Governo do Estado e têm, como fonte, a Fundação João Pinheiro.

3.3.1 - Famílias e indivíduos

No total, das famílias entrevistadas pelo Censo, foram de 421 famílias e 2.060 indivíduos. Portanto, o tamanho médio de família, no total das famílias pesquisadas é de 4,9 pessoas, porém a frequência de famílias com 5 membros é bastante alta. O tamanho médio da família é maior nas localidades menos urbanas (São Gonçalo, Guaicuí e Ibiaí) e à medida que se caminha rio abaixo. Em todas as localidades, o grupo de famílias de pescadores apresenta tamanho médio superior ao tamanho médio da família do município. Desses, temos grupos domésticos que transbordam o modelo de família nuclear, por incluir outros parentes e agregados; grupos menores que a família tradicional – famílias apenas com mãe e filhos, por exemplo. Há também famílias com filhos de casamentos anteriores. O que nos dá um quadro não de família, mas de famílias, assim como de casamentos. Casais que se separam e voltam a morar com os pais; filhos que se tornam pais solteiros e recorrem à ajuda dos pais. Muitas são as trocas cotidianas para cumprir a agenda das tarefas domésticas e, como sabe, são mulheres que em geral se organizam em redes de ajuda. São elas também que se encarregam mais de cuidar dos membros dependentes: as crianças, os velhos e os doentes. Nas imagens a seguir, podemos analisar a caracterização de algumas famílias entrevistadas:



Foto 45: Família de pescadores de Ibiaí-MG: pai, mãe e filhos



Foto 46: Família de pescadores de Pirapora-MG: pai, mãe, filhos e a presença da avó paterna



Foto 47: Família de pescadores de Barra do Guaicuí-MG: pai, mãe e 4 filhos



Foto 48: Família de pescadores de Pirapora-MG: pai, mãe, filhos e a neta



Foto 49: Família de pescadores de Barra do Guaicuí -MG: pai, mãe, filhos, cunhados e sobrinhos



Foto 50: Família de pescadores de Barra do Guaicuí -MG: mãe separada do marido há 2 anos e os cinco filhos

Embora as mulheres entrevistadas declarassem que tenham uma ocupação profissional - a atividade da pesca - é bem verdade que devido à flexibilização desse trabalho, que não necessariamente ocupa 8 horas por dia de trabalho, como as mulheres que “trabalham fora”, essas pescadoras acabam dedicando-se inteiramente à família e às crianças. O que se observa é que pouco parece ter mudado a característica identificada por Bruschini (1990) alguns anos atrás: o rarefeito envolvimento dos homens ocorre mais em atividades lúdicas, de lazer e externas ao espaço doméstico. O depoimento a seguir deixa claro que, ainda que a mulher desempenha, a mesma atividade do homem, é ele que ainda é o chefe da família e o que cabe à mulher é apenas o auxílio, a complementação da renda:

“O que acontece é que a mulher e o homem pescam iguais, mas a mulher não tem o mesmo tempo que o homem porque quando dá a hora de ir para o rio o homem pega as coisas dele e vai, mas a mulher não pode ir a hora que ela quer porque tem que cuidar da casa, levar os meninos para a escola e só vai a hora que ela está desocupada. Mas

mesmo assim a mulher vai para o rio porque ela tem que ajudar o marido porque ele sozinho não dá conta de sustentar a família, então nas horas vagas ela vai ajudar ele a pescar. Por exemplo, uma casa que nem a minha que hoje moram 12 filhos e se só o homem tivesse pescando, ele não daria conta, a gente ia passar necessidade". (D. Maria das Saudades, 47 anos, Barra do Gauicuí)

Assim, predomina uma atitude ainda marcadamente tradicional em relação ao “cuidado”, centrada na manutenção da responsabilidade feminina: 65,6% acham que a melhor situação para uma criança de até dois anos é ficar em casa com a mãe. Nesse sentido, é possível falar da permanência de uma forte associação entre afeto materno e cuidado direto. Ser boa mãe é, antes de tudo, cuidar dos filhos. Organizadas ao redor do trabalho remunerado do chefe homem, e do trabalho doméstico da mulher-mãe, a maioria das famílias das camadas populares está permanentemente ameaçada pelos baixos salários e desemprego. No entanto, no nosso grupo não é o desemprego, ao menos à primeira vista, que coloca em alerta as famílias de pescadores e pescadoras artesanais, mas sim o medo que a pesca esteja prestes ao fim.

3.3.2 - Saneamento

Das características dos domicílios levantadas, foram selecionados dados sobre prestação de serviços coletivos de saneamento: esgoto, água e lixo, dada a disponibilidade dessas informações para o total de domicílios do município. Pela comparação, é possível avaliar as condições domiciliares de pescadores no contexto municipal. O serviço de esgoto não é universal em nenhuma das localidades visitadas. Três Marias apresenta a melhor situação e Ibiaí, a pior. É expressiva, em todos os municípios, a participação de fossa rudimentar, preocupante dada à possibilidade de infiltração de dejetos no solo.

Em Três Marias e Pirapora, os pescadores moram em bairros com maior cobertura de rede de esgoto. Em Ibiaí, a situação se inverte. Neste

município é muito baixa a cobertura de rede de esgoto como podemos observar nas fotos a seguir:



Foto 51: Casa de pescadores depois de uma forte chuva. Barra do Guaicuí-MG



Foto 52: Casa de pescadores. Ibiaí -MG



Foto 53: Casa de pescadores. Beira Rio/São Gonçalo do Abaeté/MG

O serviço de abastecimento de água tende à universalização nas localidades mais urbanas – Três Marias e Pirapora. Em Três Marias, os pescadores moram em bairros de maior cobertura de serviço de água. Assim também acontece em Ibiaí. A prestação de serviço de lixo também não é universal em nenhuma das localidades visitadas. Na ausência dessa cobertura, sobressai a alternativa de queimar o lixo. Em todas as localidades, os pescadores moram em bairros de maior cobertura de coleta pública de lixo. A partir dos dados sobre prestação de serviços públicos, observa-se que as famílias de pescadores colonizados compartilham, na tendência central, das condições de vida do total de famílias do município. Não habitam todos em bairros que têm acesso a serviços mais universais, nem naqueles que não estão providos por eles. A prestação dos serviços não é universal, para o total da população, e a distribuição deles afeta toda população e não apenas a de pescadores. Se entendermos esses indicadores como relacionados a condições mais gerais de vida, são limitadas as possibilidades de construção de alternativas de vida para as famílias de pescadores no contexto municipal.

3.3.3 - Sexo e idade

Segundo os dados do relatório técnico final do projeto “Rumo à co-gestão da pesca no vale do Rio São Francisco” financiado pelo International Development Research Centre – IDRC, em todas as localidades pesquisadas, a participação de homens é superior à de mulheres, o que vai contra uma tendência geral (com exceção de Ibiaí) de predominância da população feminina. No contexto municipal, em Três Marias as mulheres representam 50,6% da população; em Pirapora, 51,1% e, em Ibiaí, 48,3%. Essa menor participação feminina no grupo de famílias de pescadores faz supor um processo de migração maior das mulheres

desse mesmo grupo, ou via casamento ²⁴, ou via trabalho. As mulheres apresentam melhor nível de escolaridade e maior facilidade em encontrar trabalho, em especial trabalho doméstico, o que favorece a saída do grupo. Por outro lado, a pesca, atividade predominante e de maior rendimento no grupo continua sendo uma atividade que mais atrai os homens.

A distribuição por idade apresenta uma população pouco envelhecida: a participação de pessoas com 60 anos e mais é bem menor do que a participação de crianças com até 10 anos (inclusive). A participação de crianças no total da população é menor em Três Marias e aumenta nas localidades menos urbanas, em especial quanto mais estiverem ao norte. Quanto à idade, a participação de pessoas na faixa etária de até 14 anos (a partir da qual legalmente se pode trabalhar), nos grupos de pescadores, varia de 23,6% em Três Marias a 38,7% em Ibiaí, demonstrando a maior presença de crianças e adolescentes em Ibiaí e, conseqüentemente, uma maior taxa de dependência. No município como um todo, a participação da população de até 14 anos varia de 30% em Três Marias e Pirapora (municípios mais urbanos) a 39% em Ibiaí (município mais rural)²⁵. No contexto municipal, portanto, quando o município é mais urbano, a taxa de dependência entre os pescadores é mais baixa; quando o município é menos urbano, a taxa de dependência é mais alta e equivalente ao geral. A prova crucial dessa observação encontra-se na comparação de Barra do Guaicuí, distrito menos urbano, com o município de Várzea (que integra a cidade de Várzea da Palma, portanto, sob a influência de padrões mais urbanos): enquanto que, em Barra, a porcentagem de pessoas de até 14 anos, no grupo de famílias de pescadores, é de 37%, no município é de 33%. Esses dados demonstram que Três Marias e Pirapora possuem uma

²⁴ Nas entrevistas realizadas e que serão apresentadas abaixo, as mães, em geral, manifestam o desejo de que seus filhos não sejam pescadores e de que suas filhas não casem com pescadores.

²⁵ Aceita-se, neste trabalho, a definição de urbano como modo de vida que vem da Sociologia Clássica. Nessa definição, as características básicas do urbano são volume, densidade e heterogeneidade das quais outras características são provenientes: predomínio das relações secundárias (não face-a-face e não afetivas), individualismo, papéis segmentares, propensão à mudança, mobilidade social, pensamento abstrato. (GERMANI, 1969, p.148).

vantagem, um bônus demográfico, quando comparados às outras localidades. Indica também que Três Marias e Pirapora introduziram alguma racionalidade e, conseqüentemente, previsão (a capacidade de prever o futuro e utilizar essa capacidade para orientar as decisões no presente é indicador de racionalidade) quanto ao número de filhos em relação aos recursos disponíveis.

3.3.4 - Cor

Cor é uma matriz importante do ponto de vista da observação da desigualdade. Portanto, é imprescindível em todo levantamento que pressupõe ser base para ações de promoção de equidade. No Censo Domiciliar, duas foram as formas de se levantar a cor: a primeira, por auto-denominação; a segunda, por auto-classificação nas categorias oficiais. Essa segunda classificação é necessária para poder comparar a distribuição por cor entre diferentes localidades.

Por auto-denominação, as pessoas em geral se classificam como morenas. A variação se dá pelas várias tonalidades de morenice. Algumas vezes, antes mesmo da auto-denominação definitiva, as pessoas se diziam azuis ou roxas, como se a brincar ou mesmo menosprezar a questão. Outras vezes, a auto-denominação estava relacionada ao trabalho da pesca e às conseqüências da agressão do meio ambiente, como podemos verificar nos relatos abaixo:

“Eu sou morena bem queimadinha do sol, mas aqui não tem preconceito por causa da cor mesmo”. (D. Patrícia, 52 anos, Beira Rio)

“Hoje a minha cor é parda, mas eu sou branco da cor de vocês, mas hoje o sol não deixa você ficar branco, então realmente eu sou sapecado”. (Sr. Paulo, 55 anos, Pirapora)

“Nunca parei para pensar nisso, nem sei te responder de que cor eu sou. Mas eu acho que sou morena por causa do sol que a gente toma muito. O sol acaba muito com a pele, envelhece a pessoa muito rápido. [...]nunca passei preconceito e aqui pelo menos em Pirapora nunca vi nenhum caso de racismo, pelo contrário, as pessoas de cor em Pirapora são valorizadas...eu passo é cobiça aqui, isso sim, mas eu não sei porque se é pela cor”. (Maria do Piedade, 42 anos, Pirapora)

A categoria sem resposta é significativa nos dados quantitativos realizados pelo Censo: em geral, representa repúdio à questão. Esse repúdio é maior quando da auto-classificação nas categorias oficiais: o repúdio é maior quando da categoria pardo, cor que, no Brasil, muitas vezes se associa à cor duvidosa, de sujeira. Estranhamente, a porcentagem de sem resposta é maior nas localidades onde é maior a participação de pessoas de cor preta e parda.

No Estado de Minas Gerais, a participação de pessoas de cor branca na população é de 53,8%; de pessoas de cor preta é de 7,1%; de pessoas de cor parda é de 38,2%. No contexto do Estado, o grupo de famílias de pescadores artesanais em todas as localidades pesquisadas é nitidamente de cor preta e parda. A prevalência dessas cores aumenta nas localidades mais ao norte: Pirapora, Guaicuí e Ibiaí.

Acerca dessa composição racial, Teodoro Sampaio citado em Zanoni (2003), que viajou pelo São Francisco em 1879, contribui com um texto primoroso para informar-nos sobre os trabalhadores do rio São Francisco:

Vê-se ali, entre eles, todos os matizes da população policroma da nossa terra. O caboclo legítimo, o negro crioulo, o *cariboca*, misto do negro e do índio, o *cabra*, o *mulato*, o branco tostado de cabelos castanhos e às vezes ruivo, todas as raças do continente e os produtos dos seus diversos cruzamentos ali estão representados. (Sampaio 2002, p. 94-95).

Em seu conto “A araponga”, Accioly Lopes apud Zanoni (2003) confirma as informações de Sampaio:

Quando acontece branco virar remeiro, que é o caso de Miguel Faiscô, aí a marca do trabalho toma outra feição. Tanto a ferida, quanto à estória. Remeiro, de modo geral, é sempre caboclo, negro ou mulato. Dizem que estes têm mais fibra. (Lopes 1978, p. 19).

A primeira frase dessa citação parece denotar que a presença de homens brancos como força de trabalho nas barcas não era muito freqüente. A ferida a que se refere o autor é a marca da vara (instrumento de trabalho) no peito do trabalhador. Em uma missão no rio São Francisco, o padre Martinho de Nantes citado em Zanoni (2003) relata os primeiros contatos do homem branco com os índios cariris do São Francisco nos últimos anos do século XVII. Menciona também a existência de escravos negros que eram usados como força de trabalho nos curralos ou fazendas à margem do rio (Nantes, 1979, p. 52). Em 1867, sir Richard Burton correlacionava a cor da pele dos ribeirinhos com a posição social: “Os habitantes são todos mais ou menos escuros, (...) aqui o rosto mais claro é sempre indício de uma posição social mais elevada” (1977, p.161).

Segundo Zanoni (2003), desde o início da colonização do rio São Francisco, portanto, os negros ocuparam uma posição subalterna na estrutura social. Escravos até 13 de maio de 1888 passaram após esta data à condição de homens livres, isto é, trabalhadores que, em troca de alguma forma de remuneração, empregavam-se na lavoura ou em pequenos ofícios urbanos como ferreiros, oleiros, aguadeiros etc. Trabalhavam a terra como parceiros, agregados, camaradas ou em pequenas unidades de produção familiar, sem título de posse da terra. Muitos eram também **pescadores**.

3.3.5 - Escolaridade

Nas idades, que vão da educação infantil ao ensino superior, no total das localidades, 27% da população não frequenta escola, e 5,4% nunca a frequentou. Comparativamente, as localidades que apresentam menores índices de *não frequência* ou de *nunca frequentou* são Ibiaí e Três Marias. Quando se comparam homens e mulheres nessas mesmas idades percebe-se que a ausência da escola é maior entre os homens quando se considera o presente (*não frequenta*) e maior entre as mulheres quando se considera o passado (*nunca frequentou*). Isso pode estar indicando que a educação está se tornando cada vez mais feminina.

Nas idades compatíveis com o ensino fundamental (dos 7 aos 14 anos), obrigatório por lei, a frequência à escola aumenta em todas as localidades, porém, apesar da obrigatoriedade, aparecem casos de não frequência, porcentagem maior em Pirapora e em São Gonçalo. Ao comparar homens e mulheres nessas idades, as diferenças de participação são diminutas. A frequência à escola diminui nas idades compatíveis com ensino médio, não considerado obrigatório, mas importante do ponto de vista do mercado de trabalho. Quando se comparam homens e mulheres nas idades compatíveis com ensino médio novamente percebe-se a feminilização do ensino. Com exceção de São Gonçalo e de Ibiaí, em todas as outras localidades, a presença de mulheres estudando é superior. A feminilização da escola vai se refletir nas taxas de analfabetismo geral da população com mais de 15 anos: com exceção de Pirapora, em todas as localidades a taxa de analfabetismo é maior entre os homens. O ingresso no mundo do trabalho seja no rio, seja na roça, é uma das justificativas, apresentadas pela maioria das (os) pescadoras (es), da ausência ou interrupção dos estudos conforme se pode observar:

“Então eu aprendi quase tudo à minha custa, estudei muito pouco e meu pai morreu quando eu tinha 16 anos, então por eu ser o mais velho eu tive que ajudar em casa e até hoje eu estou na batalha no rio” (Sr. Pedro, 67 anos, Ibiaí).

“Eu tive que ir para o rio com meu pai e aí eu aprendi e com isso eu viciiei e continuo pescando(...) eu era a mais velha e as outras ficavam em casa ajudando com o serviço, por isso eu não estudei (...) mal sei ler e escrever, mas sei assinar meu nome”. (Antonieta, 46 anos, Barra do Guaicuí).

“A pesca é única profissão que não tem idade, que não exige estudo porque onde a gente vai encontrar serviço com a idade de 60 anos, sem estudo. A pesca na idade que eu estou é a única saída porque hoje para ser empregada doméstica tem que ter estudo e eu não tenho, então é o único serviço que não exige nada de você”. (D. Ana, 48 anos, Ibiaí).

“Eu estudei só o primeiro grau, eu nunca tomei uma bomba. A gente era muito pobre, embrulhava o caderno com papel de pão e ia de chinelo na escola e meu pai nunca pode comprar o uniforme da escola(...) eu tive que trabalhar ainda menina. Mas eu tenho muita vontade de voltar a estudar”. (Amélia, 46 anos, Beira Rio).

Em todas as localidades, a taxa de analfabetismo é diferente também segundo a cor: a taxa é maior entre pessoas de cor negra (parda + preta). As diferenças, quanto se considera cor, são maiores do que as diferenças por gênero (sexo). A educação é vista como para muitos como o único elemento capaz de viabilizar mudanças na vida dos filhos que não pretendem permanecer na pesca. Estudar é o caminho para uma profissão. As informações recolhidas nas entrevistas lançam luz sobre importantes questões. Diante do que nos foi relatado, vem ocorrendo entre os pescadores e pescadoras uma expressiva mudança educacional intergeracional, de maneira que os filhos exibem níveis de escolaridade significativamente mais elevados que os pais. A princípio, a percepção da importância do estudo fica bastante clara nas entrevistas, quando todos concordam que os jovens devem ter as mesmas oportunidades de estudar, independentemente do sexo. Porém, na prática, segundo vários depoimentos, existem muitas diferenças entre isto que é dito e as possibilidades de que meninos e meninas possam dedicar-se plenamente aos estudos:

“O estudo faz muita falta. Os meus meninos também quase não estudaram. Porque desde pequenos indo para a pesca. Cada um estudou até a quarta série (...). Eu insisti para eles estudarem, mas quando pescavam e pegavam o peixe... foram crescendo e não quiseram mais saber de estudo. Mas eu levantava todo o dia de manhã, os arrumava e mandava eles irem (para a escola). Mas foi a pesca. A maioria desses filhos de pescadores é muito difícil, tem uns dois que são estudados”. (Nadir, 52 anos, Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté/MG).

A visão de que a menina pode substituir um bom trabalho por “um bom casamento” ainda persiste como uma herança cultural:

“Eu ensino tudo para a minha mocinha. Ela é muito trabalhadora. Minha mãe me ensinou que o papel da mulher é ser esposa – minha criação foi essa - minha mãe falou para mim: ‘casou, tem que ter comida pronta, roupa limpa, casa arrumada!’ Então, se eu não fizer quem vai fazer?”. (Rosa, 43 anos, Beira Rio- São Gonçalo do Abaeté)

“Ela mostrou interesse em aprender a pescar então, por isso eu ensinei, mas não significa que eu quero que ela seja pescadora, porque todo pai quer algo melhor para o seu filho e a gente sonha que elas estudem, casem, tenham família e peguem outro caminho diferente porque não é fácil não passar o que eu já passei no rio”. (Jair, 45 anos, Barra do Guaicuí).

A escola e o ensino são, para os pais, capazes de afastar os jovens da criminalidade. A preocupação com o futuro dos filhos e com o seu possível envolvimento com a marginalidade leva as mães a apostarem na escola como saída para evitar tais possibilidades. A educação, passa a ser o refúgio para os jovens. O tempo na escola é visto como tempo que não será despendido em caminhos ilícitos. Uma das acepções fortemente presentes em todas as falas dos pais, e bem genérica, refere-se ao estudo como via para maiores oportunidades na vida, independentemente da idade e do sexo:

“Ah! Se eu tivesse estudo (minha vida) mudaria. Nossa Deus! Mudaria demais! A gente quer escrever uma carta, por exemplo, para a família e não pode. Nossa! Mudaria demais”. (Nadir, 52, Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté).

Numa outra acepção, dentro de uma perspectiva instrumental, o estudo é visto como um recurso privilegiado na busca de alternativas estratégicas de sobrevivência, inclusive fora da pesca.

“O estudo é a maior herança que você deixa para o seu filho e que ninguém toma (...) uma fazenda você deixa de herança e ele vai lá e pode vender. Todos os meus filhos têm até o terceiro ano, mas você só consegue dar até esse ponto porque quem trabalha da pesca como eu não tem condição de dar uma faculdade para o seu filho, então você leva até esse ponto e aí ele para de estudar e se não consegue arranjar um emprego para trabalhar, então ele vai para o rio. Mas se a gente conseguisse outro fonte de renda para ele, seria melhor porque o trabalho no rio é muito sofrido” (Sr. Pedro, 67 anos, Ibiaí).

“Eu sempre pergunto para eles o que eles querem: um fala que quer ser advogado, outro quer ser médico e o outro quer ser dentista. Tudo bem se algum deles quiser ser pescador, mas eu acho que eles deveriam escolher outra profissão. Se Deus quiser! Porque pescador não dá para ser não! Então, que Deus ajude-os a chegarem até lá” (Lindalva, 32 anos, Ibiaí).

“O estudo para eles é muito importante para eles não ficar igual eu, para ter uma outra profissão melhor, menos sofrida”. (D. Antonieta, 46 anos, Barra do Guaicuí).

“Aqui é o que tem filha (...) desde pequeno eles vão para o rio, pescam. Eu tinha vontade dar outra vida para eles, dar mais estudo, mas se eles tivessem trabalhando em uma firma (empresa) ficaria melhor”. (Patrícia, 52 anos, Beira Rio - São Gonçalo do Abaeté).

3.3.6 - Religião

A religião é uma matriz importante de orientação de vida, daí o levantamento da informação. Estudos clássicos associam a religião católica a uma orientação mais coletiva e as religiões protestantes a uma orientação mais individualista. Além disso, a diferenciação religiosa é um indicador de diferenciação cultural e social.

Segundo os dados do relatório técnico final do projeto “Rumo à co-gestão da pesca no vale do Rio São Francisco” financiado pelo International Development Research Centre – IDRC, os grupos de pescadores entrevistados pelo Censo Domiciliar aproximam-se da distribuição do Estado, com a diferença de que não aparecem citadas religiões afro, judaica e orientais. Entre as localidades, porém, a variação entre as religiões é significativa: tanto maior a participação de pessoas de cor preta e parda e tanto mais ao norte (com exceção de Guaicuí), tanto mais católica é a população das famílias de pescadores. No entanto, alguns traços do sistema mágico-religioso, que também estão presentes nos contos regionalistas, são relatados nas histórias de vidas e depoimentos dos pescadores (as). Em alguns municípios, como Ibiaí e Pirapora, encontram-se algumas famílias que ainda realizam algumas festas religiosas tradicionais, como a “Bumba meu Boi” demonstrada na foto abaixo:



Foto 54: Festa do “Bumba Meu Boi” realizado em Ibiaí/MG

As festas de “Folia de Reis” e a “Festa de São Gonçalo”, também são lembradas através dos relatos orais:

“Por exemplo, se eu faço uma promessa, aí eu faço a festa às pessoas que vem na minha casa dançar, saem da minha casa e vão passando nas outras casas (Folia de Reis) (...) agora na

festa do São Gonçalo é diferente você faz a festa porque você fez a promessa e aí você vai só na casa daquela pessoa, mas na folia de reis você vai dançando na casa das outras pessoas. (...) Eu aprendi com o chefe, desde os 12 anos e hoje eu danço e quando a pessoa faz a promessa, se ela recebe a graça, ela agradece fazendo a festa. Aí ela chama a gente para fazer a festa. (...) a gente usa a saia azul e a blusa branca. (...) 'A gente canta assim: oh! viva São Gonçalo viva! Vamos companheiras fazer o sinal da cruz? Vamos fazer o sinal da Cruz! E aí o violão tocando e a gente dançando. Aí as outras respondem: oh! Viva! Oh! viva! E uma pessoa fala: em cima daquela mesa tem 2 velas acesas e as outras respondem: oh! Viva!, oh! Viva! São Gonçalo, viva!'. Você como dono da casa, você faz a janta, faz o café e a gente vai dançar na sua casa(...).É muito importante para mim dançar nesse grupo". (D. Flor, 82 anos, Pirapora).

Nesse grupo, encontramos também uma pescadora que se denomina “benzedeira” e que aprendeu esse ofício “desde pequena”:

“Eu sou benzedeira também há mais de 20 anos (...) já curei muita gente sim. (...) Aquela reza lá que eu estava fazendo lá dentro era para dor. (...) A reza é assim: ‘Barquinha de Santa Maria que navega pelo mar, arca e espinhela volta para o lugar’. E aí e a gente faz a oração para o santo que a gente tem devoção e pede para tirar a espinhela. (...) a espinhela é uma dor que a gente sente na boca do estômago, então a gente pede para o santo tirar. (...) A outra, filha, é assim: ‘Jesus nascido, nascido Jesus é, filho da virgem Maria e meu divino São José’. Aí a gente pede: tira o mal olhado, o quebranto, o olho grande e a maldição e aí a gente reza a virgem Maria e benze”. (D. Chica, 44 anos, Ibiaí)

Três Marias, São Gonçalo e Guaicuí apresentam uma maior diferenciação religiosa e assim, por hipótese, um processo de individuação mais intenso. Dentre esses, Beira Rio em São Gonçalo do Abaeté foi o lugar de maior representatividade de famílias denominadas “evangélicas”:

“Depois que eu conheci ele que eu aceitei Jesus. Ele também não era evangélico não. Aí nós dois fomos para a igreja. Como foi bom porque mudou tudo, mudou comportamento, mudou minha vida. Foi a escolha melhor que eu fiz na minha vida, nem o casamento foi a escolha melhor do que aceitar Jesus”. (D.Tereza, 56 anos, Beira-Rio).

“Eu sou evangélica desde os 23 anos e isso tem me ajudado muito: a maneira de ser, a maneira de pensar a ser mais moderada porque eu era muito nervosa, então hoje eu penso mais para falar porque antes de você falar a palavra está sujeita a gente, mas depois que a palavra sai da sua boca você está sujeita a ela”. (D.Natália, 46 anos, Beira-Rio).

No depoimento abaixo, observa-se que algumas festas religiosas tradicionais como a Folia de Reis também faziam parte da vida de muitas famílias desse lugar, mas que foram “deixadas de lado” devido a essas diferenciações religiosas:

“Tinha noite que eu enfrentava 12 noites de Folias de Reis. Você não conhece? É até muito bonito! Tem a bandeira do santo na frente e aí tem as pessoas acompanhando e também tem os cânticos, tem violino, viola, sanfona, então eu gostava muito e na época eu ia à igreja católica, mas o padre me dizia que não era para ir ao espiritismo porque lá era o lugar de demônios. Mas um dia meu pai me pediu para levar uma senhora até um centro espírita e eu fui e observei que todos os santos que tinham na igreja católica estavam lá também e fiquei confuso demais. Parei de ir à igreja católica e comecei uma busca para encontrar Deus (...) depois que eu virei crente, eu não sabia o significado da folia e aí eu li alguns livros e fiquei sabendo do significado e deixei de participa porque é religiosa, tem santos e você não pode adorar santos. (Sr. Reinaldo, 65 anos, Beira-Rio)

Nesse momento, não se pode deixar de relatar o depoimento do Sr. Geraldo, pescador profissional de Pirapora e “*pescador de homens*” como se autodenomina e resume a importância da presença da religião na vida dessas pessoas:

“Eu creio que Deus me deu esse ministério e ele me disse: ‘onde você colocar as suas mãos, tudo é abençoado e a enfermidade cai por terra e onde você andar, você vai fazer coisas’ porque Deus me fez assim e ninguém consegue me mudar, me ver triste. Eu posso até me entristecer, mas é momentâneo. Esse é meu ministério - ser um pescador de homens”. (Sr. Paulo, 55 anos, Pirapora).

Nos contos regionalistas, também estão presentes os traços desse sistema mágico-religioso, nesse particular, vejamos um trecho do conto “Barca fantasma” de D. Martins de Oliveira, escritor nascido em Barra (BA) citado, por Neves (1998):

“No tempo da festa do padroeiro da Lapa, algumas pessoas que moram a montante da cidade e não podem ir levar ao santo o seu óbolo com as próprias mãos, confiam às águas mensageiras uma cuia ou cabaça, com uma vela acesa e contendo no bojo seu presente sagrado; no trajeto, se algum viajante ou canoeiro encontra aquilo, não lhe toca senão para desengastar dos garranchos ou galhos; quando chega ao seu destino, os remeiros, que já sabem do que se trata, apanham o que for e levam à gruta divina!” (Oliveira, 1931, p. 40 apud Neves (1998))

Vale esclarecer que, em 6 de agosto, acontece à festa do Senhor Bom Jesus na cidade ribeirinha que tem o nome do santo: Bom Jesus da Lapa (BA). Parada obrigatória dos romeiros católicos, que oram na gruta no Morro da Lapa, morada do altar do Senhor Bom Jesus, é o lugar, segundo uma das mais antigas moradoras da cidade, dona de uma loja que vende artigos religiosos, onde eremita Francisco Mendonça Mar teria vivido depois de viajar por mais de uma década pelo sertão, despojado de seus bens e conduzindo uma imagem de Cristo crucificado, ele chegou à gruta e ali se instalou, alimentando lendas e atraindo mais de 100 mil peregrinos por dia na festa de Bom Jesus, diz D. Rosária, 76 anos.

É importante perceber no texto de Oliveira (1931) acima citado, diversas pessoas participavam do *sistema mágico-religioso*: o ribeirinho, que podia ser um roceiro, remetendo sua dádiva ao santo da Lapa; o canoeiro, que talvez estivesse facilitando a chegada da cabaça à gruta sagrada, o remeiro, que pessoalmente levava o óbolo ao Santuário; e por fim um pescador. Assim como a maioria dos ribeirinhos, alguns dos pescadores (as) entrevistados (as) eram devotos fervorosos do Senhor Bom Jesus. Na última festa do dia 06 de agosto de 2005 a pesquisadora acompanhou a visita dos romeiros/pescadores a Bom Jesus da Lapa (BA). A romaria saiu de ônibus de Pirapora no dia 04 de agosto de 2005 com 86 pessoas percorrendo mais de 500 km. No entanto, muitos romeiros vão de

“pau-de-arara”²⁶, a cavalo, de barco, levando dias e muitas horas para chegar a Bom Jesus da Lapa. Nas fotos abaixo, observa-se o grupo de romeiros de Pirapora que chegam ao destino final de ônibus e o grupo de romeiros de que chegam de pau-de-arara:



Foto 55: Grupo de romeiros/pescadores de Pirapora-MG



Foto 56: Grupo de romeiros de chegou de pau-de-arara em Bom Jesus da Lapa/BA



Foto 57: Grupo de romeiros pescadores chegou de barcos a Bom Jesus da Lapa/BA



Foto 58: Grupo de romeiros que chegou de carroça a Bom Jesus da Lapa/BA

²⁶ “Pau- de- arara” foi o nome dado ao transporte que uma das romeiras que entrevistamos disse ter chegado a Bom Jesus da Lapa. Segundo a romeira, pau-de-arara é um caminhão coberto de lona que transporta viajantes para todos os lugares (...) e ainda é um transporte muito comum na região.

Nas fotos a seguir, observam-se algumas das manifestações religiosas mais populares entre os católicos: a Festa de Bom Jesus da Lapa:



Foto 59: Grupo de romeiros na primeira missa do dia da Festa de Bom Jesus da Lapa/BA



Foto 60: Gruta do Morro da Lapa que abriga o santuário do Senhor Bom Jesus



Foto 61: Romeiros com uma coroa de espinhos em sua cabeça “pagando sua promessa” ao Senhor Bom Jesus



Foto 62: As romeiras visitando pela 10º ano seguido a Festa de Bom Jesus da Lapa-BA

Não se pode perder de vista que os contos de Martins de Oliveira são ao mesmo tempo ficção e descrição de costumes regionais. Era muito comum a remessa de dinheiro ao Senhor Bom Jesus e conforme observado durante a viagem a Bom Jesus da Lapa esse costume ainda se faz presente:

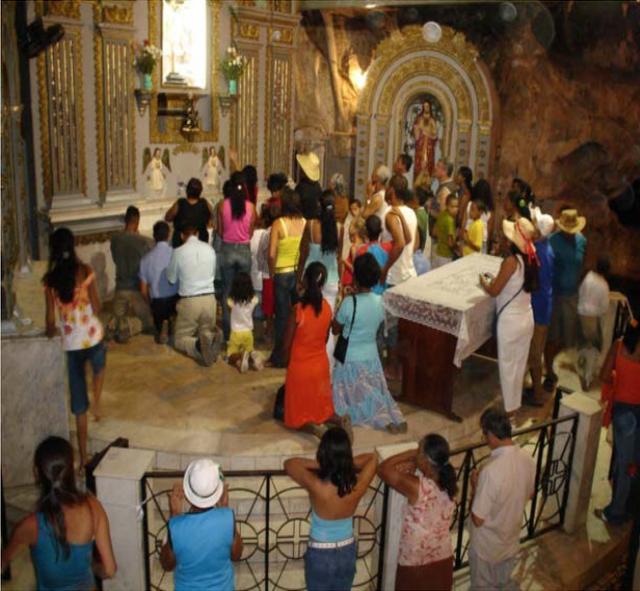


Foto 63: Santuário do Senhor Bom Jesus. Lugar onde os romeiros depositam duas cartas com petições e dinheiro



Foto 64: Romeiros em um dos santuários localizado dentro da Gruta do Morro da Lapa

Nesse item, também vale também ressaltar a interseção entre o *catolicismo popular* e a crença em alguns seres míticos do rio e nesse momento relata-se um dos mais populares ser mítico do rio - *O Caboclo d'Água*. Segundo a crença dos ribeirinhos, o *Caboclo d'Água* era o guardião das cabaças. Quem ousasse violar a dádiva dos devotos, destinada ao santo, era exemplarmente punido conforme consta nas narrativas míticas. Vejamos esta crença citada em Neves (1998), nas palavras de Pai Tonho – personagem do conto “Barca fantasma” –, um velho barranqueiro que assim fala aos remeiros:

“Ah!... meus amigo! Deus não demora a castigá os pecado dos home! Eles ia passano por aqui bem no dia do Padroêro, quando caiu um temporá em riba deles terrive e o machado de um raio decepou a barca em não sei quantos pedaço, e não ficou um home vivo pra contá a históra, por causo qui os qui o fogo do céu não queixou, minhocão comeu! (sic)” (Neves,1998, p. 41)

Pai Tonho, segundo Neves (1998), descreve o castigo dos céus que vitimou o barqueiro Severino e os remeiros de sua barca pelo fato de o referido patrão ter-se apossado do dinheiro das cabaças com a conivência dos trabalhadores. O padroeiro referido na citação é o Bom Jesus. No texto acima, há também uma referência ao Minhocão, outro ser mítico do rio, que os ribeirinhos descrevem como malfazejo. Responsável por naufrágios e queda de barreiras, o Minhocão destrói as casas e roças dos camponeses; e vira a canoa dos pescadores (Neves, 1998, p. 257). *Catolicismo popular* e crença nos mitos fluviais compõem um todo. Outras crenças estão presentes na fala do Pai Tonho: “As barca, quando é benta e afunda assim, dá um gemido de cortá o coração. A de Severino, nem nada” (Oliveira, 1931, p. 41 apud Neves, 1998).

Em seu conto “A araponga”, Accioly Lopes menciona a crença dos trabalhadores nos seres míticos do rio: “Sucedem-se às cheias e vazantes e gerações de remeiros. De homens que pelo seu praticismo chegam a adivinhar segredos do rio; até maretta feita por Negro d’Água” (1978, p.59). Esses mesmos relatos também podem ser observados nos com os pescadores, O *Caboclo d’Água* e o *Nego d’Água* são personagens distintos de variantes de um mesmo mito. *Compadre* é o outro nome que lhes é atribuído. Esses seres míticos foram assim descritos em entrevistas: de cor preta ou *melado*, baixos, atarracados, de *cabeça pelada*. Diversos casos revelam proibições relativamente à violação de objetos e crenças sagradas. Sua profanação implicava punições:

“Eu já vi sim, mas eu era bem pequena. Eu estava voltando do rancho do meu irmão de canoa cheia de gente e aí a gente passa em um barranco muito Alto e eles falam que era morada deles, então eles estavam remando, remando e de repente a canoa parou e eles não conseguiam remar, ela nem subia e nem descia e aí meu irmão disse: gente fica quieta, para de brincar. E aí começou um vento forte e a canoa começou a balançar, balançar e a gente olhava para os lados, mas não via nenhuma maretta, mas de repente levantou um molequinho e segurou no canoa e suspendeu a canoa e aí eu vi ele daqui para cima e eu gritei para o meu irmão ver e ele disse: fiquei quieta menina e aí eu nem sei o que eles prometeram para ele que a canoa saiu do lugar” (D. Chica, 44 anos, Ibiaí)

Para estabelecer uma relação amistosa com esse ser mítico, os remeiros e canoieiros atiravam ao rio pedaços de *fumo de rolo* (fumo em corda), conforme revelam as entrevistas. Essa dádiva era necessária para aplacar sua ira ou para ser merecedor de sua proteção nas atividades de pesca.

No imaginário popular, as figuras de proa eram a garantia das barcas contra os *duendes do rio*. Esculpidas com bocarras escancaradas e olhos esbugalhados, serviam para afugentar o *Nego d'Água* e os *maus espíritos*. Na atualidade, suas figuras de proa e carrancas são valiosas peças de museu, sendo consideradas preciosidades da arte popular brasileira.

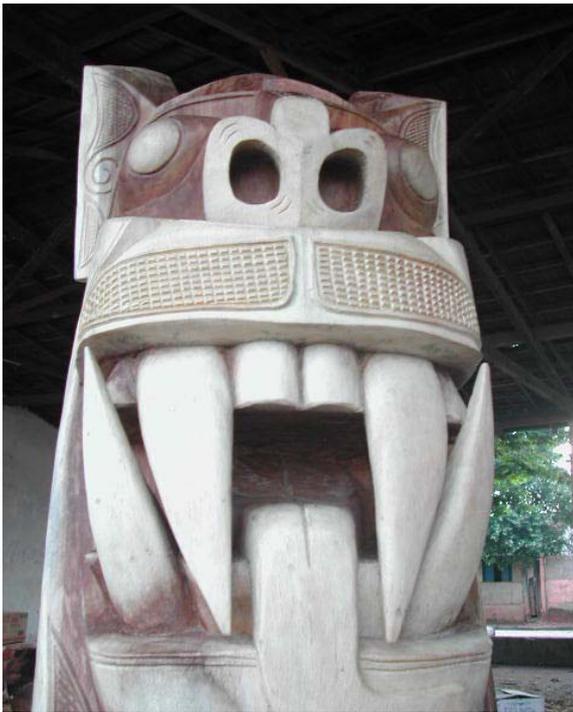


Foto 65: Esculpidas com bocarras escancaradas e olhos esbugalhados, as carrancas eram colocadas na proa dos barcos para afugentar o *Nego d'Água* e os *maus espíritos*



Foto 66: A confecção das carrancas do São Francisco ainda é o ofício de muitas pessoas em Pirapora-MG

Em seu livro de memórias, *Procuro o menino*, D. Martins de Oliveira menciona a crença dos remeiros no *Caboclo d'Água*:

“Na minha primeira noite tivemos de encostar o pacote num barranco para dormir em pleno deserto. Os dois camaradas (remeiros) não quiseram pernoitar dentro da embarcação. Temiam que o caboclo d'água, o deus do rio, viesse realizar alguma de suas tropelias, segurando-lhes as pernas e os arrastando para o fundo dos peraus”. (Oliveira, 1976, p. 218 apud Neves, 1998)

Este relato de Oliveira encontra eco nas narrativas fantásticas de velhos remeiros e *vapozeiros*, nas quais figura o *Compadre* arrastando pescadores e roceiros para as profundezas do rio. O referido autor escreveu também o romance *Caboclo d'Água*. Em seu romance *Maleita*, Lúcio Cardoso, citado por Neves (1998), menciona também a presença do *Compadre* no discurso dos beiradeiros: “De novo as lendas surgiam, o caboclo d'água com as suas tropelias dentro do rio, as canoas viradas, os remeiros afogados nos redemoinhos imprevistos” (s./d.,p. 116). Em outros relatos, o Caboclo d'Água aparece como um ser benfazejo que protege a pesca e salva crianças do afogamento. Outros seres míticos povoavam o imaginário dos remeiros e dos ribeirinhos em geral: a Mãe d'Água, o Cavalo d'Água, o Cachorrinho d'Água. Havia também os mitos da zona rural: o Romãozinho, o Pé-de-Garrafa etc. A lenda da Cobra-de-Asas, contada e recontada pelos romeiros de Bom Jesus da Lapa (BA), é urbana, mas amplamente difundida na região. Outros mitos presentes na tradição oral dos ribeirinhos não eram específicos do Médio São Francisco: o Lobisomem, a Mula-Sem-Cabeça, por exemplo.

No capítulo seguinte, será observado como essas relações com o meio ambiente em que se vive são diferenciadas por gênero: seja nas relações de trabalho, na forma do “trato com o rio” e nas representações e significados.

Capítulo 4.

Relato e imagens das (os) pescadores do Rio São Francisco: as questões de gênero e meio ambiente

Neste capítulo, apresentar-se-ão fragmentos dos depoimentos orais dos informantes dessa pesquisa, pessoas que viveram as transformações da localidade, que acompanharam as mudanças de perto e que elaboraram e reelaboraram seus modos de vida, não só em função do ambiente que está em risco - o rio, mas também em função da desarticulação cultural. O interesse aqui é mostrar as questões de gênero e as representações do meio ambiente. As histórias de vida são depositárias da sabedoria popular que, através do tempo e das palavras, ganham forma e se verbalizam como queixas, advertências, moral, desesperanças, esperança, busca de novas alternativas e, em muitos casos, apenas como espera da morte. Mas apesar das desesperanças e da espera da morte, ainda há aqueles/as que reúnem forças e acreditam em dias melhores, se não para si, ao menos para os/as filhos/as.

As histórias de vida e depoimentos coletados são ricas de informações, expressões, pensamentos e curiosidades, etc., o que torna impossível uma análise exaustiva dos conteúdos para o limite deste trabalho. Neste sentido é possível dizer que o trabalho de campo, as entrevistas e as imagens, por um lado propicia abrir um leque de informações, por outro lado restringe a possibilidade de analisá-las no tempo dado para compor uma dissertação, causando angústia de escolha ao pesquisador. As narrativas foram obtidas oralmente. Ao transcrevê-las perde-se, portanto muito de sua riqueza: os gestos, a entonação da voz, os sinais e as expressões, a riqueza da troca ocorrida no trabalho de campo entre pesquisador e informante. Sabendo das limitações, será feito um esforço para ser o mais fiel possível às transcrições das entrevistas, das conversas e das observações.

Assim, ao desfilarem nesse cenário, os informantes vão falar dos trabalhos que faziam e que fazem até os dias atuais, das suas relações com o rio, com a casa, de suas angústias e sofrimentos, de seus amores, de seus dissabores e de suas esperanças. Apreende-se o significado do processo de degradação ambiental para a população de pescadores artesanais com o objetivo de, em seguida, mostrar pontos que tornam possível afirmar a existência de uma relação diferenciada por gênero em relação ao meio ambiente em que se vive.

4.1- “Da casa para o rio”: Gênero e os espaços de atuação de no rio e na casa

Ao longo das últimas décadas, como vimos no capítulo dois, encontram-se várias formas de articular essa relação entre gênero e meio ambiente. Segundo Sawyer(2003), é muito recente a abordagem da temática, uma vez que as primeiras iniciativas foram marcadas por profundas resistências, tanto pela esquerda, que considerava a abordagem de gênero uma fuga de sua questão central, a luta de classes quanto pelo movimento feminista, que entendia o ambientalismo com um disfarce para a política do controle da natalidade. Ainda que tardia, é crescente a integração temática entre gênero e meio ambiente, de acordo com Sawyer (2003): da abordagem independente dos temas, chega-se hoje à sua integração temática, com os conceitos correlatos de equidade e sustentabilidade.

Fazendo uma retrospectiva histórica dos dois conceitos, Sawyer (2003) aponta que enquanto o termo “feminismo” evoluiu para a abordagem da mulher e desta para o conceito de gênero, no ambientalismo, “meio ambiente” passou a adotar a visão sistêmica. Ambos, porém, em movimentos isolados. Segundo o autor, é o conceito de gênero, com sua perspectiva de incorporação das relações entre homens e

mulheres, que pode facilitar a aproximação com a discussão sobre meio ambiente.

Assim, diz Sawyer (2003), consagram-se as abordagens de gênero e sustentabilidade, essa última com o sentido de equidade entre as gerações presentes e as futuras:

Os conceitos de gênero e sustentabilidade têm em comum uma visão mais horizontal, menos vertical, mais integrada e equilibrada. No passado, havia a idéia da Mãe Terra ou Mãe Natureza, estabelecendo alguma ligação essencial entre mulheres e natureza, uma questão muito ligada ao corpo, que precisa ser superada e tem evoluído para uma visão mais ampla, ambiental ou sistêmica (Sawyer, 2003).

Wortamn (1996) e Wolff (1999 e 1998) ressaltam que, nos seringais do Acre, o trabalho divide-se em dois campos: a mata, lugar tipicamente masculino, a casa e seus arredores, lugar tipicamente feminino. Franco (1997) enfatiza, no entanto, que há uma mobilidade muito grande na execução das tarefas do dia-a-dia, principalmente quando a família é composta por um número maior de mulheres. Na Ilha de Santa Catarina, por exemplo, não é comum a mulher pescar, como se pode observar nos trabalhos de Lago (1983, 1996), Maluf (1993) e Rial (1988), nos quais a pescaria aparece como atividade tipicamente masculina. Os estudos realizados na região Amazônica apontam a participação da mulher tanto na caça como na pesca, sendo que as técnicas usadas são diferentes. Homens geralmente caçam animais de grande porte com armas de fogo, pescam com arcos e flechas, arpões e caniços; mulheres utilizam na pescaria apenas caniços e, com raras exceções, usam flechas.

Esta pesquisa encontrou muitos pontos semelhantes com os trabalhos citados. Tanto o trabalho quanto os espaços representados como sendo de homem e de mulher possuem diferentes significados e valores, sendo que

esses valores foram atribuídos a esses espaços em função do ator que nele se insere e não por qualidades intrínsecas do espaço.

Assim, a pesca, atividade predominante e de maior rendimento, no conjunto de localidades, é basicamente realizada por homens. Quando se comparam homens e mulheres observa-se que diminui a frequência da atividade de pesca entre as mulheres; aumenta a frequência de atividade sem registro. Isto é, do ponto de vista da previdência, ou da perspectiva da segurança para o futuro, as mulheres estão em situação mais vulnerável. Nas atividades domésticas remuneradas, emprego muito freqüente entre as mulheres, a falta da previdência, ou da falta de carteira assinada ou do não pagamento como autônoma, é muito freqüente.

Tomando como referência a categorização estabelecida por Da Matta (1985) entre a casa e a rua, como espaços específicos de atuação destinado respectivamente, a mulheres e homens, a quando analisadas as atividades relacionadas à pesca, a captura, função nobre da ocupação, é predominantemente masculina. Às mulheres, em geral, cabem os serviços de limpeza do pescado e para produção dos filés, atividades entendidas como extensão e complementação do trabalho do homem, e não de um trabalho que possa converter-se em espaço de afirmação dela enquanto mulher. Quando se comparam homens e mulheres, o trabalho doméstico é o que mais explica a inatividade das mulheres e, a condição de estudante, a dos homens. Para proporcionalmente, há mais aposentados entre as mulheres. Apesar de apresentarem melhores níveis de escolaridade que os homens, as mulheres em idade reprodutiva têm mais baixo rendimento. Isto está associado positivamente à ausência de previdência entre as mulheres.

O núcleo familiar e o grupo de pesca formam duas unidades para produtivas que coexistem e se complementam. Na unidade familiar temos uma divisão do trabalho assentada em relação ao sexo e à geração, sendo a pesca exercida pelo homem/marido, enquanto a mulher, embora participe

desta atividade junto com o marido, volta-se mais às tarefas domésticas. Os filhos, a partir de certa idade, participam da atividade pesqueira ajudando os pais, até chegar a uma idade em que dominam o saber-fazer. A partir desse momento, a tendência é constituírem família e formarem, por conta própria, os grupos de pesca. A hierarquia, baseada no “saber-fazer” é a mesma que organiza a produção social do grupo, através do conhecimento passado de uma geração à outra.

A organização da unidade familiar está baseada em um “valor-identidade hierárquico” (Dumont, 1985), que é determinante na distribuição dos papéis e, conseqüentemente, na divisão do trabalho em relação ao gênero, sendo que:

A oposição homem/mulher expressa paradigmaticamente na oposição marido/mulher, oferece o eixo de articulação fundamental do “valor-família” (Duarte, 1988, p.174).

De acordo com a hierarquia baseada no “valor-família”, a condição de mulher encontra-se englobada à de homem/marido. Portanto, entre estes dois pólos, em que o primeiro é “encompassado” pelo segundo, agrupam-se categorias que se referem ao espaço ocupado de acordo com o gênero. Desta forma, temos uma relação em que o homem/marido vincula-se ao que é “externo”, ao “público”, ao que é de “fora da casa”, enquanto a mulher vincula-se ao “interno”, ao “privado”, a casa. Observa-se que a identidade de pescadores tem, no núcleo familiar, uma de suas condições fundamentais, no qual a identidade de mulher-pescadora ocorre através da reprodução social do grupo e no conhecimento passado geracionalmente.

No entanto, de acordo com o “valor-família”, o trabalho feminino é considerado como complementar ao do homem/marido, mesmo que sua participação seja fundamental, como é o caso da limpeza e filetagem do peixe, ou seja, limpar e cortar o peixe. Quanto à mobilidade

intrageneracional, os depoimentos dos entrevistados demonstram que pouca mudança aconteceu na vida do respondente. Homens e mulheres começaram desde criança a trabalhar e, em geral, nas atividades desempenhadas pelo pai e pela mãe e com eles aprendidas. Assim, os homens começaram a trabalhar como roceiros ou como pescadores. As mulheres como roceiras ou em atividades domésticas.

A participação nos trabalhos de casa e do rio foi freqüente na fala dos homens. Porém, quando se referem à aprendizagem desses serviços surge uma diferença: os serviços da roça e o da pesca foram aprendidos com o pai os serviços do lar foram ensinados pela mãe, permanecendo a oposição entre o dentro e o fora. Nos depoimentos a seguir, podemos identificar essa oposição:

“Eu aprendi a pescar desde pequeno com meu pai[...] ele me levava para pescar e andar com ele [...]então ele me ensinou a remar, a mergulhar, a nadar. Tudo isso eu aprendi com ele” (Sr. Mateus, 35 anos, Beira Rio - São Gonçalo do Abaeté-MG).

“Eu tinha 15 anos quando eu comecei a pescar, foi meu pai que me ensinou a pescar porque não tinha menino homem, então eu tive que ir para o rio com ele e aí eu aprendi e com isso eu viciiei e continuo pescando. Eu era a mais velha e as outras ficavam em casa ajudando com o serviço. Ele me ensinou a pescar de anzol, de rede, de tarrafa” (Antonieta, 42 anos, Barra do Guaicuí-MG).

“Aprendi a pescar desde novinha. Eu gosto de pescar! Gosto muito de pescar desde os treze anos quando vim para cá. Meu pai era pescador, mas aprendi sozinha. Aprendi pescar sozinha, aprendi nadar sozinha, aprendi a pilotar sozinha”. (Rosa, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG)

“Eu ia para o rio com meu pai quando eu era pequena, mas depois que eu vim morar com meu marido é que eu fui viver da pesca mesmo. Eu vim morar com ele com 15 anos, mas eu aprendi a pescar mesmo foi com meu marido. [...] Como eu não podia trabalhar em nenhum para projeto por causa do veneno e não tinha outra coisa para eu fazer para ajudar em casa, ele me chamou para ser parceira na pescaria, então nos dois juntos não precisa dividir o dinheiro do peixe, fica tudo para nós”. (Crislaine, 29 anos, Barra do Guaicuí-MG)

“Eu pesco desde criança com meu pai, ele me ensinou a remar, a pescar. E aí depois eu casei e continuei a mesma coisa, pescando com o marido e criei 21 filhos só da pescaria”.
(Maria das Saudades, 47 anos, Barra do Guaicuí).

“Eu pesco desde os 7 anos de idade com o pai, então ele preparava o material a gente ajudava ele, então naquela época tinham umas redes que eram feitas de uma linha que era tirado do mato e a gente usava a fibra delas para fazer a rede e a tarrafa, então desde pequeno eu aprendi a fazer rede e tarrafa com ele. Meu pai era lavrador e pescador, trabalhava na terra de dia e de noite ia pescar[...] A gente foi criado na beira do Rio São Francisco”. (Jair, 45 anos, Barra do Guaicuí).

Nas imagens abaixo, observa-se que a aprendizagem desses serviços diferencia-se: os serviços da roça e o da pesca são ensinados pelos pais e os serviços do lar foram ensinados pela mãe, permanecendo a oposição entre o dentro e o fora:



Foto 67: Pescadora para profissional e sua filha embalando biscoitos para complementar a renda familiar. São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio)

Foto 68: Menino tecendo uma rede enquanto o pai está no rio. Ibiaí/MG

No entanto, encontramos muitas mulheres que ingressaram na atividade da pesca através dos seus esposos.

“No tempo que eu morava com minha mãe eu trabalhava na roça [...] depois que nós casamos eu comecei a pescar. É! Foi meu marido que me ensinou porque de vez em quando não tinha ninguém para ajudar ele, então eu ia. Aí eu decidi tirar minha carteira porque daí as coisas ficam mais fáceis e nós dois descia com a carteira [...] Hoje eu virei parceira dele, eu tomo conta do remo e ele fica soltando a rede.” (Lurdinha, 33 anos, Barra do Guaicuí)

“Eu aprendi a pescar com um rapaz que eu morava com ele [...] ele era pescador e a gente pescava junto porque não existia esse negócio de lei, de fiscalização e a gente pescava problema na vida[...]Então eu fui pescando e uma bela vez eu não tava mais dando bem com ele então vim embora para cá e amigui com uma rapaz que mexia com esse negócio de pescaria também. Então fui com ele para o rio e eu o ajudava a remar e ele ia tarrafiar para pegar isca e iscar o anzol, mas hoje ele está doente e não pesca mais não[...]então eu corro atrás da minha pescadinha, movimento meus peixinhos e fico no rio até 7 horas, 8 horas porque eu tenho medo de voltar no escuro para casa. Às vezes aparece um pescador de tarrafa, de rede e aí eu fico tranqüila, mas é muito triste não ter ninguém para conversar, aí eu me pego com Deus, agradeço a Ele pelos peixinho que me deu e vou embora”. (Maria Tereza, 52 anos, Barra do Guaicuí).

No Bairro Beira-Rio, em São Gonçalo do Abaeté, encontra-se uma particularidade entre algumas mulheres - pescadoras que antes de ingressarem na atividade da pesca, trabalhavam em “bordéis”²⁷ e viram na pesca um “caminho para uma vida melhor”:

“A vida mudou muita coisa depois que eu casei [...] Mudou sim! E para melhor, minha filha! Porque aí eu fui para rio para realmente pescar, viver da pesca. Mudou também porque eu encontrei Jesus e antes a gente vivia uma vida perdida, vivia no mudo e eu era mulher da vida. Então, eu casei com 20 anos mais ou menos, mas eu morei 8 anos juntos com ele, já tinha todos os nossos filhos, mas depois que a gente conheceu Jesus a gente quis normalizar a vida: casar, batizar, entrar em comunhão com ele”. (Patrícia, 52 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

²⁷ Segundo depoimentos concedidos à um documentário realizados pelos alunos do curso de Imagem e Som da UFSCar, no contexto do projeto Peixes, Pessoas e Água, Três Marias tem origem na prestação de serviços – como por exemplo, a construção da barragem de Três Marias- que concentrou trabalhadores de várias partes da região e até mesmo de outros estados. Entre outros serviços prestados, estão as “prostitutas”.

“Desde os 20 anos que eu trabalho com a pesca e aprendi com o meu esposo. [...] Eu vim lá de Goiânia, uns 618km daqui. Eu vim quando eu tinha 18 anos. Eu trabalhava em um bordel aqui e as maiorias das mulheres que trabalhavam lá vinham de fora, de outras localidades, mas tinha gente de Três Marias também [...] então foi uma vida sofrida [...] uma longa história. Quando eu conheci meu marido, ele já era pescador e aí eu fui morar com ele e sai daquela vida para ter uma vida melhor com ele. Quando a gente não tinha motor ainda aí eu ia para o rio com ele e a gente morava no rancho e depois com muita dificuldade ele compara ou o primeiro motor, mas tudo o que a gente tem hoje é por causa da pesca. Ele me ensinou tudo, mas o que eu mais sei fazer é pilotar porque tarrafejar eu não dou conta porque é muito pesada”. (Natália, 46 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

“Eu morava na roça, mas depois quando meu pai faleceu, eu fui para Montes Claros e lá eu arrumei uma gravidez, aliás, uma não, duas. Na primeira eu tinha 17 anos e na outra eu tinha 19 anos. Eu trabalhava em casa de família, em restaurantes, mas aí eu comecei a beber, a fumar e aí eu achei que trabalhar assim não dava mais, eu tinha que viver uma outra vida. Aí eu fui para Bocaiúvas, perto de Montes Claros e fiquei lá uns tempos e depois eu vim para Três Marias a convite de uma amiga que dizia que em Três Maria era um lugar bom de ganhar dinheiro. Aí aqui eu fiquei morando com uma amiga que eu tinha e fui trabalhar em um bordel. Foi uma vida muito triste, mas com final feliz porque foi onde eu achei um casamento e foi onde, lá na zona, que meu marido me achou e depois foi me buscar para gente morar juntos. Eu estava com 27 anos. [...] Foi o destino, eu achava que ia ter uma vida melhor, larguei minha filha com minha mãe e vim para cá tentar a vida. Eu pensava em voltar, em largar essa vida, mas aí eu já estava dominada com a bebida, com essa vida. Eu fiquei até 78(1978) trabalhando nessa zona, mas eu também ia para outros lugares: João Pinheiro, Paracatu, Vazante. A gente pegava carona e ia porque tínhamos amigas que viajavam com a gente. Mas aí eu vi que aquela vida não era aquela que eu para procurava, mas eu não conseguia sair dela por causa do vício, mas eu pensava em mudar, em arrumar uma pessoa que cuidasse de mim, que não deixasse minha filha me ver nessa situação. Aí eu o conheci em 75(1975), através de amigos e a gente se apaixonou, mas aí a mãe dele ficou sabendo que ele tinha uma mulher na zona que ajuda muito ele, que livrava das coisas que acontecia porque quando eu via que ele estava tonto, eu o levava para o quarto para evitar briga, então ela o convenceu a me tirar de lá. E hoje a gente está junto desde aquela época e tudo o que eu sei da pesca foi ele que me ensinou”. (Tereza, 55 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

Um aspecto fortemente marcado nas entrevistas diz respeito a essa entrada das mulheres nos espaços de trabalho dito como masculinos. A reação contrária é encabeçada por argumentos falaciosos relacionados à capacidade moral ou física. Esses argumentos buscam sua legitimidade ao assumir como algo naturalmente dado a pouca força física das mulheres para as atividades exigidas. Devido à imprevisibilidade da pesca ocasionar alternância de períodos, que dependendo das condições da natureza, demanda uma vigilância constante e se caracteriza pelo risco de perder a rede, que pode rasgar-se devido à força das águas, tanto na fala dos homens, quanto na fala das mulheres é possível observar que por isso, existem certos tipos de pescarias que “*é coisa para homem*”. Nesse sentido, a participação da mulher no espaço público - o rio - é restrito e diferenciado através dos materiais e técnicas utilizadas no trabalho da pesca.

“O trabalho delas tem que ser mais manerado porque elas não agüentam que nem a gente, por exemplo, se a gente joga um tarrafão, arrasta e ele engancha, então é nós que temos que pular lá no rio para soltar, elas não fazem isso. Se eu vou pescar com uma rede pesada, eu agüento puxar, mas ela não, ela tem que pescar com uma rede mais maneira. O trabalho é o mesmo, só que mais leve”. (Manoel, 61 anos, Ibiáí -MG)

“A pesca é tudo igual porque tudo o que eles fazem a gente faz também. Só o que a gente não faz é mergulhar. Se é para ir lá no fundo, mergulhar lá em baixo para desenganchar a rede eu não vou não. Eu sei nadar, remar, sei tecer rede, jogar tarrafa, sei fazer tudo, mas para ir lá no fundo eu não vou não porque eu tenho medo”. (Leonor, 21 anos, Ibiáí-MG).

“No início, pescava com tarrafa, tarrafeava e agora mais de anzol. Com filhos e obrigações e eu sozinha dentro de casa, não teve jeito. Agora é mais de anzol, e olha que ate mergulhar nesse rio, eu já mergulhei! Agora não compensa mais mexer com tarrafá”. (Rosa, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

“Minha esposa me ajuda, joga a rede, mas o serviço é muito pesado, perigoso e por isso que ela não é minha parceira. Tem pescaria que a mulher pode ir, mas têm outras quando, por exemplo, a rede engancha, aí tem que mergulhar! Aí fica perigoso! Tem mulher que pesca aí ela faz tudo isso, mas quem sabe mais para frente ela pode ser minha parceira na pesca. [...] Elas não pegam um motor para colocar no barco, não jogam uma tarrafa, não arrastam uma rede pesada, então isso é muito difícil para a mulher fazer porque se já é difícil para o homem imagina para a mulher”. (Amadeu, 54 anos, Pirapora).

“Enquanto ele estava no rio, eu fazia o serviço de casa, tomava conta da menina e a noite eu ficava em casa tecendo rede e ele lá pescando [...] quando ele voltava para casa à rede já estava para pronta e ele voltava de novo para o rio e eu sempre fiquei adiantando o material. [...] Mas foi só o tempo de dar o leite que eu voltava para o rio com ele” (Maria da Piedade, 42 anos, Pirapora).

Nas fotos abaixo se observa a posição da pescadora no barco. Geralmente, são elas “ajudam” o marido “pilotando” o barco, enquanto os homens ficam na proa prontos para “jogar a rede ou a tarrafa”:



Foto 69: Pescadores para profissionais: o marido na para proa e a esposa pilotando o barco. Ibiaí/MG



Foto 70: Pescadores para profissionais: o marido na para proa do barco e a esposa pilotando. Ibiaí/MG

Um outro motivo que tem impedido a mulher de pescar é a saúde. Por conta de problemas relacionados aos desgastes físicos ocasionados por anos na atividade no rio, muitas mulheres apresentam problemas *na vistas, nas articulações e dores musculares*. Esses problemas têm afastado muitas mulheres e também homens da atividade pesqueira. Nos relatos abaixo é possível observar essas questões levantadas como, por exemplo, o trabalho diferenciado entre homens e mulheres e os problemas de saúde:

Eu o ajudava a remar e ele ia tarrafear para pegar isca e iscar o anzol [...] Não filha! Eu só sei pescar de anzol, de linhada [...] tarrafear é para homem porque é pesado, tem que ter força nos braços. Mergulhar? Deus me livre! Eu morro de medo, mas meu marido mergulha [...] mas hoje ele está doente e não pesca mais não[...]Então eu corro atrás da minha pescadinha, movimento meus peixinhos e fico no rio até 7 horas, 8 horas porque eu tenho medo de voltar no escuro para casa. Às vezes aparece um pescador de tarrafa, de rede e aí eu fico tranqüila, mas é muito triste não ter ninguém para conversar, aí eu me pego com Deus, agradeço a Ele pelos peixinhos que me deu e vou embora “. (Flor, 82 anos, Pirapora-MG)

“A mulher sofre mais que o homem por causa da friagem e quando chega em casa ela tem que cuidar dos meninos, de lavar roupa, fazer comida e o homem não ele chega da pesca e para pronto, não faz mais nada[...]. A gente tem 11 filhos e 11 netos e quando vem tudo para cá é um sufoco, mas a gente criou tudo eles com a pesca, nunca passaram fome [...] Sim eu criei 11 filhos só da pesca. Eu deixava os pequenos uns com outros e ia para o rio. A vida é assim, a gente deixava os meninos só e saía para pescar, mas eles são comportado demais [...] o mais velho tomava conta do mais novo e aí eu chegava dava banho, dava o que comer, mas eu não achei difícil não criar um tanto desse de filho e graças a Deus estão todos bens”. (Ana, 48 anos, Ibiaí-MG).

Nesse sentido, o espaço doméstico - a casa - é visto como o território feminino, onde a mulher desempenha a função socialmente atribuída de produzir e educar os filhos. Isso é percebido, porém, no contexto das narrativas, como se fosse “natural”. Algumas pescadoras ressaltam que os *trabalhos domésticos* são atividades que devem ser desempenhadas pelas mulheres com a justificativa que “a mulher é

auxiliadora do marido e foi criada para tal” ou “as mães também faziam as mesmas coisas, então é uma atividade da mulher”, como observado nas narrativas a seguir:

“A mulher trabalha o dia inteiro: limpa a casa, lava a roupa, faz comida e aí vai trabalhar com o peixe: limpa, tica, fileta, empacota e ainda não acabou. Tem que fazer o jantar, lavar a louça. E eles não, eles chegam da pescaria e vão para o banho, jantam e dormem, não fazem nada. E isso vem de antigamente porque as nossas mães também faziam isso, então é difícil de mudar [...] querer a gente quer que muda, mas agora é muito difícil não é?” (Tereza, 55 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

*“Deus deu essa natureza para a mulher, ela foi criada para isso, para **auxiliar** o homem, para cuidar. E o homem foi criado para trabalhar e colocar comida dentro de casa para esposa e os filhos”* (Natália, 46 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

*“Eu não acho nada demais a mulher trabalhar para ajudar o marido, mas ela foi **criada** por Deus para **ajudar** o esposo, para cuidar da casa, dos filhos, mas se ela for ajudar o marido eu não vejo nada demais”* (Patrícia, 52 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

*“A mulher **nasceu** para tomar conta da casa mesmo, dos filhos e o homem não ele nasceu para isso mesmo, para trabalhar e trazer o sustento para casa, mas a mulher vai para o rio porque gosta e também porque precisa **ajudá-lo** a sustentar a família dentro de casa”.* (Maria das Saudades, 47 anos, Barra do Gauicuí/Várzea da Palma-MG).

A elasticidade do trabalho da mulher, percebido por Pacheco (1998) citado também por De Grandi (1999), permite-lhe a ela realizar quase todo tipo de atividade na e para propriedade, ao contrário do homem que não realiza os trabalhos identificados como femininos. As imagens a seguir mostram-nas exercendo outras atividades.



Foto 71: Pescadora para profissional lavando roupa no rio. Pirapora/MG



Foto 72: Pescadora para profissional preparando o almoço para a família. São Gonçalo do Abaeté

Essas funções produtivas realizadas pela mulher não são consideradas como um trabalho. Logo, o homem desempenha o papel masculino de prover a família e, por isso é o “chefe da família”. Sua responsabilidade está no espaço público e no da produção - o rio. Por um lado, retifica-se a consideração do trabalho da mulher como um complemento ao trabalho do homem/marido, mas ao mesmo tempo, o homem/marido também “ajuda” a mulher em seu trabalho, com a condição de uma produção considerável de peixe. Assim, “limpar” e “filetar” o peixe é uma atividade realizada preferencialmente pela mulher, embora seja comum a família reunir-se para realizar coletivamente as tarefas. Esta lógica pode ser constatada nos relatos abaixo:

“Quando dá pouco são as mulheres que fazem, não é? Limpa o peixe, prepara o filé, arruma o peixe. E quando dá bastante a gente tem que ajudar, e ajuda, não é? Chega do rio e vai ajudar a limpar o peixe”. (Manoel, 61 anos, Ibiaí/MG)

“Aqui nos serviços de casa, não, não ajudam com nada, é muito difícil. O velhinho, de vez em quando, ajuda com algumas coisinhas. Ele molha as plantas para mim, vai lá nas galinhas, põe água. Algumas coisinhas ele faz. Mas o outro não ajuda com nada. O trabalho do filé é de nós mesmas, nós que ficamos aqui o dia inteiro desde quando eles trazem o peixe [...] e aí a gente limpa e faz até o último filezinho” (Tereza, 56 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira Rio).

“Quando eu chego do rio, eu tomo banho e vou descansar [...] não ajudo porque têm as meninas que fazem as coisas em casa, tem a mulher que cozinha, lava, passa e limpa os peixes”.
(Amadeu, 54 anos, Pirapora-MG).

No entanto, para todas as mulheres e homens é quase impossível fugir das identidades construídas socialmente e fomentadas (criada e recriadas) sob um modelo de família ideal, onde a divisão de papéis é bem demarcada, bem como os saberes, práticas e os espaços.

Nesse trabalho encontramos algumas mulheres que extrapolaram as prescrições de esposa/mãe nas quais suas atividades deveriam ser fundamentalmente aquelas relacionadas ao lar e a família. Rosa, 43 anos e Maria das Saudades, 47 anos, são algumas dessas mulheres que, devido à falta da figura masculina, assumida como provedora do lar, por não ter se feito presente na sua vida familiar impulsionou não só a elas como todos os outros membros (filhos e irmãos) buscarem saídas para a manutenção do espaço doméstico. Rosa e Maria das Saudades são, entre as mulheres entrevistadas, algumas das poucas que realizavam integralmente a mesma rotina de pesca que os homens em geral têm:

“Eu não tinha hora para ir para o rio. Porque pescador é assim, não tem horas para ir para o rio! Eu ia de manhã, de tarde, à noite, de madrugada. Quando era solteira ia para casa com minha mãe, que morava em um rancho as margens do rio. Depois que casei, pescava e ia embora para casa” (Rosa, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG).

“Eu pesco muito, mas não tenho material, barco, rede, não tenho mais nada. Todo dia tenho que emprestar o material de alguém, mas mesmo assim eu tenho que ir para o rio todos os dias porque se não como vou sustentar 12 filhos sozinha não é mesmo? Hoje eu também tive que lavar a roupa dos outros para sustentar os filhos [...] não, meu marido não ajuda com nada, não dá pensão [...] eu que trabalho, vou para o rio, lavo roupa e sustento eles todos” (Maria das Saudades, 47 anos, Barra do Guaicuí/ Várzea da Palma-MG).

Algumas mulheres pescadoras, sem deixar de lado as obrigações socialmente naturalizadas, criaram ‘canais de escape’ que lhes possibilitaram a liberdade de exercerem aquilo que gostam. De certa forma todas, sem exceção, guardam espaços de convívio único nos quais desfrutam de suas individualidades. Isso explica o gosto demonstrado pelas mulheres pelo trabalho da pesca. A atividade realizada no rio e em contato com a natureza não se repete nas mesmas condições, sendo que ela tem satisfação em realizá-la; conforme demonstram nas narrativas:

“É um trabalho que a gente peleja, tomba o barco [...] É difícil! A gente passa muita coisa. Em casa é difícil demais e no rio também, mas a gente tem que agüentar. O meu lazer é mexer com as minhas plantinhas e ir para o rio. Eu sentei aqui para conversar com o você, mas eu não sento não, eu não paro não, mas às seis horas da tarde eu já estou deitada”. (Ana, 48 anos, Ibiaí-MG).

“Eu vou ao rio, pesco, limpo o peixe, lavo, limpo a casa e vou vender os peixes. A gente pesca de rede, de tarrafá, de anzol, qualquer coisa e o que me mandarem fazer no rio eu faço, eu jogo tarrafá, pesco de rede, qualquer tipo de pescaria porque é uma coisa que eu gosto demais e acho que não largo mais não, vou ficar pescando até Deus levar a gente” (Chica, 44 anos, Ibiaí-MG)

“Eu pesco e faço meu serviço doméstico, toda a minha vida eu fiz. Minha filha me ajuda, mas sou quem lava a roupa e faz a comida. Quando eles eram pequeninos, eu não pescava tanto, ficava por conta deles. Pescava pouco. Conforme eles foram crescendo voltei a cair nesse rio! Esse rio é minha paixão, gosto demais dele! Gosto demais! [...] O rio representa tudo. Muito bom! A paisagem, eu gosto muito de pescar, eu gosto muito do rio [...] Quando está dentro do rio é bom demais, a gente fica

alegre, esquece os problemas, torna-se uma distração, ainda mais pela minha depressão [...] Agora minha irmã veio de Belo Horizonte para cá, veio de mudança. Ai a gente vai para o rio conversa, brinca, conta historias”. (Rosa, 43 anos, Beira Rio - São Gonçalo do Abaeté).

“Eu fico em casa cuidando da obrigação: é fogão, é tanque, é arrumando casa, é tudo. E desde menina quando eu morava com minha mãe que eu tomo conta da casa e faço tudo isso até hoje. O serviço de casa é mais cansativo porque você trabalha o dia inteiro e não rende nada, mas a pescaria você descansa a cabeça e você tira o dinheiro de lá”. (Cristiane, 52 anos, Pirapora).

Nas fotos a seguir, observa-se o rio como espaço de lazer e convívio pessoal:



Foto 73: Pescadora profissional realizando a atividade da pesca, mesmo que sozinha, e o prazer de estar em contato com a natureza e com o rio. Pirapora/MG



Foto 74: Pescadora aposentada que hoje tem a atividade da pesca como um lazer, um momento para “descansar a cabeça”. Pirapora/MG



Foto 75: Pescadora profissional: *o rio como fonte de sustento e lazer*. São Gonçalo do Abaeté



Foto 76: Pescadora profissional em seu momento de lazer. Beira Rio. São Gonçalo do Abaeté

Mesmo admitindo que articular entre os afazeres domésticos e o trabalho com a pesca exige mais esforços devido à duplicidade da jornada de trabalho, elas sentem-se realizadas profissionalmente, porém dificilmente recebem o reconhecimento de sua capacidade produtividade. O trabalho doméstico é entendido como um ciclo que a cada dia se repete. No entanto, as tarefas diárias da casa não são reconhecidas como trabalho e somente são notadas como importantes quando não são feitas. Em algumas pesquisas, essas relações evidenciam-se, como por exemplo, nos trabalhos de Lago (1983) e Welter (1999) foi ressaltado que os afazeres domésticos não eram considerados trabalho pelos sujeitos e, muitas vezes, quando se pergunta a uma mulher se ela trabalha, ela geralmente diz que não, que cuida da casa, ou diz que ajuda o marido. Dificilmente ela coloca os serviços que realiza na roça ou na mata como um trabalho. Os entrevistados consideram trabalho, em geral, as atividades que geram renda. Efetivamente, se os resultados das atividades não se colocam na circulação de mercadorias, ela não pode ser considerada trabalho. Isto é, o

que é criado retrata para essas mulheres valor de uso e não valor de troca, mas quando se pensa em valor de troca, pensa-se em dinheiro, em valores. No entanto, nessas atividades o dinheiro, este equivalente de troca, está presente implicitamente.

No entanto, um dos pensamentos internalizado por estas mulheres é que os rendimentos conquistados por elas no trabalho são apenas uma forma de complementação do orçamento doméstico, o que justifica as diferenças salariais, mesmo quando inseridos em funções semelhantes de trabalho. Outro argumento que deve ser levado em conta para justificar a diferença salarial entre homens e mulheres refere-se à média menor de horas trabalhadas pelas mulheres, fato explicado novamente pelas obrigações familiares. “À medida que não existem equipamentos sociais que a aliviem das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos pequenos, ela vai ser forçada a trabalhar menor número de horas não porque quer, mas porque precisa” (Barroso, 1982, p. 28).

Foi no bairro Beira Rio em São Gonçalo do Abaeté²⁸ e no distrito de Barra do Guaicuí, município de Várzea da Palma e em Ibiaí que se identificou um maior número de mulheres que tinham, no trato com o rio e com a pesca, uma representação diferente e muito valorizada. Uma relevante dimensão do trabalho produtivo refere-se à forma como homens e mulheres relacionam-se com o dinheiro, base da economia de mercado, símbolo e recurso de poder. Nos depoimentos a seguir, as mulheres atribuem valores monetários ao seu trabalho e gerenciam parte da renda obtida através do trabalho da pesca, permitindo-as comprar, por exemplo, produtos de beleza com seu próprio dinheiro:

²⁸ Cabe ressaltar, que apesar de Três Marias ter um número representativo de mulheres pescadoras com carteira para profissional, isto não é condição para que as mesmas exerçam tal função. Assim, como exercer alguma atividade ligada à pesca era um fator *si ne qua nom* para integrar a amostra, as pescadoras de Três Marias não foram incluídas devido à dificuldade de encontrá-las em suas residências e/ou quando encontrada, a mesma apenas possuía a carteira de pescadora, mas não exercia nenhuma atividade e encontravam-se desempregada. Dessa forma, podemos ressaltar que o nível de desemprego maior para as mulheres indica uma disposição das mulheres em trabalhar fora de casa. Ao mesmo tempo, indica também maior dificuldade em se inserir no mercado.

“Eu trabalho, posso trabalhar o dia inteiro, mas à noite quero ir para o rio pescar! Nem que eu vá cansada! Eu pesco porque preciso! É um dinheiro que eu ganho! Compro o creme para mim, roupa para as meninas, então ajuda bastante! De vez em quando tem que comprar coisas para dentro de casa [...] Se meu marido tiver dinheiro ele dá (para a compra dessas coisas), mas toda a minha vida gostei de ser assim, independente! Eu prefiro que seja assim! Aquele barco ali, eu comprei, o motor também, já paguei a primeira prestação! Comprei com a minha pesca! Paguei mil e quatrocentos reais, eu pescando e trabalhando (nos afazeres domésticos). E olha que eu olho a casa aqui do lado, trabalho para fora além de tudo! Ali trabalho como faxineira, como caseira. Em casa, no rio, tenho gosto de trabalhar, não me aquieto não! Mas é também porque eu gosto, não é porque eu seja obrigada a ir para o rio. Vou, porque estar no rio é a melhor coisa que tem, é um refúgio onde me sinto bem!” (Rosa, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG).

“Esse ano eu já pequei uns 100 kgs de peixe: surubim, dourado, Curimatá, tudo que é tipo de peixe. (...) Eu chego, limpo os peixes, mas é a mãe que vai vender os peixes porque ela sabe o lugar mais a apropriado para vender, aqueles que paga mais caro e aí eu ajudo ela em casa a fazer o serviço. Com o dinheiro eu ajudo ela com a feira, com as coisas que precisa comprar e o resto do dinheiro eu vou guardando para caso eu precisar comprar remédio, as minhas coisinhas”. (Leonor, 21 anos, Ibiaí-MG).

Por não exigir horários rígidos como o faz o assalariamento em estabelecimentos industriais, comerciais e públicos ou em casas de família, muitas mulheres pescadoras preferem trabalhar em suas casas realizando o processo de filetagem dos peixes e fazem questão de gerenciar a renda obtida:

“Eu, por exemplo, eu sou pescadora artesanal, eu trabalho com peixe, mas não mais no rio, hoje eu prefiro ficar trabalhando em casa. Eu compro o peixe da mão do meu marido e de outros pescadores e trabalho o peixe: limpo, tico, faço os filés e embaló os peixes, vendo e ganho a minha renda. O dinheiro fica para mim mesmo, mas eu compro as coisas para casa, ajudo pagar as contas e compro minhas coisinhas[...]. Eu ganho 0,40 centavos por quilo do filé. Eu vendo para o Posto Beira Rio e para a pousada Mar Doce”. (Natália, 46 anos, Beira-Rio).

Nas fotos a seguir, é possível verificar todo o processo produtivo e o gerenciamento do trabalho dessas mulheres da pesca:



Foto 77: O peixe é comprado da “mão do marido” e de outros pescadores



Foto 78: A pescadora separa alguns peixes para serem filetados e outros ela guarda no freezer para serem vendidos inteiros



Foto 79: Os peixes escolhidos para serem filetados são levados para o local de trabalho (que fica nos fundos da casa) onde são limpos



Foto 80: Posteriormente, ticam-se os espinhos (cortar em pedaços quase imperceptíveis ao paladar) e fileta-se o peixe, que é embalado e vendido

No depoimento e nas fotos a seguir, observa-se que o trabalho da pesca realizado na própria casa permite a realização de outras atividades, por exemplo, as domésticas e outras responsabilidades como cuidar da filha. O trabalho em casa possibilita uma rede de cooperação entre vizinhas que se encontram desempregadas. Tereza as contrata para ajudá-la no processo produtivo:

“É bem melhor trabalhar em casa porque dá tempo de fazer as coisas, as responsabilidades [...] Eu trabalho em casa fazendo filé. Elas (duas mulheres que ajudam no processo de limpeza e filetagem) me ajudam a limpar, a ticar. D. Anete começa a trabalhar ao meio dia e termina às 06 horas da tarde porque ela só tica o peixe (...). Ela ganha 8 reais para filetar mais ou menos 30 kgs de peixe. A Valdete não, ela ganha 15 reais por dia, ela limpa o peixe, descama o peixe, então ela começa a trabalhar logo cedo. Então o que eu ganho eu pago elas para me ajudarem e o restante eu compro o peixe dos outros pescadores, pago algumas contas e compro algumas coisas para a casa”. (Tereza, 56 anos, São Gonçalo do Abaeté, Bairro Beira-Rio/MG).



Foto 81: Tereza compra os peixes de vários pescadores. O peixe é colocado em um balde com água assim que chega do rio



Foto 82: Posteriormente, Valdete – uma das ajudantes de Tereza, retira as escamas



Foto 83: Após a retirada das escamas, Valdete coloca o peixe novamente em um vasilha com água



Foto 84: Tereza retira o peixe da vasilha com água e termina o processo de limpeza abrindo o peixe e retirando a “barrigada”. Corta-o e coloca em uma vasilha com água



Foto 85: Anete retira o peixe da vasilha com água e inicia o processo de tirar os espinhos do peixe que são posteriormente filetados



Foto 86: Panorama do processo produtivo realizado por Valdete, Tereza e Anete

Como observado o rendimento desse trabalho produtivo é pequeno. No entanto, não se pode subestimar essa pequena renda porque essas mulheres utilizam esses rendimentos para comprar o que “querem” ou “desejam”. E isso não deixa de ser o início de um processo de autonomia para essas mulheres. Entretanto, apesar de haver registros da percepção da sua capacidade de gerar renda, no caso de algumas mulheres apenas, muitas mulheres pescadoras não têm conseguido transformar isso em autonomia e poder, ficando apenas com as responsabilidades, especialmente as que se restringem aos limites da casa.

E os sonhos, o futuro? Nos depoimentos das pescadoras, acerca do futuro esperado para si, percebe-se que a diferenciação de gênero se faz presente. Ao estruturarem todas as suas necessidades, vivências e aspirações sobre a família e filhos, o futuro também é remetido a eles. Assim, a mulheres aparecem como um ser social especializado, cuja principal função é “ser de outros, para outros”, depositando emocionalmente sua vida nos outros, ou sendo depositária da responsabilidade de garantir o equilíbrio emocional do grupo familiar (Lagarde,1993). A felicidade para elas é verem os filhos e maridos saudáveis e felizes, enquanto para eles, o futuro está no trabalho e na vida com o rio:

“Eu queria deixar pelo menos algum cantinho para eles ficar, uma casinha e deixar o estudo para eles porque é muito importante o estudo para eles não ficar igual eu, ter uma outra para profissão melhor, menos sofrida [...] para mim? Já está bom filha, não tem mais nada que fazer não! É só para eles mesmo!” (Antonieta, 42 anos, Barra do Guaicuí/Várzea da Palma-MG).

“Eu quero um futuro melhor para as minhas filhas [...] eu quero que as minhas filhas se realizem porque eu não posso dar um futuro melhor para elas, a única coisa que eu posso dar para elas é o estudo, pelo menos para elas chegarem onde eu cheguei porque hoje não é tão difícil, não precisa investir muito e eu creio em Deus que isso vai acontecer porque e o estudo é muito importante”. (Maria do Piedade, 42 anos, Pirapora-MG).

“É o sonho de toda mulher casar e ter filhos, mas eu não quero casar com um pescador, queria com uma pessoa diferente”. (Leonor, 21 anos, Ibiaí-MG).

“Sonho a gente tem demais, mas não tem como realizar não. [...] um sonho é ter liberdade, poder trabalhar, para pescar, mas aí não tem como realizar tem que acabar com a piracema”. (Manoel, 61 anos, Ibiaí- MG).

“O meu sonho é voltar a pescar com o meu marido [...] que ele volte para casa. Hoje faz dois anos e três meses que ele me deixou, mas eu tenho esperança que ele volte para casa um dia. Eu casei com ele aos 14 anos e ainda a paixão continua a mesma por ele. Eu tenho um pouco de mágoa dele porque ele me deixou, mas eu o amo demais e sei que ele que eu quero, ele é meu marido, eu não quero para ocurar outro, então eu espero que um dia ele volte”. (Maria das Saudades, 47 anos, Barra do Guaicuí/Várzea da Palma-MG).

Para muitas chegar aos quarenta, cinquenta anos, significa chegar à velhice. Muitas mulheres com essas idades já são avós, o que na visão delas é relacionado ao fim da vida. Pensam que por terem criados os filhos – preparado-os para a vida adulta – há que se ressaltar: após uma longa jornada de trabalho, desgaste e cansaço, já não têm mais nenhuma função e se sentem vazias, inúteis. Cuidar dos netos, para muitas das que são avós, é um canal, que satisfaz as angústias e os medos.

A velhice significa, para grande parte das entrevistadas, uma perda da capacidade de aprender, criar, trabalhar, enfim para produzirem algo para si ou para os outros. Logo, não se acham capazes de aprender a ler e escrever ou ainda ingressarem em cursos de corte e costura ou cabeleireiro (desejo relatado por muitas delas).

“O meu futuro fica por isso mesmo. Porque eu não sei ler. Estudei, mas não aprendi nada. Eu já estou velha e não preciso de mais nada. O investimento é mais neles que ainda são novos e que ainda tem de fazer a vida para mais tarde”. (Aparecida, 47 anos, Barra do Guaicuí/Várzea da Palma-MG).

“Ela tem capacidade, depende de querer. Mas eu sei que tem coisa que eu não aprendo mais, que nem tecer rede, tarrafa.

Porque eu não aprendi quando era nova que era o tempo de aprender. Porque o novo pensa, depois que fica velho não pensa mais não, não consegue aprender mais”. (Cristiane, 54 anos, Pirapora-MG).

Encontramos exceções nesse meio, como foram os casos de D. Flor e Maria das Saudades - ambas mães e avós e bisavós – que romperam as barreiras do medo, vergonha e decidiram realizar seus sonhos: serem alfabetizadas, e enfim poderem, elas próprias, ler e assinar seus nomes:

“Eu não sei ler, então sou burra! Mas graças a Deus meus filhos todos sabem ler [...] eles estudaram até a 5ª série. Hoje eu vou à escola, nunca tinha ido e agora estou aprendendo a fazer meu nome [...], mas é tão difícil filha, a para professora tem paciência comigo, mas eu faço uma festa na escola, não deixo de ir à aula” (Flor, 82 anos, Pirapora).

“Eu voltei a estudar de novo. Eu estou na 1ª série e até já sei fazer a primeira letra do meu nome, então eu tenho muita vontade de ler, de aprender porque quando eu quero comprar alguma coisa ou ler alguma carta eu tenho que ficar procurando os outros para me ajudar, então se você sabe ler a vida muda não é? É bem melhor [...]. Não eu nunca tinha ido a escola antes, mas aí eu vi meus meninos estudando e eu não podia ajudá-los também. Eu me sinto bem, me acho importante e hoje eu tenho muitos amigos na escola. Eu vou para a escola à noite e fico lá até as 9h30 da noite, mas eu já deixo a janta para pronta e o meu filho maior fica tomando conta dos menores. Eles até me ajudam a fazer o dever de casa, a ler”. (Maria das Saudades, 47 anos, Barra do Guaicuí/Várzea da Palma-MG)”.

Mas, para algumas dessas mulheres, o que importa é que elas da casa vão para o rio e do rio retornam para suas casas: felizes e realizadas, conforme relataram:

*“Para outro lugar eu não vou não. É só da **casa para o rio e do rio eu volto para cá**. E eu já acostumei já. Nossa Senhora! E eu estou feliz demais com essa vida no rio, com saúde, vou falar para você: eu não sou sentida com nada, sou feliz assim” (Ana, 48 anos, Ibiaí/MG).*

*“Eu não vou à casa de ninguém. É muito difícil eu ir à rua. Eu gosto de ficar por aqui mesmo. **Se eu não estou na casa, eu estou no rio** [...] eu gosto muito dessa vida [...] não, não troco por nada” (Cristiane, 54 anos, Pirapora-MG).*

4.2 - “O rio me deu o meu pescador, o meu marido, me deu um nome, me deu felicidade, minhas amizades”: gênero e relações com o meio ambiente

Ao entrevistar os informantes desta pesquisa, perguntava o que eles entendiam por meio ambiente, mas logo percebe-se que a pergunta não surtia efeito, pois as respostas sempre foram negativas, as pessoas sempre afirmavam nunca terem ouvido falar ou diziam simplesmente que não sabiam. Então passei a observar seus gestos, ações e expressões, coisas que pudessem de alguma forma apontar indícios de resposta à interrogação. Além disso, quando se conversava, buscava-se de alguma forma introduzir o assunto, sem, no entanto, formular a pergunta explicitamente.

A relação dos pescadores artesanais, independente do gênero, com o seu meio natural é intensa²⁹, e pode ser observada quando se evidencia o pesar e a nostalgia nos depoimentos, quando se compara o rio do passado, não degradado, e o rio do presente, com vários focos de degradação ambiental. Nos depoimentos dos (as) pescadores (as) mais velhos (as), repetem-se frases como: “*O rio morreu e a pesca vai acabar*”, que expressam o fato de que todo um modo de vida morre com a degradação do rio. A especificidade da relação homem e natureza entre o grupo de pescadores artesanais expressa-se no conhecimento em relação ao comportamento do ambiente e dos seres desse ambiente e na ação decorrente desse conhecimento.

Com relação às representações de meio ambiente, de um modo geral, os pescadores – não existindo diferenciação por gênero - representam o meio ambiente de forma naturalista, antropocêntrica e

²⁹ Essa relação já foi demonstrada nos depoimentos anteriores, mas cabe aqui salientar que por meio da observação direta, percebeu-se também que os filhos (as) de pescadores e os moradores ribeirinhos têm uma relação de proximidade com o rio. Cenas de crianças envolvidas pelo rio e com o rio foram constantes em toda a região estudada. As crianças brincam no rio, aprendem a remar, ajudam a consertar equipamentos de pesca, aprendem a pescar e a armazenar o pescado e algumas até conseguem participar da venda do mesmo. Em todas as atividades que aprendem, as crianças estão, na verdade, apreendendo uma cultura ligada ao meio natural. Elas aprendem que o rio é a fonte de sobrevivência de seus pais e começam desde cedo a se envolver com atividades ligadas a ele.

relacional, conforme as categorias pensadas por Reigota (1997) e Da Matta (1994). Representam-no de forma naturalista quando, em suas falas, o ser humano aparece nas relações de forma dissonante: é aquele que depreda, que, se não acaba, faz com que os recursos naturais, a água, o peixe "diminua, fique arisco". Para os pescadores, o homem é o responsável pela destruição da natureza. Isso pode ser constatado nos trechos a seguir:

“Eu lavava muita roupa no rio, banhava no rio e até hoje a gente busca água no rio para beber e coloca no filtro [...] porque a gente morava na ilha e tinha muita fartura lá, mas o rio tomou conta da ilha toda e a gente teve que sair de lá e a gente achou ruim demais [...], mas é que foi por causa desses homens que trouxe a barragem. (D. Sara, 92 anos, São Gonçalo do Abaeté/Beira Rio-MG)

“A água era limpinha e minha mãe lavava roupa no rio e a gente tinha prazer de banhar no rio, podia tomar água do rio e tinha fartura de peixe e meu pai usava flecha para pescar porque dava para ver os peixes no rio, hoje não dá mais e se você comparar o rio de antigamente com o rio de hoje, o rio São Francisco está morrendo [...] porque a matança de peixe nesse rio está demais, essa mineira que deposita esses lixos todos aí”. (Reinaldo, 65 anos, São Gonçalo do Abaeté/Beira Rio-MG).

Outro ponto que pode ser observado nas falas, apontando para essa visão naturalista, é a natureza vista como se tivesse vontade própria, e quando não se respeita essa vontade, vêm às conseqüências. É comum na fala dos pescadores eles dizerem que amam a natureza, pois sem ela não teriam, luz, sol, chuva, calor e, conseqüentemente, amam o rio porque sem ele não poderiam viver e que tem muito medo daquele local acabar, conforme observa-se nos depoimentos a seguir:

“E a gente é muito feliz com o rio porque ele nos deixa achar o alimento que tem dentro dele para gente sobreviver [...], mas o rio está morrendo, o peixe está pouco [...] você viu o quanto de surubim morreu nesse rio? [...] temos que fazer alguma coisa porque eu adoro esse rio porque ele é o meu pão de cada dia” (Cristiane, 54 anos, Pirapora-MG).

“A gente sobrevive só da pesca e quando a pesca está ruim eu vou contar para você é um sufoco, é ruim demais, então a gente sobrevive daquilo que está guardado, das plantações e se um tem, troca com o outro, mas fome a gente não passa não. Eu gosto dos dois, só que mais do rio do que da casa porque eu me sinto mais feliz no rio porque a gente sente mais à vontade, fica pensando em só pescar os peixinhos. O rio é nosso pai e nossa mãe”. (Francisca, 61 anos, Fazenda do Mazinho/ São Gonçalo do Abaeté).

“O rio significa tudo para mim, principalmente, porque esse rio me deu o meu pescador, o meu marido, me deu um nome, me deu felicidade, minhas amizades. Então hoje para mim a primeira coisa na minha vida é Jesus e depois o Rio São Francisco porque foi ele que trouxe meu lar, me trouxe minha filha de volta, trouxe a sociedade de volta” (Tereza, 56 anos, Beira Rio)”

Representam na forma antropocêntrica quando concebem que, apenas aos pescadores que sobrevivem do rio, é lícito explorar seus recursos naturais. Nessa visão, os recursos naturais existem para suprir as necessidades do grupo, e se falam de preservação é porque a consideram como necessária à manutenção de sua subsistência. Esses recursos existem para satisfazer suas necessidades. Todo o esforço de conservação é compreendido como necessário justamente para garantir o sustento de suas famílias no futuro:

“Eu criei dez filhos a custa do rio. Tenho uma casa à custa do rio. Tenho lavoura também arrancada do lombo do peixe. A gente depende desse rio para sobreviver, então tem que preservar não é?”. (Pedro, 67 anos, Ibiaí-MG).

“É do rio que a gente tira o sustento, então a gente tem que preservar ele, você tira água, você tira remédio, você tira tudo dele, então você tem que cuidar”. (Manoel, 61 anos, Ibiaí-MG).

“Hoje tudo o que a gente conseguiu foi tirado da pesca, do rio [...] foi com dinheiro do peixe que eu consegui comprar meu material escolar, o uniforme e que eu consegui me formar. Por isso, temos que cuidar do que Deus deixou para nós. Então o que eu tenho hoje, até minha para profissão, foi o rio que me ajudou”. (Maria da Piedade, 42 anos, Pirapora).

Há ainda a compreensão de que, criado por Deus, o rio sofre com os abusos das grandes empresas, *que desmatam as beiras dos rios até o trator cair dentro*. Por um desrespeito a essa criação divina, todos os homens vão pagar caro, com a escassez dos recursos.

“O futuro da pesca artesanal do jeito que está, vai acabar porque a matança de peixe nesse rio está demais, principalmente, aqui no rio São Francisco porque é o rio que eu mais pesco. O São Francisco vai ficar como o rio das Velhas e eles nem podem comer o peixe de lá. Eu vejo o São Francisco dessa maneira se não preservar vai acabar. Vai chegar em um ponto que nem precisa nem para proibir que não vai dar mais peixe, vai ser a própria natureza se vingando do homem porque eles acabam com tudo o que Deus deixou para nós, que Ele criou.[...] É devido a essa porcaria toda que essas empresas jogam no rio, os pescador amador que pesca todo tipo de peixe e os fazendeiros que desmatam as margens do rio. E o pescador para profissional que vive da pesca artesanal que vai sofrer com isso. (Sr. Reinaldo, 65 anos, São Gonçalo do Abaeté/ Beira Rio-MG)

“Deus que dá os peixes no rio para nós porque Ele que é dono de tudo. Naquela época os apóstolos estavam pescando e aí quando Jesus chegou eles não tinham pescado nada, mas aí Jesus pediu para eles soltarem a rede de novo e eles pegaram muitos peixes, então Jesus é que abre as portas é que dá tudo. Deus tem poder para tudo, Ele não é vingativo, mas Ele dá o castigo, mas por causa da própria pessoa, do próprio ser humano que estraga a natureza, então vem o castigo...mas se Deus acabar com os peixes no rio, ele abre outras portas para o pescador. E hoje mesmo se a gente for viver só da pesca a gente morre de fome, então a gente faz de tudo só não roubar que a gente não rouba, mas bem que se eu ver um filho meu passando fome eu roubo para dar o que de comer” (Sr. Matias, 69 anos, Pirapora-MG)

“Eu acho que se continuar com essa poluição o rio vai acabar. Deus castiga o homem através do rio, então a natureza está irada com o homem. E quem é a natureza? É Deus! E o homem o que está fazendo hoje? Está destruindo essa natureza, está acabando com tudo”. (Tereza, 55 anos, São Gonçalo do Abaeté/ Beira Rio-MG).

A representação relacional proposta por Da Matta, que busca em Dumont a concepção de englobador/englobado, aparece quando as falas revelam que Deus, que a tudo engloba, não permitirá que os recursos se acabem e que, se hoje enfrentam algum problema para conseguir alimento, é porque esse mesmo Deus que tudo providenciou avisou “que quanto mais para o fim do século aí que fica difícil”.

No entanto, ainda que percebam os abusos cometidos por outros, dificilmente assumem as suas próprias ações de depredação. Estão sempre para prontos a dizer que sabem quem estraga as matas, quem desmata, quem caça, quem suja o rio. Não se percebem, no cotidiano de suas ações, agindo também com desrespeito aos recursos naturais.

“Se você não pegar, tem outro lá que pega porque se eu fosse depender só de peixe da tabela, não dava para sobreviver não [...] sim, a gente pega peixe fora da tabela” (Manoel, 61 anos, Ibiaí-MG).

“Sim, eu fileto peixe fora da tabela[...]. Está vendo esses curimbinhas? São tudo fora da tabela, mas fazer o que? Tem que pegar porque a gente precisa fazer esses filés para vender e ter dinheiro para comer” (Tereza, 55 anos, São Gonçalo do Abaeté/ Beira Rio-MG).

“Meu marido pega peixe fora da tabela sim porque se ele não pegar, tem outros que pegam [...] aceito, eu compro os curimbinhas dele porque eu preciso fazer o filé e vender para meus clientes” (Natália, 46 anos, São Gonçalo do Abaeté/ Beira Rio-MG).

Contudo, é interessante notar que apesar de determinadas práticas, essa população luta contra aqueles que buscam a satisfação de suas necessidades econômicas extraindo a flora e a fauna e que não têm nenhum vínculo afetivo, sobretudo, com o local:

“A pesca está dando muito prejuízo para gente aqui por causa desses pescadores amador que tem rancho na margem do rio e vem para cá pescar. A pesca deles é o seguinte: eles escolhem a lua através daquele calendário que mostra a lua boa e a lua má e aí eles escolhem a lua boa e enquanto tiver saindo peixe do rio eles ficam lá pescando e enchendo congelador, enchendo caixa e tudo o que cai no anzol ele pescam. Esses tempos eu vi eles pegando um douradinho, mas quando eu fui falar com ele eu vi que ele estava com um saco de douradinho e aí eu falei: Oh doutor! Solta isso tudo! E ele respondeu: - se eu soltar ele o outro pega, então porque eu vou soltar? Então eu respondi:- o senhor está certo doutor, vai assaltar o Banco do Brasil porque se o senhor não assaltar tem outro que assalta. Eu nunca mais o vi aqui não, se foi por causa disso eu não sei, mas se foi eu dou graças a Deus porque é até bom ele não ter vindo aqui para nossa região, para o São Francisco, ele que vai pescar em outra banda”. (Reinaldo, 65 anos, São Gonçalo do Abaeté/ Beira Rio-MG).

E, nessa luta, contam com o auxílio das crenças da cultura local, que são elementos que impõe respeito, conforme se vê nos trechos a seguir:

“A pescadora tem que freqüentar o rio, mas tem que ter cuidado, não falar besteira, tem que respeitar. Eu mesmo já soltei rosas brancas com laço de fita vermelha no rio para Iemanjá para me para proteger porque ela é a rainha do rio, ela protege o pescador, mas para o caboclo d’ água eu nunca ofereci nada não. Mas mãe conta que o caboclo respeita o pescador, mas o pescador tem que respeitar ele. Eu acredito, mas acredito mais em Iemanjá porque ela sempre me ajudou, sempre que a pescaria está ruim ela me ajuda. (Leonor, 21 anos, Ibiaí-MG)

“Ah menina! Eu já vi fui duas vezes já! Ele é tipo uma pessoa, só que se a gente maltratar ele, ele joga no rio. Mas como a gente convive no rio ele já conhece a gente, então ele não faz nada para gente [...] são vários, mas eu já vi dois. Ele é cabeçudo, pequeno, não tem cabelo, só que ele não fala com a gente. Eu vi ele de dia. Um dia a gente estava pescando na época em que desce muitos troncos no rio e ele estava lá brincando em cima dos troncos. Ele apareceu porque a gente é acostumado no rio e ele já está acostumado com a gente. Se as outras pessoas maltratar ele, se chegar gente de fora ele não aceita, a pessoa morre [...] Não é ele quem mata não, mas é que a pessoa não conhece o rio e pensa que não tem nada e vai entrando, entrando e desaparece. Aconteceu muito aqui em Ibiaí. Gente que vem para cá, de outro lugar, tomar banho no rio, pescar e não voltou mais nunca, ninguém achou e é por causa do encanto

da água, do compadre d' água. Ele não faz nada com a gente que é pescador e até ele ajuda a gente quando a pesca está ruim, mas você tem que dar alguma coisinha para ele, uma garrafa de pinga, um pedaço de fumo e aí você coloca na beira do rio para ele ajudar a gente na pescaria. Quando a gente não põe ele atrapalha a pesca porque eles ficam esperando e se a gente não coloca ele atrapalha.(Ana, 48 anos, Ibiaí-MG).

Não é um medo total, mas um respeito que eu tenho pela água. Eu sou pescador para profissional e há mais de 30 anos que eu pesco neste rio. Eu nunca tive um acidente nesse rio porque toda vida tive respeito pelo rio. A pessoa que não respeita sofre as conseqüências [...] ah, de ter o barco virado pelo caboclo d' água [...] porque o compadre não gosta de quem zomba dele, de quem suja onde ele mora [...] ah, vou te contar a estória: O caboclo d' água tem 1,5 metros de altura. Ele é todo cabeludo. Parece um macaco mesmo. Só que a cabeça dele parece uma cuia. Não tem um fio de cabelo na cabeça. A simpatia que a gente tem com o caboclo d' água é o seguinte. A gente leva para ele uma pinga e um fumo. É o fumo de rolo que a gente compra, mais ou menos umas 200 gramas e põe lá em uma pedra, ou em cima de um toco, ou no barranco e oferece para o compadre. No outro dia, que a gente vai lá buscar, não está porque ele já pegou. Então ele fica muito agradecido com aquilo e recompensa que ele dá para a gente é o peixe que ele pega e põe no anzol para a gente[...] eu acredito sim porque tudo o que tem na terra tem na água não é? Na terra tem cavalo? Na água também! Na terra tem cobra? Na água também! Então, se tem homens na terra, tem o tal do caboclo, na água também têm. ”.
(Pedro, 67 anos, Ibiaí-MG).

Segundo os depoimentos, as crenças funcionam como uma espécie de guardião do rio e dos que o respeitam. “O que tem na terra, tem no rio”, portanto, para esses (as) pescadores (as) o rio tem vida, tem alma. Nesse sentido, podemos concluir que a “morte do rio” representará a “morte” dessas relações íntimas entre o rio e o pescador (a) e, portanto, uma desarticulação cultural.

No que concerne à diferenciação de gênero, a relação mulher e natureza, ambas geradoras de vida, considerando mulher como aquela que, por isso, está mais apta, “naturalmente”, a cuidar da natureza, a qual, como a mulher, é subordinada ao poder masculino. Com a relação à preservação e o cuidado do rio, essa “naturalização” é perceptível na fala dos (as) pescadores (as) que a mulher tem outra relação com o ambiente:

“Se tem um peixinho enganchado na rede a mulher vai lá e tira com cuidado para não morrer, mas o homem não [...]. Tem uns que se preocupam com a limpeza do rio, mas os outros não. Mas eu acho que um sozinho no meio de mil pessoas não dá conta não, mas eu faço a minha parte. [...] porque os homens são mais descaprichosos, não preocupam com nada, tudo está bom, então é coisa da mulher que é caprichosa, quer ver as coisas limpas. Então ela vê que no rio tem que limpar que nem na casa” (Antonieta, 42 anos, Barra do Guaicuí/Várzea da Palma-MG).

“A mulher pescadora tem mais zelo com o rio sim porque a minha quando a gente vai pescar, se ela ver uma garrafa boiando no rio, ela quer ir lá, pegar e colocar no barco. [...] a gente não se preocupa muito com isso, às vezes pega e às vezes não”. (Mateus, 35 anos, Pirapora-MG).

“A mulher tem sempre mais cuidado com o peixe, por exemplo, se ela pega um peixe ovado ela devolve para o rio, mas o homem não ele pesca e vende aquele peixe porque já está pensando em quanto vai vender aquele peixe para levar o dinheiro para casa. Já a mulher não, ela tem dó daquelas ovinhos, daqueles peixinhos que vão nascer”. (Maria das Saudades, 47 anos, Barra do Guaicuí/Várzea da Palma-MG).

“Eu acho que a mulher cuida melhor do rio porque ela tem um coração melhor e eu sempre vejo as crianças e as mulheres limpando o meio ambiente, você nunca vê o homem limpando, então a mulher é mais caprichosa, tem mais interesse. É a mesma coisa com a casa: ele quer saber de chegar e ver a casa limpa e nem se preocupa quem limpou, só chega e deixa as coisas bagunçadas. Então quando eles chegam na beira do rio você acha que eles vão se preocupar em limpar alguma coisa? Eles querem saber de pescar, de ver o rio limpo, do rio tendo peixe. Vamos supor se eu vou pescar, eu chego na beira do rio e limpo o lugar ali para eu pescar. O homem não, ele chega e vai destruindo, acampa em qualquer lugar. Ela vai logo pegando um saquinho e vai juntando o lixo e o lixo não tem nada a ver com ela, não foi ela quem sujou, mas mesmo assim ela sai catando o lixo, limpando o lugar”. (Tereza, 55 anos, São Gonçalo do Abaeté/ Beira Rio - MG).

No decorrer das narrativas desse capítulo, observa-se um sistema de oposições muito marcado entre o território do “rio” e o da “casa”, além de uma associação entre os serviços considerados “pesados” (a “roça”, “o rio”) e a masculinidade, e os serviços considerados “leves” (a “casa”) e a femininidade. Neste sentido, fica claro a vinculação entre os homens à

cultura e ao mundo público e mulheres à natureza e ao mundo privado, por entenderem que sua função na reprodução biológica a destina naturalmente aos cuidados dos filhos, do doméstico, além de entenderem que, por gestar e nutrir as novas gerações, está capacitada e é responsável por cuidar da vida e da natureza.

Essa questão não se restringe a esse grupo, segundo Ortner (1979) a mulher tem sido historicamente identificada com a natureza, o que - nas sociedades ocidentais - é socialmente desvalorizado e considerado de ordem inferior. Em contrapartida, a cultura é percebida não somente como distinta da natureza, mas superior a ela. Como exemplo dessa visão naturalizante, podemos citar o ecofeminismo que afirma que a mulher não é apenas diferente do homem, mas é distinta, dada a sua experiência concreta de vivência da condição feminina, que define a experiência, porque o enraizamento biológico origina e confirma a experiência social do gênero feminino, o que é reconfirmado na socialização e repassado pela predisposição genética.

No entanto, contrapondo a essa visão, considera-se, nesse trabalho, que a participação da mulher nas lutas em prol da natureza dá-se pela inserção da mulher no mundo público, e não pelo fato dela ser essencialmente ligada à natureza. Assim, enquanto a mulher for definida universalmente em termos de um papel amplamente materno e doméstico, esta será a origem de sua subordinação universal. O grande desafio, não somente desse grupo, mas da sociedade é considerar a mulher como agente social e não como as únicas ou principais vítimas dos processos de desenvolvimento, nem como responsáveis ou como as únicas capazes de “*cuidar do seu meio*”, “*cuidar do rio*” e até mesmo gerenciar um processo de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, todos são responsáveis por esse rio que “*tem alma*”, “*tem vida*”, que “*dá sustento*” e que representa “*tudo*” para esses (as) pescadores (as).

Considerações finais

O céu vem abaixando. Narrei ao senhor.
No que narrei, o senhor até ache mais do que eu, a minha verdade.

Fim que foi. Aqui a estória se acabou.

Aqui, a estória acabada.

Aqui a estória acaba.

João Guimarães Rosa

É possível finalizar este trabalho com a declaração de que em todo o momento outras questões, além da colocada, borbulhavam pelo caminho que o rio desenhava, por isso apesar desta terminar por aqui, suas questões estão longe de serem conclusivas, pois acredito que este trabalho seja apenas mais uma contribuição para outras discussões que já se fizeram e estão se fazendo e a meu ver sugere que tais estudos são importantes e podem nos mostrar direções inusitadas no estudo de gênero e meio ambiente.

Os atores aqui apresentados me ensinaram, durante esse período de convivência, que as pessoas demonstram ao falarem, como diria Paulo Freire (1994), que a “*leitura do mundo precede à da palavra*”, que o conhecimento extrapola os limites acadêmicos e propicia uma troca de informações entre diferentes tipos de discursos. Troca explícita e consciente na fala de informantes como dona Francisca, que muitas vezes me dizia, “*nós sabemos coisa diferente, mas nós sabemos também, tu sabe dos livros, nós sabemos do mundo, do trabalho (...) assim a gente vai conversando*”, ou de seu João, cansado das minhas perguntas, nas longas

horas de conversa na varanda da casa, quando tomávamos café: “*a senhora pergunta demais*”, dava um sorriso e depois dizia: “*pergunte ... pergunte, o que eu souber eu respondo*”. No entanto, essas trocas, essas convivências, esses depoimentos limitam-se quando tento transcrevê-la e repassá-la ao leitor. Assim, ao transformar a narrativa oral em narrativa escrita perde-se muito de sua riqueza: as entonações, as expressões faciais, o não dito. Mas, acredito que no decorrer deste trabalho foi possível mostrar ao leitor como são dadas as relações de gênero e meio ambiente e qual o papel que as mulheres desempenham enquanto presença feminina na pesca.

O mais importante a observar nesse momento é que, na maioria dos depoimentos, há entendimento de que essa degradação ambiental significa a perda de um espaço social à medida que o rio se configura como espaço onde o trabalho produtivo se realiza, e, espaço onde uma determinada sociabilidade se cria e se re-cria. Enfim, os relatos orais trazem uma comparação do rio do presente com o rio do passado e, ao fazê-lo, criam um conjunto de significados para o processo de degradação social que se entende como representação social do grupo a respeito desse mesmo processo. Os pescadores artesanais inscrevem sua vida em torno do rio. Seus corpos se moldam para a atividade pesqueira e na dependência dela e sofrem, com o passar dos anos, as conseqüências da vida no rio e de seu ritmo. A relação específica do grupo de pescadores artesanais com a natureza, além de ter sido tecida ao longo da história à semelhança de outras formas de expressão da cultura tradicional, estabelece-se como essas últimas em torno da elaboração de um equilíbrio com o meio ambiente pautado em técnicas rudimentares e dele dependente.

Neste trabalho, o estudo das relações entre gênero e meio ambiente mostrou a construção da identidade do(a) pescador(a) como homem/mulher do rio imbricado na natureza. Assim, quando se quer evidenciar a especificidade da relação homem/mulher/meio ambiente na cultura tradicional estudada, entende-se que é elucidativo mostrar como a

imbricação com a natureza molda os corpos de pescadores (as) artesanais por meio da imposição de ritmos e técnicas de trabalho que exigem determinados esforços, movimentos e exposições a elementos naturais como sol, vento, luz excessiva e seus reflexos nas águas do rio. Ao mesmo tempo, que define os espaços de atividades e trabalho realizados por homens/mulheres e as relações com o meio ambiente. Enfim, a análise do material fotográfico mostra como os (as) pescadores (as) artesanais do Alto e Médio São Francisco tornam-se *homens/mulheres do rio*, construindo sua identidade pela imbricação e dependência em relação a esse ambiente específico.

Apesar de diversos estudos sociológicos e antropológicos se referirem à pesca como uma atividade masculina cabendo à mulher as atividades de processamento ou venda do pescado, cresce a participação de mulheres nas tarefas que envolvem a produção pesqueira e nos espaços a ela relacionados. Assim, conforme foi demonstrado ao longo deste trabalho é possível dizer que nas comunidades pesquisadas, as relações de gênero estão pautadas na hierarquia e na assimetria de papéis masculinos e femininos. Os homens aparecem como os chefes da casa, os provedores e principais responsáveis pelas decisões econômicas. Isso não impede que as mulheres tramitem também nesses campos, mas suas atuações, nas explicações verbais, são minimizadas ou invisibilizadas. A mulher, portanto, não é apenas dona de casa, educadora dos filhos e coletora, mas também participa de várias fases da pesca: da captura a venda. Essa é uma estratégia de sobrevivência que está enquadrada nos pressupostos em que obter o alimento e mantê-lo no núcleo familiar é uma forma de concentrar o recurso. Contudo, mesmo que elas trabalhem em conjunto com seus maridos ou até mesmo sozinhas se percebendo como sujeitas e se identificando como trabalhadoras, elas nem sempre são reconhecidas como tais. Este preconceito não deriva somente de seus maridos e de parte da população local, homens e mulheres, mas também das instituições

relacionada à atividade que acabam reproduzindo uma visão essencialista e paternalista.

Apesar da transformação do mundo do trabalho, o consumo individual e a reprodução biológica ainda se dão na família. Wortmann (1976) diz que a produção econômica camponesa sem o apoio da mão de obra familiar torna-se inviável. No campo, a família volta à condição de unidade produtiva. O mundo do trabalho, no campo, também é o mundo familiar, com as características de ser coletivo, livre, nele as decisões são coletivas, nele tem-se a satisfação das necessidades individuais de prazer. É também espaço de realização da vida comunitária. Os trabalhos da mulher e infantil estão inseridos na lógica da produção familiar. No caso dos pescadores do alto-médio São Francisco, percebe-se isso com relação a qualquer atividade, sejam realizadas por mulheres, homens ou crianças, estejam relacionadas à pesca ou à roça - todos os serviços dependem do esforço conjunto. No entanto, essa participação é vista como uma alternativa para as famílias de pescadores frente ao acelerado processo de pauperização das mesmas que antes contavam apenas com o trabalho masculino e hoje depende da “ajuda” da mulher para complementar a renda familiar. Em que pese sua real importância neste sentido, é preciso levar em conta as múltiplas tarefas desempenhadas, exclusivamente pela mulher pescadora, pois ainda são elas que realizam as atividades ligadas aos espaços domésticos, circunscritos fundamentalmente a casa, da educação dos filhos e ao quintal. Ademais, muito do que fazem não se destina ao mercado e não é visto, portanto, como trabalho, mesmo quando se trata de tarefas que permitem aos homens pescar: cozinhar, tecer ou remendar armadilhas de pesca para o marido e filhos, fazer café, limpar os peixes, etc. No entanto, essas atividades não são trabalho porque é criado para o valor de uso e não o valor de troca, portanto não tem valor econômico. A desqualificação dessas atividades desempenhadas principalmente pelas mulheres está no fato de que essas atividades não terem valor de troca, não são mercadorias. No entanto, existem várias

atividades que não são consideradas como trabalho, mas é necessário ressaltar que essas não são menos importante do que as atividades que são consideradas trabalho e geram valor.

Fazendo uma analogia entre a casa e a rua³⁰, (Da Matta, 1983) hoje, a mulher pescadora que antes ficava restrita a esfera privada – a casa -, encontra no rio - o seu espaço nas lutas em prol do meio ambiente à sua inserção no mundo público e não ao fato de serem elas essencialmente ligadas à natureza. Talvez este seja um novo momento em que se devem pensar novas transformações nas relações de gênero, admitindo a importância produtiva das mulheres, dando-lhes voz e poder de decisão junto aos homens, para que se possa construir uma nova sustentabilidade. Assim, precisamos considerar que o fato delas estarem presentes no rio, mesmo que em pouca quantidade, já é um fator de mudança. A pesca pode ser vista como uma oportunidade para que as mulheres ocupem um espaço que antes não era permitido a elas. A participação da mulher no trabalho da pesca é um processo de desenvolvimento de novas relações em longo prazo. Elas passam a participar de feiras, cursos de capacitação técnica, discussões políticas e isso proporcionam o crescimento pessoal, onde elas começam a descobrir sua capacidade também para a esfera pública. A reflexão, os questionamentos e a visão feminina em todo processo são importantes para a sua efetiva participação, no que tange a cidadania, auto-estima, participação e controle social. Esses pescadores que urge ser protagonista na questão ambiental, gestora dos recursos hídricos e do manejo da pesca de sua região, poderão ter seu empoderamento com o fomento de iniciativas que visem cidadania e sustentabilidade das pessoas que moram neste local e produzem ali sua cultura. Na produção cultural e econômica da região as mulheres possuem papel significativo, mas o que produzem possui menos visibilidade em relação ao que o homem produz e esta é uma realidade que precisa ser modificada.

³⁰ A casa, segundo Da Matta, é o domínio da condição de pessoa: nome, afeto, controle, relações hierárquicas. Já a rua Rua é o domínio da condição de indivíduo: Nome e sobrenome, carteira de identidade, cidadão; relação de igualdade legal.

Cada vez mais nos convencemos da necessidade de visibilizar que as mulheres não podem ser colocadas nem como as únicas ou principais vítimas dos processos de desenvolvimento, nem como responsáveis ou como as únicas capazes de gerenciar um processo de desenvolvimento sustentável. Estas têm sido posturas assumidas tanto por ecofeministas como até por agências internacionais promotoras de políticas de desenvolvimento. Numa posição, assume-se como natural à dominação feminina, e na outra, propõe-se uma inversão de papéis, em que as mulheres por sua relação privilegiada com a natureza teriam condições de gerir melhor que os homens a utilização dos recursos naturais.

A experiência deste trabalho interessa neste debate por mostrar como transformações nas relações de gênero e na relação gênero - meio ambiente - sustentabilidade, podem ocorrer sem que haja significativas mudanças quanto à dominação das mulheres, por exemplo. Apesar de elas ocuparem nesta sociedade um lugar importante para a produção e para a subsistência, é preciso desconstruir o discurso que torna índios, seringueiros, ribeirinhos como “naturalmente” defensores da natureza, e mostrar como estes grupos se construíram historicamente como “Povos do Rio”. Da mesma forma as mulheres tiveram muitas trajetórias históricas que as constituíram em maior ou menor grau ligadas a sustentabilidade construída na região. O que mais importa, porém é que, na construção de uma nova sustentabilidade, em que a sustentabilidade conquistada pelas “populações tradicionais” seja incrementada com o acesso destas populações a saúde, a educação, à justiça e ao lazer, não será possível manter a desqualificação das atividades desempenhadas pelas mulheres e a dominação sobre elas, tal qual ocorre ainda atualmente. Para que essa realidade seja modificada, é preciso inserir essa população em uma economia de mercado, uma vez que os rendimentos dessas famílias só vão se ampliar quando essas atividades estiverem inseridas na lógica do mercado. Parafraseando Florestan Fernandes, *o ainda, o aqui e o agora* formam o objeto de nossas indagações. Assim, se o interesse dessa

população é ‘pertencer ao sistema’, agregar valor as suas atividades, ao seu pescado, portanto a emancipação dessa população passará pela integração *aqui e agora*, mesmo que seja *ainda*, através da sociedade capitalista.

É possível dizer, assim, que, por meio deste estudo, foi possível visualizar que a integração de populações tradicionais em políticas públicas ou em iniciativas de órgãos não governamentais é um caminho positivo para que um conjunto de conhecimentos sobre o meio ambiente não se perca e possa ser reutilizado a partir da preocupação contemporânea com a preservação. Talvez este seja um novo momento em que se deve pensar novas transformações nas relações de gênero, admitindo a importância produtiva das mulheres, dando-lhes voz e poder de decisão junto aos homens, para que se possa construir uma nova sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

- ABAGNANO, N. (1982). Dicionário de Filosofia. São Paulo: Mestre Jou.
- AB´SABER, A. A quem serve a transposição do São Francisco? Artigo publicado na Folha de SP, 20/2/2005.
- AGARWAL, B. (1992). "The gender and environment debate: lessons from Índia." *Feminist Studies*. 18(1): Spring.
- ALMEIDA, Miguel Vale. (1995) *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- AMSTALDEN, Luis Fernando F. (1996), "Desenvolvimento sustentável e pós-modernidade", in RODRIGUES, Arlete Moysés (org), *Textos didáticos - desenvolvimento sustentável: teorias, debates e aplicabilidade*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, n.23, maio.
- ARRUDA, A. (1999). "Representações Sociais e Movimentos Sociais: Grupos Ecologistas e Ecofeministas do Rio de Janeiro." In: *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia. AB.
- AZEVEDO, G, C. (1998). "Programa de Educação Ambiental com moradores vizinhos a reserva Duck: Cidade de Deus- etapa 2". Relatório anual. PCI/INPA/CNPq. Fevereiro. Manaus/Am
- _____ (1995). "Representações Infantis de Meio Ambiente". Relatório Anual IC/INPA/CNPq. Agosto. Manaus/Am.
- _____ (1999). "Uso de jornais e revistas na perspectiva da representação social de meio ambiente em sala de aula". In: REIGOTA, M. (Org). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de janeiro: DP&A.
- BACON, F. (1987). *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- BARROSO, Carmen. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. Edição Conjunta: UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância & Brasiliense, 1982.
- BEAUVOIR, S. (1980) *O Segundo Sexo*. Rio de janeiro: Nova Fronteira.
- BOURDIEU, Pierre. "La domination masculine". *Actes de la Recherche*, n. 84,

setembro de 1990, p. 8-9.

_____. “A casa ou o mundo às avessas”. In: CORRÊA, Mariza (org.). Três ensaios sobre a Argélia e um comentário. Textos Didáticos, n. 16. Campinas, março de 1995.

_____. Economia das trocas linguísticas. São Paulo: USP, 1996a.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação social. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996b.

BRANCO, S. M (1989). Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Bliicher LTDA.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas.(1999) Modernidade e tradição: Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo –RJ. Niterói, Editora UFF.

BRUSCHINI, Cristina. (1990). Mulher, casa e família. SP: FCC, Vértice.

BUTLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. New York. Routledge. 1990.

BUTTEL, F. (1992). A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. Perspectiva. Revista de Ciências Sociais. Unesp. Vol.15.pp69-94. São Paulo.

CAMARGO, S.A.F.(1998). Sociobiologia da gestão participativa dos Pescadores comerciais do rio São Francisco. Dissertação de mestrado, Centro de Estudos ambientais da UNESp Rio Claro.SP.

CAPIO, L.F (Frei/OFM); MARTINS, A e KIRCHNER, R. (1995) Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte. Petrópolis, Vozes.

CAPRA, F. (1996). A teia da vida. São Paulo: Cultrix.

CAVALCANTI, Clóvis. (1993), “Em busca da compatibilização entre a ciência da economia e a ecologia: bases da economia ecológica”, in VIEIRA, Paulo e MAIMON, Dália (orgs.), As Ciências Sociais e a Questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinaridade, Rio de Janeiro, APED / Universidade Federal do Pará.

CAVALCANTI, H. (1999). Imaginário Social e Práticas de Saída da Pobreza: o povo de São Severino “dos Macacos”. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP.

CHAVES, M. P. R. (1994). De “Cativo” a “Liberto”: o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba.

CHAYANOV (1974). La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Nueva Visión.

COSTA, J. M. (1995) "Amazônia; Desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável: uma avaliação de consistência macroeconômica". In: COSTA, J. M. Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém: UFPA. NUMA.

DA MATTA, R.(1983) Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Quarta edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores

DA MATTA, R. (1986). "O Ofício do Etnólogo ou como ter 'Antropológico Blues'". In: NUNES, E (org.) A Aventura Sociológica, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1994). Conta de Mentiroso. Sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco.

DE GRANDI, Alessandra B. 1999. Relações de Gênero nas Famílias Agricultoras Associadas a Mini – Usinas de Leite no Estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/UFSC, Fpolis;

DALLARI, S. G., (1987). A saúde do brasileiro. São Paulo: Moderna.

DEAN, W. (1996). A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras.

DESCARTES, R. (1987) Coleção Os Pensadores. Abril Cultural.

DIAS, G. F (1994). Atividades interdisciplinar de educação ambiental. São Paulo: Global/Gaia.

DI CIOMMO, Regina C.. (1999)Ecofeminismo e educação ambiental. Uberaba:Editora da Universidade de Uberaba; São Paulo: Conesul.

- DIEGUES, Antonio Carlos, NOGARA, P. (1994) O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangua-Parati- Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAB-USP.
- DIEGUES, Antônio Carlos S (1995). Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____. (1996) O Mito da Natureza Intocada. São Paulo, Hucitec.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. (1988). Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- DUMONT, L. (1985). O Individualismo. Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro Rocco.
- _____ (1992). Homo Hierarchicus. São Paulo. Edusp.
- FERNANDES, F. (1965). A Integração do negro na sociedade de classes. Vol I. O Legado da “raça branca”. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo.
- FONSECA, C. (1998). Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Trabalho apresentado em Seminário no CED, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- FRANCO, M. P. (1997). "Histórias de Ivanilde no Alto Juruá". Cadernos Pagu. Unicamp. São Paulo.
- FREIRE, P. (1980). Conscientização: teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes.
- _____ (1994). Leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRY, P. (1982). Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.
- FVA. (1998a). _Plano de manejo do Parque Nacional do _Jaú. Manaus: FVA/IBAMA
- FVA (1998b) Gênese de um plano de Manejo. Ocaso do Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA/IBAMA.

- GARCIA Jr., A. e HEREDIA, B. (1971). "Trabalho Familiar e Campesinato". In: Revista America Latina 14 (1-2): 10 - 19.
- GOLDMAN, M. & SCHURMAN, R.A. (2000), "Closing the 'Great Divide': New Social Theory on Society and Nature". Annual Review of Sociology, 26.
- GONÇALVES, C. W. P (1989). Os (des)Caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto.
- GROSSI, M, P e MIGUEL, S. M. (1995). "A trajetória do conceito de Gênero nos estudos sobre mulher no Brasil". Calhamaço, n.º. 2, LEC, UFSC.
- GRÜN, M (1996), Ética e educação ambiental: A conexão necessária, Campinas/SP: Papirus.
- GUATARRI, F. (1993). As três ecologias. São Paulo: Papirus.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990.
- HALFELD, H. G. F. 1860 Atlas e relatório concernentes à exploração do rio São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o oceano Atlântico. Rio de Janeiro, s./n.
- HANNIGAN, J. (1997). Environmental Sociology- a social constructionist perspective. Routledge. London and New York.
- HEGEL, G.W.F. (1993). Fenomenologia do Espírito. Petrópolis/RJ: Vozes.
- HEIDBREDER, E. (1978). Psicologias do Século XX. São Paulo: Mestre Jou
- HEILBORN, M L. (1994). Quem Mandou Nascer Primeiro?: Gênero e Idade em Famílias Trabalhadoras Urbanas. Trabalho apresentado na XIX Reunião da ABA.
- HIGUCHI, M I G. et alli (1996). "Representações infantis de meio ambiente amazônico: implicações no ensino da educação ambiental". Revista Internacional de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology. Vol. 30. Nº 2.
- INSTITUTO AMAZÔNICO DE MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AMBIENTAIS (I.A.R.A); UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). Relatório Técnico – 1ª. Fase/2004. Projeto "Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco. São Carlos, 2004.

IBAMA. (2000) (www.ibama.gov.com.br). Última consulta: 22 de janeiro de 2000.

IBGE (1993). Geografia do Brasil: Região Norte. Vol. 3. Rio de Janeiro.

IUCN, (1996) LA Union Mundial para la Naturaleza Parques y Progresos: Areas Protegidas y Desarrollo Económico em América Latina y el Caribe.

JACOBI, P. (1999). "Sustentabilidade e Mudança Sociocultural". In: Debates Sócio Ambientais. Brasil 500 anos. Uma abordagem Sócio Ambiental – o Homem. ACIMA – CEDEC. Ano V – No. 12 mar/jun.

JESUS, E. L (1998). Parque Nacional do Jaú: A Ética do com-viver. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande.

KANT, M. (1987). Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural.

KAUSTSKY, K. (1972). A questão Agrária. Porto: Portucalense.

KITAMURA. P. C. (1995). "Políticas ambientais para a Amazônia: uma avaliação crítica". In: COSTA, J. M. M. Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém. UFPA. NUMA.

KOFES, Suely. "Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações". Cadernos Pagu, v. 1, p.19-30, 1993.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (1999). "A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: um balanço crítico". (pp.49-63) In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), nº 47, 1º semestre. RJ. ANPOCS

LAGO. M. C. S. (1999): Conceituando Gênero. Aula Ministrada no Curso de Atuação Política da Mulher. ICESPE, Casa da Mulher Catarina. Florianópolis.

_____ (1996), Modos de vida e identidade. Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC.

LAGO, Fernando Paulo. (1982), A consciência ecológica. A luta pelo futuro. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

LAQUEUR, Thomas (1987) "A descoberta dos Sexos e O Sexo Socializado". In: Inventando o sexo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 189-299.

LANGE, B. e RATTO, V. (1998). "Fundamentação político - pedagógica para a formação de técnicos em meio ambiente". In: Noal, F. O, REIGOTA M. e BARCELOS, V. H. L (1998), Tendências da Educação Ambiental. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

LEFF. E. (1999). "Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável". In: REIGOTA, M. (Org). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A

LEIS, H. R. (1996). O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia.

_____, Héctor. (1997), "Espiritualidade e globalização na perspectiva do ambientalismo". Ambiente e sociedade, São Paulo, vol.II, n. 1.

_____, Héctor. (1998), "Meio ambiente, ética e religião na sociedade contemporânea". Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente

LEIS, Héctor e AMATO, José. (1995), "O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial", in CAVALCANTI, Clóvis (org), Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável, São Paulo-Recife, Cortez-Fundação Joaquim Nabuco.

LEITE, M.L.M.(1988) "A fotografia e as ciências humanas" (p.83-90). Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), nº25, 1º semestre.RJ. ANPOCS.

LIMA, Roberto Kant de. "Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro". Niterói, EUFF, 1996.

MAC CORMACK C. (1980). "Nature, culture and gender: a critique". In: MAC CORMACK & C, STRATHERN, M. (eds), Nature, culture and gender. Cambridge. Cambridge university press.

- MAIER, H. E. (1994), "Por un análisis bisexuado de la problemática ecológica". Relaciones. Estudios de História y Sociedad. nº 60. Vol. XVI, otono. El Colegio de Michocán.
- MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. São Paulo, Ática, 1986.
- MALUF, S. (1993), Encontros Noturnos. Bruxas e bruxarias da Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- MARCUSE, H (1993), La Ecología y la crítica de la sociedad moderna. Icada. Madri.
- MATHIEU, N. C. (1973). "Homme- culture et femme-nature" L'Homme 13, 3 Paris.
- MEAD. M. (1988). Sexo e Temperamento. São Paulo. Perspectiva.
- MISCKOLCI, Richard. "Do Desvio à Diferença". In: Dossiê Diferença e desigualdade. São Paulo: mimeo, 2005.
- MOL, A.P.J. & SPAARGAREN, G. (2000), "Ecological modernisation theory in debate: a review". Environmental Politics, 9.
- MONTIBELLER FILHO, G. (1999). O Mito do Desenvolvimento Sustentável. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MORÁN, E. (1990). A ecologia humana das populações da Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes.
- MOREIRA, H. L. F. (1992). "Aspectos da tecnologia dos pescadores Artesanais de Marudá". In: DIEGUES. A. C. Coletânea de trabalhos apresentados no 4º encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo. PPCAUB – USP.
- NEVES, Z. 1998 Navegantes da integração: os remeiros do rio São Francisco. Belo Horizonte, UFMG.
- _____(2003). Os remeiros do São Francisco na literatura. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2003, V. 46 Nº 1.
- O'CONNOR, James. Natural Causes. Essays in Ecological Marxism. New York: Guilford Press, 1998.

- OLIVEIRA, J A de. (1995). Cidade na selva: Urbanização das Amazonas. Tese de Doutorado, USP, São Paulo
- OLIVEIRA. R. e ANDERSON. E. S. (1999). Gênero Conservação e Participação Comunitária: O caso do Parque Nacional do Jaú. Estudo de Caso. No. 2. MERGE. University of Florida.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Elogio da diferença: o feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ORTNER, S. (1979). "Está a Mulher para o Homem Assim Como a Natureza Para a Cultura?". In: ROSALDO Z M. e LAMPHERE, L. A mulher a Cultura e a Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PAEHLKE. (1989). Environmentalism and the Future of Progressive Politics. Yale Ed. New Haven.
- PAULILO, Maria Ignez. Maricultura e Território em Santa Catarina. IV Colóquio sobre Transformaciones Territoriales – 21 a 23 de agosto/2002. Porto Alegre
- PENIN, S T. de S. (1994). A Aula: Espaço de Conhecimento, Lugar de Cultura. Campinas, Papirus.
- PEREIRA, H.S. (1994). "O extrativismo Vegetal na Amazônia: Uma contribuição para o debate". In: Boletim Amazonense de Geografia. Manaus: Metro Cúbico
- PETRERE, Jr, Miguel. "As comunidades humanas ribeirinha da Amazônia e suas transformações sociais". In DIEGUES, A, C (orgs) Populações humanas, rios e mares da Amazônia. Coletânea de trabalhos apresentado no IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. SP, 1990
- PLATÃO. (1987) Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- PLUMWOOD, Val. Feminism and the Mastery of Nature: Feminism for Today. Londres: Routledge, 1993 a.
- _____. "Feminism and Ecofeminism: Beyond the Dualistic Assumptions of Women, Men and Nature. Feminism and Ecology." Society and Nature, Littleton: Aigis, v. 2, n. 1, 1993b, p. 36-51.

PORRO, A (1995). O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes.

QUEIROZ, M. I. P de. (1988). "Relatos Oraís: do 'Indizível' ao 'Dizível'": In: VON SIMSON, O. (org.). Experimentos com Histórias de vida. São Paulo: Vértice.

REBELO, G. H. (1995). Os Moradores do Parque Nacional do Jaú. Fundação Vitória Amazônica. (mimeo).

REIGOTA, M. (1997). Meio Ambiente e representação social. São Paulo: Cortez

RIAL, C. S. (1988). Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SACHS, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo. Estudio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, (Cidade Aberta).

SATO, Y., GODINHO, H.P. Peixes da bacia do rio São Francisco. In: Lowe-McConnel (Ed.), Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais (Tradução de A.E.A.M. Vazzoler, A.A. Agostinho, P.T.M. Cunhingham). São Paulo: EDUSP, p.401-413, 1999.

SAWYER, Donald. "Gênero e meio ambiente" in Relatório da I Oficina Gênero e Meio Ambiente. DFID – Department for International Development, UNIFEM – United Nations Development Fund for Women. Brasília, março de 2003.

SCHNAIBERG, Allan. (1980), The Environment: from surplus to scarcity. New York, Oxford University Press.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

SHIVA, Vandana. Staying Alive: Women, Ecology and Development. Londres: Zed Books, 1992.

- SILVA, Maria. A. M. (2002). A cultura na esteira do tempo. São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, v.15,n.3, jul/set/ 2002, 0.102-112
- SILVA, W.D. da. (1985.) “ O Velho Chico: sua vida, suas lendas e suas histórias”. Disponível em www.tresmarias.br. Acesso em: janeiro de 2005.
- SILIPRANDI, E. (2000) Ecofeminismo; contribuições e limites para abordagem de políticas ambientais. In: Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 1, n. 1.
- STRATHERN, Marilyn. (1988)The Gender of the Gift. Berkeley: University of California Press.
- SONTAG, Susan. (2004). Sobre fotografia. SP: Companhia das Letras.
- SORG, B. (1992). "O feminismo como metáfora da natureza". In: Estudos Feministas. Rio de janeiro: v.o, nº/1.
- TEIXEIRA. C. C. (1997). "Seringueiros e colonos em Rondônia: formas de vida, modificações ecológicas e visões de natureza". Revista Margem. Nº 6 . São Paulo: EDUC.
- TRIGUEIROS, E. 1977 A língua e o folclore da Bacia do São Francisco. Rio de Janeiro, MEC/Funarte, Campanha de Defesa do Folclore.
- VALÊNCIO, Norma (2001). “Condições de vida e trabalho do pescador profissional artesanal de água doce do alto-médio São Francisco”. Relatório final da parte sócio-econômica do projeto “Bases para a conservação e restauração dos recursos pesqueiros do alto-médio São Francisco”.
- _____; MENDONÇA, Sandro A. T. ; LELE, Alessandro A.; GONÇALVES, Juliano C.; MARTINS, Rodrigo C.; FÉLIX, Silvana A. “Condições de vida e trabalho do pescador profissional da Bacia do Alto/Médio São Francisco” in Desafios Atuais, Seção 3 . 2004.
- VIEIRA, A C P. et alii. (1999). "Meio Ambiente e Espaços Sagrados. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação". Vol. II. Trabalhos Técnicos. Curitiba. Universidade Livre do Meio Ambiente.
- VIEZZER, M e OVALLES, O. (orgs.). (1994). Manual Latino-Americano de Educ-Ação Ambiental. São Paulo: Gaia.

- VIOLA, Eduardo J.e VIEIRA, Paulo F. (1992), “Da Preservação da Natureza e do Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil”. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro.
- WELTER, T. (1999). Revisitando a Comunidade Cafuza a partir da problemática de gênero. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Fpolis.
- WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. In: Estudos Feministas. ?: ?, 2001. p 460-482.
- WIENSTEIN, B. (1993). A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850 -1920). São Paulo: Hcitech - Edusp.
- WOLFF, C. (1998). Marias, Franciscas e Raimundas: uma História de Mulheres da Floresta Alto Juruá, Acre 1870 - 1945. Tese de Doutorado. São Paulo. USP.
- WOLFF. C. S. (1999). Mulheres da Floresta: uma história Alto Juruá, Acre (1890 - 1945). São Paulo: Hucitec.
- WORTMANN, E. F. (1996). "Família, mulher e meio ambiente no Seringal". XX Reunião da ANPOCS. Universidade de Brasília.
- WOORTMANN, Ellen. O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Editora UNB, 1997.
- _____. Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo - Brasília, Hucitec – Edund, 1995.